



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

KÁSSIA PEREIRA LOPES

**ELA VAI PARA ESTUDAR E ME AJUDAR EM CASA: VIVÊNCIAS
SUBJETIVAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS A PARTIR DA INSERÇÃO NO
TRABALHO DOMÉSTICO**

**MANAUS – AM
2024**



KÁSSIA PEREIRA LOPES

**ELA VAI PARA ESTUDAR E ME AJUDAR EM CASA: VIVÊNCIAS
SUBJETIVAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS A PARTIR DA INSERÇÃO NO
TRABALHO DOMÉSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Dra. Socorro de Fátima Moraes
Nina

Coorientadora: Dra. Dayse da Silva
Albuquerque

**MANAUS – AM
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L864e Lopes, Kássia Pereira
Ela vai para estudar e me ajudar em casa : vivências subjetivas de mulheres amazônidas a partir da inserção no trabalho doméstico / Kássia Pereira Lopes . 2024
134 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Socorro de Fátima Moraes Nina
Coorientador: Dayse da Silva Albuquerque
Tese (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho doméstico. 2. Trabalho feminino. 3. Empregada doméstica. 4. Mulheres amazônidas. I. Nina, Socorro de Fátima Moraes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LOPES, KÁSSIA PEREIRA. **Ela vai para estudar e me ajudar em casa: vivências subjetivas de mulheres amazônicas a partir da inserção no trabalho doméstico.** 134f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina. Manaus – Amazonas.

Aprovado em 15/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dra. Ana Cláudia Leal Vasconcelos
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ronaldo Gomes Souza
Universidade Federal do Amazonas

Angela Xavier Monteiro
Universidade do Estado do Amazonas

Dedico ao meu avô Manoel João Ferreira do Carmo, nascido e criado no quilombo da Passagem – Monte Alegre/PA e à minha avó Alda Elias Lopes, nascida em Barcelos/AM e criada em Manaus/AM, ambos exemplos de humildade e resiliência (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade amiga que me direciona e me guia, protegendo e abençoando a minha trajetória e da minha família.

Às mulheres participantes desta pesquisa, que permitiram o desvelar de um passado dolorido a partir da fala sobre a sua trajetória morando em casa de família. Espero que esta dissertação possibilite o reconhecimento do trabalho doméstico exercido por mulheres no contexto amazônico.

À minha filha Vivian que perante minhas ausências conseguiu compreender a realização do meu sonho em cursar o mestrado.

Ao meu esposo Diego, que durante o período do mestrado quase todo se responsabilizou pela educação e cuidado integral com a Vivian, além do apoio, compreensão, cuidado e afeto comigo, para que eu conseguisse realizar com êxito as diversas etapas presentes na realização deste processo.

À minha mãe Léia, que perante a minha ausência se prontificou em ser minha rede de apoio. Ao meu pai Elias, que conseguiu mesmo nos momentos críticos trazer palavras de conforto.

À minha psicóloga Cíntia que foi imprescindível no processo de antes e durante a execução do mestrado, possibilitando um processo psicoterápico de acolhimento e cuidado com minha saúde mental.

À minha orientadora, Prof.^a Socorro Nina, uma pessoa ímpar, extremamente cuidadosa, atenciosa, solícita, compreensível e gentil, que mesmo com pouco tempo para execução da pesquisa, confiou na minha potencialidade como pesquisadora e aceitou esse desafio.

À minha Coorientadora, Prof.^a Dayse Albuquerque que auxiliou e enriqueceu a construção desta dissertação.

Aos colegas da turma de Mestrado 2022, que mesmo diante de vários desafios, dúvidas, questionamentos, sempre se dispuseram a ajudar.

Por fim, **À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)** pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSI-UFAM).

*[...] Tem muito tempo pra chegar ainda?
Não, Tá pertinho, pra aí uns 10 minutos.
Eles estão loucos para lhe conhecer, estão em uma ansiedade.
Eles quem?
Dona Bárbara, Dr. Carlos né, Fabinho, o povo todo.
Depois a gente marca um tempinho pra ir lá
Não, já tamo indo!
Acabei de chegar, eu tô cansada,
depois a gente marca com o tempo, direitinho, vou lá.
Não, estamos agora indo lá, eu moro lá!
Como assim tu mora lá Val?
Tu tá me levando pra casa dos teus patrões?
Eu moro no serviço
Eu já falei, eu moro no serviço!
Você mora no quartinho dos fundos da casa deles?
Tu vai adorar Fabinho
Pelo amor de Deus eu não tô acreditando nisso não! [...]*

(Trecho do Filme Que horas ela volta?, 2015)

LOPES, KÁSSIA PEREIRA. **Ela vai para estudar e me ajudar em casa: Vivências Subjetivas de mulheres amazônidas a partir da inserção no trabalho doméstico.** 134f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Socorro de Fátima Moraes Nina. Manaus – Amazonas.

RESUMO

O trabalho é imprescindível na construção psíquica do indivíduo, logo também se torna um determinante de saúde no âmbito social. O estudo do trabalho deve contemplar os mais distintos espaços, permitindo a devida importância a trabalhos reprodutivos existentes em nossa sociedade. A divisão do trabalho remete às relações sociais, e a divisão sexual do trabalho remete à relação entre homens e mulheres, em questões de divisão social do trabalho, contemplando a atribuição do trabalho doméstico. Para pensar trabalho, com o desenvolvimento da concepção de divisão sexual do trabalho, surgiu o pensamento da instituição “família” como também espaço de trabalho produtivo. Ainda é presente na atualidade a tradição antiga de apadrinhamento, que se desenvolve geralmente em famílias com condições financeiras melhores, sob o pretexto de trazer o familiar desprovido de condição social e financeira para estudar. O trabalho doméstico surge primeiramente para mulheres filhas da floresta como busca do novo, em seguida como estratégia de sobrevivência, seguida do sentido de cativo envolto de traumas e desigualdades sociais. No entanto, a realidade é que tais relações mascaram explorações de trabalho e condições análogas à escravidão. As mulheres vivenciam situações de vulnerabilidade, observável a partir de desigualdades, exclusões e discriminações devido ao histórico colonialista, escravagista e patriarcal de nossa sociedade. O trabalho doméstico é um dos trabalhos mais antigos e importantes no Brasil, ocorrendo na casa dos empregadores, no contato direto e íntimo, ambivalente, que é atravessado por afetos, intimidades, além do exercício do trabalho. O objetivo deste estudo consiste em analisar as relações subjetivas do trabalho doméstico em casa de família realizado por mulheres que saem do interior de estados da região norte para morar e trabalhar na cidade de Manaus/AM. Metodologicamente, esta pesquisa possui a abordagem qualitativa, caracterizando-se como descritiva, utilizou-se de referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) e Interseccionalidade (raça, gênero e classe) no processo de análise da trajetória de vida e de trabalho dessas mulheres amazônidas, contemplando vivências de prazer-sofrimento, a organização do trabalho, estratégias de defesa e de enfrentamento destas trabalhadoras domésticas. Participaram da pesquisa 3 (três) mulheres que atuaram como trabalhadoras domésticas na cidade de Manaus, durante sua infância, adolescência ou início da fase adulta, durante esse percurso vieram do interior de estados da região norte com a proposta de estudar na capital, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevista individual presencial. O conteúdo das entrevistas foi sistematizado e analisado a partir da Análise do Núcleo de Sentido (ANS). Os resultados obtidos direcionam para a compreensão de uma realidade em que mulheres amazônidas recebem a proposta de estudo e moradia em troca de ajudar nos afazeres domésticos, mas que são mascaradas situações de exploração da mão de obra no trabalho doméstico. Devido a tais circunstâncias, essas mulheres vivenciaram situações de exploração, opressão, assédio, abuso físico e psicológico, humilhações, precariedade, subordinação, desigualdade e discriminação.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico, Trabalho Feminino, Empregada Doméstica, Mulheres Amazônidas.

LOPES, KÁSSIA PEREIRA. **She goes to study and help me at home: Subjective experiences of amazonian women as a result of their involvement in domestic work.** 134f. Dissertation Federal University of Amazonas. Advisor: Socorro de Fátima Moraes Nina. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

Work is an essential part of the individual's psychological construction and therefore also becomes a determinant of health in the social sphere. The study of work should cover the most diverse spaces, giving due importance to the reproductive work that exists in our society. The division of labor refers to social relations, and the sexual division of labor refers to the relationship between men and women in matters of the social division of labor, including the allocation of domestic work. To think about work, with the development of the concept of the sexual division of labor, the idea of the “family” institution as a space for productive work emerged. The ancient tradition of sponsorship is still present today, and is usually developed in families with better financial conditions, under the pretext of bringing a family member who lacks social and financial conditions to study. Domestic work first emerged for women who were children of the forest as a search for something new, then as a survival strategy, followed by a sense of captivity shrouded in trauma and social inequalities. However, the reality is that these relationships mask labor exploitation and conditions analogous to slavery. Women experience situations of vulnerability, based on inequalities, exclusions and discrimination due to our society's history of colonialism, slavery and patriarchy. Domestic work is one of the oldest and most important jobs in Brazil, taking place in employers' homes, in direct and intimate contact, ambivalent, crossed by affections, intimacies, as well as the exercise of work. The aim of this study is to analyze the subjective relations of domestic work in the family home carried out by women who leave the interior of states in the northern region to live and work in the city of Manaus/AM. Methodologically, this research has a qualitative approach and is characterized as descriptive, using the theoretical framework of the Psychodynamics of Work (PDT) and Intersectionality (race, gender and class) in the process of analyzing the life and work trajectory of these Amazonian women, contemplating experiences of pleasure-suffering, the organization of work, defense strategies and coping strategies of these domestic workers. Translated with DeepL.com (free version) Three (3) women who worked as domestic workers in the city of Manaus during their childhood, adolescence or early adulthood took part in the study. During this time, they came from the interior of states in the northern region with the intention of studying in the capital. The content of the interviews was systematized and analysed using Sense Nucleus Analysis (SNA). The results obtained lead to an understanding of a reality in which Amazonian women are offered study and housing in exchange for helping with household chores, but which masks situations of exploitation of labor in domestic work. Due to these circumstances, these women have experienced situations of exploitation, oppression, harassment, physical and psychological abuse, humiliation, precariousness, subordination, inequality and discrimination.

Keywords: Domestic Work; Women's Work; Domestic Workers; Amazonian Women.

LOPES, KÁSSIA PEREIRA. **Ella va a estudiar y me ayuda en casa: Experiencias subjetivas de las mujeres amazónicas a raíz de su implicación en el trabajo doméstico.** 134f. Disertación Universidad Federal de Amazonas. Tutor: Socorro de Fátima Moraes Nina. Manaus – Amazonas.

RESUMEN

El trabajo es una parte esencial de la construcción psicológica del individuo y, por lo tanto, también se convierte en un determinante de la salud en el ámbito social. El estudio del trabajo debe abarcar los espacios más diversos, permitiendo dar la debida importancia al trabajo reproductivo que existe en nuestra sociedad. La división del trabajo se refiere a las relaciones sociales, y la división sexual del trabajo se refiere a la relación entre hombres y mujeres en materia de división social del trabajo, incluida la asignación del trabajo doméstico. Para pensar en el trabajo, con el desarrollo del concepto de división sexual del trabajo, surgió la idea de la institución «familia» como espacio de trabajo productivo. La milenaria tradición del apadrinamiento sigue presente hoy en día, y suele desarrollarse en familias con mejores condiciones económicas, con el pretexto de llevar a estudiar a un miembro de la familia que carece de condiciones sociales y económicas. El trabajo doméstico surgió primero para las mujeres de la selva como búsqueda de algo nuevo, luego como estrategia de supervivencia, seguido de un sentimiento de cautiverio envuelto en traumas y desigualdades sociales. Sin embargo, la realidad es que estas relaciones enmascaran explotación laboral y condiciones similares a la esclavitud. Las mujeres viven situaciones de vulnerabilidad, basadas en desigualdades, exclusiones y discriminaciones debidas a la historia de colonialismo, esclavitud y patriarcado de nuestra sociedad. El trabajo doméstico es uno de los más antiguos e importantes en Brasil, ocurre en las casas de los empleadores, en contacto directo e íntimo, ambivalente, atravesado por afectos, intimidades, así como por el ejercicio del trabajo. El objetivo de este estudio es analizar las relaciones subjetivas del trabajo doméstico en el hogar familiar realizado por mujeres que salen del interior de los estados de la región norte para vivir y trabajar en la ciudad de Manaus/AM. Metodológicamente, esta investigación tiene un abordaje cualitativo, caracterizado como descriptivo, utilizando el marco teórico de la Psicodinámica del Trabajo (PDT) y de la Interseccionalidad (raza, género y clase) en el proceso de análisis de la trayectoria de vida y de trabajo de estas mujeres amazónicas, contemplando experiencias de placer-sufrimiento, organización del trabajo, defensa y estrategias de afrontamiento de estas trabajadoras domésticas. Traducción realizada con la versión gratuita del traductor DeepL.com Participaron de la investigación tres (3) mujeres que trabajaron como empleadas domésticas en la ciudad de Manaus durante su infancia, adolescencia o inicio de la edad adulta, provenientes del interior de estados de la región norte con la propuesta de estudiar en la capital, y los datos fueron recolectados a través de entrevistas individuales cara a cara. El contenido de las entrevistas fue sistematizado y analizado por medio del Análisis de Núcleos de Sentido (ANS). Los resultados obtenidos permiten comprender una realidad en la que a las mujeres amazónicas se les ofrece estudio y vivienda a cambio de ayudar en las tareas domésticas, pero que enmascara situaciones de explotación laboral en el trabajo doméstico. Debido a estas circunstancias, estas mujeres han vivido situaciones de explotación, opresión, acoso, maltrato físico y psicológico, humillación, precariedad, subordinación, desigualdad y discriminación.

Palabras clave: Trabajo doméstico; Trabajo de las mujeres, Trabajadoras domésticas; Mujeres Amazónicas.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ANS | Análise do Núcleo do Sentido |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CF | Constituição da República Federativa do Brasil |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CSPA | Centro de Serviços de Psicologia Aplicada |
| CTPS | Carteira de Trabalho e Previdência Social |
| COVID-19 | Corona Virus Disease 2019 |
| FAPSI | Faculdade de Psicologia |
| FENATRAD | Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INDA | Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário |
| LAPSIC | Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PDT | Psicodinâmica do Trabalho |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |
| PIM | Polo Industrial de Manaus |
| PPGPSI | Programa de Pós-Graduação em Psicologia |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1. Mapa da Região Norte do Brasil | 40 |
| Figura 2. Fluxograma desta Revisão Integrativa | 48 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Dados Sociodemográficos..... | 50 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 16 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 21 |
| 2.1 Trabalho..... | 21 |
| 2.2 Divisão Sexual do Trabalho | 24 |
| 2.2.1 Trabalho e Gênero: o Trabalho Feminino | 25 |
| 2.3 Trabalho Doméstico no Brasil | 27 |
| 2.4 Delineamentos do Trabalho Doméstico | 29 |
| 2.5 A Interseccionalidade | 35 |
| 3 OBJETIVOS | 38 |
| 3.1 Objetivo geral..... | 38 |
| 3.2 Objetivos específicos..... | 38 |
| 4 MÉTODO | 39 |
| 4.1 Caracterização do Campo..... | 40 |
| 4.2 Participantes da Pesquisa | 41 |
| 4.3 Critérios de Inclusão | 41 |
| 4.4 Critérios de Exclusão | 41 |
| 4.5 Instrumentos | 41 |
| 4.6 Procedimentos da Coleta..... | 41 |
| 4.7 Análise de Dados | 43 |
| 4.8 Riscos e Benefícios | 43 |
| 4.9 Aspectos Éticos..... | 44 |
| 5 TRABALHO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DAS TRABALHADORAS | 45 |
| DOMÉSTICAS – ESTADO DA ARTE | 45 |
| 5.1 Metodologia..... | 48 |

| | |
|---|-----------|
| 5.2 Resultados e Discussão | 49 |
| 5.2.1 Caracterização dos Estudos | 49 |
| 5.2.2 Migração e Imigração | 52 |
| 5.2.3 Divisão Sexual do Trabalho Doméstico..... | 53 |
| 5.2.4 Ambivalência no estabelecimento de afeto dentre as relações profissionais e pessoais com o empregador | 53 |
| 5.3 Considerações Finais | 54 |
| 6 TRAJETÓRIA DE VIDA DA SAÍDA DO INTERIOR PARA TRABALHAR EM CASA DE FAMÍLIA | 56 |
| 6.1 Quem são essas meninas mulheres que vem de municípios do interior para a capital Manaus? | 56 |
| 6.2 Eu nunca tinha vindo para Manaus..... | 57 |
| 6.3 Se você quiser ir para cidade eu vou dar um jeito para você estudar mas eu não sei o que faz uma pessoa que estuda..... | 59 |
| 7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA CASA DE FAMÍLIA | 63 |
| 7.1 Trabalho é quando você desempenha algum tipo de serviço para alguém | 64 |
| 7.2 Trabalho Doméstico é qualquer tipo de cuidado e manutenção de casa | 65 |
| 7.3 A menina do interior não tinha direito a salário, ela tinha direito a ter um teto e o horário livre para ir para escola..... | 67 |
| 7.4 Retira a louça do café, aí já vai pensando no almoço | 69 |
| 7.5 Babá não é serviço, babá é para brincar, só que não era né? | 72 |
| 7.6 Tu tem onde morar, tu tem o que comer, tem o que vestir, e tu tá estudando!..... | 73 |
| 8 VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DOMÉSTICO | 75 |
| 8.1 Eu sempre tava olhando como autoridades a quem eu deveria obedecer | 75 |
| 8.2 Eu tinha uma amiga que eu conversava | 77 |
| 8.3 Já pensou tu ser acordada 5 horas da manhã com um copo de água gelada no rosto? | 78 |

| | |
|--|------------|
| 9 ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS E DE ENFRENTAMENTO NO TRABALHO DOMÉSTICO | 82 |
| 9.1 Eu já deixava as coisas pré-pronta..... | 82 |
| 9.2 Eu fazia as minhas tarefas geralmente à noite quando todo mundo dormia | 84 |
| 9.3 Ela acha que eu vou mexer em alguma coisa, que eu vou roubar alguma coisa dela? | 86 |
| 9.4 Dormia e acordava com ele me tocando | 87 |
| 9.5 E mais uma vez precisava cortar todos esses vínculos e recomeçar..... | 88 |
| 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| 11 REFERÊNCIAS..... | 93 |
| APÊNDICES | 127 |
| Apêndice 01 – Questionário Sociodemográfico..... | 127 |
| Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 130 |
| Apêndice 04 - Anuência de Atendimento Psicológico | 133 |
| Apêndice 05 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa | 134 |

1. INTRODUÇÃO

O estudo do trabalho deve contemplar os mais distintos espaços, permitindo a devida importância a trabalhos reprodutivos existentes em nossa sociedade. Ao falarmos de trabalhadoras domésticas, discorreremos acerca de uma categoria de trabalhadoras em específico, sujeitos de extrema invisibilidade e desvalorização, que não é realçada nas pesquisas atuais da psicologia, nas discussões acerca de vínculos tradicionais de empregos no contexto brasileiro e amazônico.

O desempenho de atividades na esfera mercantil e não mercantil, que contribuem social e economicamente é considerado trabalho (Dedecca, 2008). No processo de trabalho, há a divisão de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo engloba processos que envolvem força de trabalho mais-valia, enquanto que o trabalho improdutivo compreende a força de trabalho a partir da prestação de serviços, para uso público ou capitalista, que é utilizado como valor de uso (Antunes, 2009).

Para os estudos em Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho consiste na realização de atividades pelo trabalhador, que não estão estabelecidas pela organização de trabalho. Há a existência de uma lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivo, porém nunca essa lacuna é preenchida de modo definitivo (Dejours, 2012b). O trabalho prescrito consiste na atividade do trabalho pré-determinado ao trabalhador, e de acordo com Brito (2008a; 2008b), o trabalho sobressai ao que o trabalhador foi contratado, sendo necessário mais tarefas para que o trabalho seja executado de modo completo.

Na organização do trabalho atribui-se um sistema de divisão de tarefas e de trabalhadores, considerando representações, hierarquias, procedimentos, normas, tempo, controle, etc., no entanto tais dinâmicas não suprem o que é necessário para realização do trabalho real (Anjos, 2013). Sobressaindo ao pré-determinado, contemplando imprevistos, instabilidades, novas dinâmicas, este tipo de trabalho é definido como trabalho real, efetivo (Brito, 2008a; 2008b).

O trabalho é imprescindível na construção psíquica do indivíduo, logo também se torna um determinante de saúde no âmbito social. Nina (2014) destaca que a compreensão de trabalhar é emancipadora, dando sentido de liberdade, mesmo com interferências históricas, culturais e locais. A análise da dialética prazer e sofrimento propicia a compreensão do trabalhador no processo de obtenção de prazer e a fuga e ressignificação do sofrimento como aspectos inerentes a vivência do trabalho (Lima Neto et al., 2021; Silva et al., 2021).

Diante do sofrimento, estratégias defensivas são desenvolvidas, com o intuito paradoxal de preservar a saúde psíquica do trabalhador, possibilitando suportar as diversas situações de trabalho. Já as estratégias de enfrentamento buscam alterar dentro do ambiente de trabalho, aspectos que potencializam ou causam sofrimento ao trabalhador (Campos e Viegas, 2022).

O trabalho doméstico é um dos trabalhos mais antigos e importantes no Brasil, advindo da escravidão no período colonial entre os séculos XVI e XIX (Ferreira, 2019). De acordo com Santos (2021), o trabalho doméstico é uma construção histórica, que para mulheres negras tem a dimensão de escravidão, pois as mesmas historicamente já trabalhavam nos casarões e senzalas, cozinhando, arrumando, cuidando e educando os filhos dos patrões brancos.

O espaço do trabalho doméstico com a condição e obrigação do cuidado e da alimentação para com os patrões é legitimada por esse período de escravidão no Brasil. Logo, a empregada doméstica passa por condições difíceis em seu exercício de trabalho (Santos, 2021). O trabalho doméstico permeia duas formas de trabalho: o trabalho doméstico gratuito e o trabalho doméstico remunerado. O primeiro é executado na própria residência, pelos moradores, realizado majoritariamente pelas mulheres, e o segundo realizado nas casas de outras pessoas, e possui uma relação de trabalho entre patrões e empregados, possuindo uma dimensão sociohistórica de exploração, dominação e apropriação (Ávila e Ferreira, 2020).

Espera-se que empregadas domésticas tenham laços afetivos, cuidem do bem-estar dos patrões, mas a exploração não pode deixar de ser executada (Santos, 2021). Ferreira (2019) indica que as empregadas domésticas, durante o processo de escolarização estudam em torno de 8 anos. Além disso, a despersonalização de trabalhadoras domésticas ocorre em diversos contextos, como no uso de uniformes, conversas em terceira pessoa ou punições executadas devidas a supostas falhas na execução do serviço, em alguns casos até o comportamento de fingir a inexistência da trabalhadora no ambiente (Molinier, 2013).

Os contextos privado e público são de difícil dissociação. A casa de família, espaço onde ocorre o trabalho doméstico, se caracteriza como espaço privado (Torres e Mendes, 2022). Para Menezes (2022), o ambiente doméstico, a casa de família, possui características que impossibilitam a regulamentação de direitos de trabalhadores, além de ser um lugar de exceção de direitos laborais. Tanto a esfera pública quanto a esfera privada relacionam-se com características de cada época, no entanto podemos elencar que a esfera pública está relacionada ao que é exposto e observável (apresenta características expostas pelas pessoas e instituições, sofrendo alterações do Estado), enquanto que a esfera privada é oculta e privativa, com

restrições de acesso público (ocorre nas relações diárias das pessoas, no ambiente doméstico, evita-se exposição e o Estado possui pouco ou nenhum acesso) (Arendt, 2007).

Na Constituição Brasileira de 1988 há a garantia de inviolabilidade do lar, prejudicando ações e inspeções em casos de violações, deste modo o espaço privado se torna oculto (Torres e Mendes, 2022). O ambiente doméstico é o local de serviço ao senhor, de modo patriarcal, soberano e territorial. O cotidiano e o poder doméstico encontram-se na esfera privada, e no âmbito da casa adentro, encontra-se situações de vulnerabilidades e precariedades de mulheres e meninas (Tavares, Ferradás e Sarmiento, 2022).

O trabalho doméstico consiste em possibilidade ou unicidade no processo de garantia de sobrevivência a mulheres pobres, entretanto, para além da precariedade, essas trabalhadoras se deparam com violências, abusos sexuais, maus-tratos, salários baixos e péssimas condições de trabalho, potencializando a opressão vivenciada por mulheres negras neste século (Santos, 2021). Este tipo de trabalho surge primeiramente para mulheres filhas da floresta como busca do novo, em seguida como estratégia de sobrevivência, seguida do sentido de cativo envolto de traumas e desigualdades sociais que geram o desejo de fuga (Barbosa, 2007). As mulheres, vindas do interior, são filhas da floresta, formada por seringueiros, ribeirinhos, colonos e indígenas, e nesta floresta comportam municípios, vilas, povoados, comunidades, aldeias, muitas vezes de difícil acesso (Barbosa, 2007).

A mulher amazônida interage com o rural, em seus afazeres, no trabalho e em suas vivências, desenvolvendo diversos papéis importantes em sua constituição subjetiva e objetiva (Nina, 2014). Com a negação de sua história, mulheres da floresta buscam mudanças para suas filhas, e na possibilidade de oportunidade de construção de sonhos diferentes, permitem que suas filhas morem com outras famílias na “cidade grande” para terem outras oportunidades que elas não tiveram, contudo, tais oportunidades comumente se concretizam como trabalhos domésticos (Barbosa, 2007).

Para algumas mulheres amazônidas, ao descreverem sobre o trabalho doméstico, não o identificam como trabalho, e sim como função atribuída socialmente à mulher (Nina, 2014). Apesar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a interiorização no estado do Amazonas, ainda é uma realidade o êxodo rural, no qual uma parcela da população do interior do estado migra para a capital Manaus, muitas vezes trabalhando inicialmente como domésticas, e após a maioridade e conclusão dos estudos formal (ensino fundamental e médio) e complementar (cursos livres profissionalizantes, cursos técnicos, graduação e pós-graduação), buscam trabalho no Polo Industrial de Manaus – PIM (Barbosa, 2007).

Para análise deste trabalho, delimitou-se como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) e suas Interseccionalidade (Raça, Gênero e Classe), devido aos conteúdos não serem contemplados em sua totalidade pela PDT. Na Psicodinâmica do Trabalho analisam-se contextos, conteúdos e sentidos dados pelos trabalhadores, assim, seu objeto de estudo são os processos intersubjetivos que possibilitam a compreensão do trabalho pelo sujeito (Dejours, 2011a).

De acordo com Sanchez (2022), a interseccionalidade pode ser interpretada como um campo de estudo teórico, uma ferramenta metodológica e uma prática política em lutas contra opressões estruturais. Para além da compreensão de desigualdades e opressões, a interseccionalidade é usada para referenciar a construção de aspectos coletivos e grupais, como identidades, laços de solidariedade e ativismos políticos perante situações de subordinação (Pereira, 2021).

Deste modo, o interesse por este estudo partiu da minha trajetória de vida pessoal e profissional, no qual em minha vida pessoal me deparei com realidades experienciadas por minha mãe e familiares, que vivenciaram a realidade do trabalho doméstico. Já em minha vida profissional, me defrontei com mulheres que advém também desta pluralidade de trabalho doméstico no contexto amazônico, e como possibilidade de ampliar o meu entendimento sobre tal fenômeno desenvolvi esta pesquisa. Sobre o público alvo, elenco como relevante o tema desta pesquisa para a visibilidade e a valorização destas mulheres a partir de suas trajetórias diante do processo de trabalho doméstico. Destarte, este pesquisa é importante para o Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas - PPGPSI, pois acrescentará em nossa área de estudo uma compreensão mais aprofundada sobre o trabalho doméstico feminino na região amazônica. Portanto, uma primeira justificativa refere-se à possibilidade do PPGPSI e o Laboratório de Psicologia, Saúde e Trabalho - LAPSIC em realizar de estudos sobre realidade local, no estado do Amazonas, com o intuito de construção de conhecimento em Psicologia sobre gênero, divisão sexual do trabalho, organização do trabalho e relação de prazer e sofrimento no trabalho doméstico.

Este estudo analisou as relações subjetivas do trabalho doméstico vivenciadas por mulheres nortistas em casa de família. Portanto, buscou-se na escuta qualificada a partir da aplicação das entrevistas, compreender o fenômeno objeto de estudo. Entendemos que os resultados advindos desta pesquisa possuem sua relevância no processo de análise deste tipo de trabalho no contexto local, perante a trajetória destas mulheres diante da organização de

trabalho, vivências de prazer e sofrimento, e estratégias defensivas e de enfrentamentos elaboradas por essas trabalhadoras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão dos objetivos traçados, buscou-se discorrer neste referencial teórico as principais temáticas presentes acerca deste estudo. Inicialmente contextualizou-se trabalho, em consequente a divisão sexual do trabalho, o trabalho feminino, o trabalho doméstico no Brasil e o delineamento histórico do trabalho doméstico a partir do histórico de leis e decretos no Brasil.

2.1 Trabalho

O capitalismo trouxe uma outra concepção da representação de trabalho (Monteiro e Freitas, 2015), e para Marx (1885; 2013) os meios de produção capitalista proporcionam a valorização do trabalho. Tal condição se dá pela concepção e representação de valor ao produto do trabalho. De acordo com Marx (1885; 2013, p. 165) “O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil”.

As atividades assalariadas que possuem meios de produção de mais-valia distinguem-se de atividades de produção de menos valia, de modo que os trabalhadores assalariados compõem dois grupos: trabalhadores produtivos que produzem e transformam a natureza em fábricas, transporte e trabalho agrário e trabalhadores improdutivos que executam atividades no setor de serviços, como professores, empregados domésticos, funcionários públicos, trabalhadores do comércio e bancários, etc. (Lessa, 2008).

Para certa complexidade no entendimento acerca do trabalho produtivo e improdutivo, porquanto no trabalho produtivo é onde se produz mais valia e o trabalho improdutivo não gera mais-valia. Destarte, o trabalhador produtivo possui a capacidade de gerar mais valia, cumprindo sua função social, enquanto que o trabalhador improdutivo possui um trabalho intelectual, de gestão, sem o meio de circulação e capital (Pinheiro, 2022).

O trabalho consiste em relação social pois executa iniquidades, poder e dominação, obtendo engajamento subjetivo dentro de hierarquias, ordens, constrangimentos e lutas (Ferreira, Macêdo e Martins, 2015). A robotização do trabalho desenvolve desafios para os trabalhadores, de modo a executar a elaboração de novos saber-fazer no confronto com o real. Para Mendes, Lima e Facas (2007, p. 17):

[...] trabalhar, com efeito, é antes de tudo fazer a experiência do real – essa verdade que mencionamos anteriormente a propósito da pós- modernidade. O real é um paradoxo, mas é uma noção bem caracterizada em filosofia desde Hegel, é o que se revela ao sujeito que trabalha por sua resistência aos procedimentos, aos *savoir-faire*,

ao conhecimento e até mesmo a ciência. O real é o que se revela àquele que trabalha por sua resistência ao domínio da atividade.

No trabalho contemporâneo exige-se a lei do valor, deste modo, a compreensão relaciona-se com trabalho social, complexificado, combinado e intensificado (Antunes, 2009). Trabalhar compreende um modo de engajamento subjetivo diante da pressão para execução de tarefas delimitadas diante de relações hierárquicas (Martins e Lima, 2015).

É comum no ambiente de trabalho a tentativa de mensuração a partir do que se produz e realiza, mas é notório que tal análise é limitada, tendo em vista que a subjetividade e formas de trabalho singulares muitas vezes não são consideradas como partes atuantes do processo. Dejours (2012b) afirma que o trabalho não pode ser mensurado com objetividade, pois o resultado em si não contempla o trabalho executado. O trabalho então é definido como a atividade em que o trabalhador executa e que ainda não está estabelecido pela organização de trabalho (Dejours, 2011a).

Não se reduz o trabalho às relações sociais, salariais e de poder. O que está prescrito não agrega todas as atividades que são necessárias para a realização do trabalho (Dejours, 2011). O real então é a experiência do trabalhador ao deparar-se com dificuldades, resistências, incompreensões, reordenações quanto a previsões que se tem. E é lidando com o real e superando-o que a inteligência inventiva é recorrida. É uma inteligência particular, que se apropria de respostas e soluções às problemáticas existentes (Dejours, 2011b). Ainda Dejours (2012b, p. 40) completa, “Trabalhar aqui, é continuar indefinidamente a buscar , a recomeçar e sobretudo, a encontrar uma solução. É imperativo descobrir as origens do problema, às vezes inventar uma solução possível”.

Sabendo que o trabalho não é exercido exatamente como o prescrito, os trabalhadores terão de utilizar sua inteligência prática para solucionar problemas no dia a dia e que se fossem negligenciados, poderiam levar à estagnação do trabalho. Existe uma lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivo, e para realização do trabalho, estarão presentes situações como de dificuldades e imprevistos que contemplam a sua execução (Dejours, 2012b).

Formas de inteligência, criatividade, inovação são também necessárias na organização do trabalho e são algumas das estratégias de mobilização subjetiva. Moraes e Garcia (2011, p.74) definem, "A inteligência prática, também nomeada de engenhosidade, se constitui das contribuições individuais dadas pelos trabalhadores quando interpretam o trabalho prescrito e experimentam inovações na execução de suas atividades". Os trabalhadores possuem essa inteligência, e se observa isto ao executarem suas atividades de determinadas formas, para que

o mesmo obtenha êxito. Quanto ao trabalho, há formas de inteligência que permitem a pessoa desenvolver formas para lidar com obstáculos presentes. Sobre isso, Dejours (2012b, p. 54) afirma,

Para além desta diferença de gênero, contudo, o que sobressai da inteligência do corpo, desses saber-fazer informais, das artimanhas próprias a cada ofício e à engenhosidade é sua negação por parte da hierarquia, em especial dos gestores. [...] As pessoas os escondem. Mas a principal razão é que se a inteligência em causa é fundamentalmente subjetiva, afetiva e corporal, ela é ao mesmo tempo invisível.

Na organização de trabalho, construída a partir de necessidades institucionais ou de um grupo, desenvolvem-se padronizações e generalizações da forma de trabalho (Bottega, Perez e Merlo, 2015). Tal organização pode ser compreendida como violenta perante o trabalhador, pois limita os comportamentos e a subjetividade na execução do trabalho. Diante da dificuldade no processo de organização do trabalho, a capacidade criativa tende a declinar, desenvolvendo comprometimento na saúde do trabalhador, uma relação potencial de prazer ou sofrimento (Rodrigues Junior e Ribeiro, 2018). Dadas a execução das atividades no ambiente de trabalho, tal experiência causa sofrimento, compreende alguns sentimentos, conforme o modo que o trabalhador lide com isso, pode ou não se obter uma superação (Dejours, 2012b).

Prazer-sofrimento no trabalho advém da dinâmica que ocorre no trabalhador, resultado do confronto entre esse indivíduo e a empresa. O sofrimento ocorre pela falta de comunicação, diálogo, entre a empresa e o trabalhador, pois não há preocupação da empresa em compreender os desejos do indivíduo, a subjetividade deste em contraponto às normas e regras institucionais. O sofrimento origina-se de confrontos existentes neste ambiente de trabalho, sendo um sinal da presença de algo errado, e o reconhecimento do trabalhador se torna uma fonte de prazer (Moraes e Garcia, 2011).

Enquanto que a sublimação permite que o prazer seja experimentado, e os desejos individuais complementem a atuação profissional (Moraes e Garcia, 2011). Em casos que o trabalhador está saudável, conseguindo lidar com adversidades, desenvolve a mobilização subjetiva. Para Dejours (2012c, p. 104), “A mobilização subjetiva para o trabalho revela-se forte na maioria dos sujeitos gozando de boa saúde”. Moraes e Garcia (2011, p. 74) complementam que, com o uso da inteligência prática e cooperação, desenvolve-se a mobilização subjetiva. Dejours (2012c, p. 103) complementa,

[...] A mobilização subjetiva diante do desafio que constitui a organização do trabalho, supõe, como já vimos: Esforços da inteligência- ou da engenhosidade- para fazer frente ao real e à sua resistência ao domínio; Esforços de elaboração para a geração das opiniões [...] sobre a melhor maneira de resolver as contradições e de superar as

dificuldades da organização do trabalho; Esforços para integrar-se nos debates de opinião, ato necessário à deliberação que deve proceder ou acompanhar as escolhas ou as decisões em matéria de organização do trabalho.

Conforme descrito, a mobilização subjetiva ocorre geralmente com trabalhadores saudáveis, porém a mesma tende a ter certa fragilidade devido a dinâmica entre a empresa e o trabalhador. Mesmo que haja mobilizações subjetivas para lidar com as situações do dia a dia no ambiente de trabalho, a longo prazo, se a empresa não buscar melhorias como modo de propiciar a esse trabalhador condições adequadas para que este trabalhador execute suas atividades, o adoecimento pode se tornar presente e afetar aspectos importantes para a produtividade e organização do trabalho na empresa.

2.2 Divisão Sexual do Trabalho

Diante da divisão sexual do trabalho estão a distribuição dentre homens e mulheres no mercado de trabalho diante de ocupações de ofícios e profissões, tempo e espaço (Hirata e Kergoat, 2008). Na divisão sexual do trabalho há a distinção de que o trabalho masculino está relacionado a áreas de capital intensivo, enquanto o trabalho feminino a áreas de trabalho rotineiras, manuais (Antunes, 2009). Há também diferenças quanto ao regime e jornada de trabalho (Dedecca, 2008).

Para pensar trabalho, com o desenvolvimento e caracterização da concepção de divisão sexual do trabalho, surgiu o pensamento da instituição “família” como também espaço de trabalho produtivo, assim como categorias históricas e geográficas em que mulheres possuem funções reprodutivas e homens funções produtivas, desta forma homens possuem posições e funções de maior prestígio e valor social (Hirata e Kergoat, 2008; Molinier, 2013).

Para a mulher sobrou a censura, a repressão e a estigmatização (Avelino, 2015). Há a presença de injustiças acerca do reconhecimento quanto ao zelo e da inteligência perante ao trabalho exercido por mulheres (Dejours, 2012b). A divisão sexual de trabalho corrobora com a ideia acerca do papel da mulher restrito a funções biológicas e a execução de afazeres em prol da casa e da família. Tal entendimento, impacta na ocupação de funções de trabalho, levando a funções subalternas, mas que muitas mulheres se sujeitam para sobreviver e prover a família. A divisão do trabalho remete às relações sociais, e a divisão sexual do trabalho remete à relação entre homens e mulheres contemplando a atribuição do trabalho doméstico (Hirata, 2002).

O campo social, juntamente com fenômenos sociais efetivos, constitui a tensão existente entre a divisão sexual do trabalho, a hierarquia, o trabalho e suas divisões (Molinier, 2013). O

ambiente público e o privado distinguiam que lugar a mulher ocuparia, tendo em vista a concepção de uma tendência inata da mulher a práticas de cuidados (Avelino, 2015). Dejours (2012b, p. 53) descreve que,

Em suma não se percebe estes saber-fazer senão quando não ocorrem, aparecem justamente por sua ausência. A arrumação da casa só é vista quando não foi feita ou foi mal feita. É a razão de se nominar estes “saber fazer discretos”. É como se ocorressem por magia, graças ao “dom encantado de si”.

O trabalho feminino em contexto rural, por exemplo, não é reconhecido como trabalho produtivo, de modo a dificultar o acesso à saúde e previdência, sendo muitas vezes observado como trabalho reprodutivo, explicitando dessa forma a divisão sexual do trabalho naturalizada como cuidado feminino com a família (Nina, 2014). Perante a divisão social, é notório a presença na sociedade de princípios organizadores de trabalho que contemplam o trabalho de homens e de mulheres, tendo uma hipervalorização do trabalho do homem perante o trabalho da mulher (Molinier, 2013).

Além disso, a expansão do trabalho feminino é mais precarizada, permeada de informalidade, desnível salarial, jornadas longas de trabalho, além da dupla jornada: fora e dentro de casa (Antunes, 2009). No processo de divisão sexual do trabalho, as mulheres e suas qualificações são reconhecidas como talentos naturais. A educação vem possibilitando às mulheres a emancipação e o acesso ao mercado de trabalho (Barbosa, 2007). Contudo, de uma maneira mais ampla, o trabalho feminino ainda enfrenta percalços em seu fazer. Ao centrarmos o olhar no trabalho doméstico, faz-se necessária a intersecção entre raça, classe e gênero, pois este é um trabalho invisibilizado, desvalorizado socialmente, que tem sido exercido majoritariamente por mulheres negras de baixa renda (Ferreira, 2019).

2.2.1 Trabalho e Gênero: o Trabalho Feminino

As mulheres vivenciam situações de vulnerabilidade, observáveis a partir de desigualdades, exclusões, discriminações, devido ao histórico colonialista, escravagista e patriarcal de nossa sociedade (Oliveira, 2024). Saffioti (1976) discute sobre o trabalho feminino nas economias pré-capitalistas a mulher sempre fez parte da construção da riqueza, contribuindo para a subsistência familiar, já que a família era compreendida como uma unidade de produção. Assim, as mulheres e crianças desempenhavam esses papéis econômicos importantes antes do advento do capitalismo.

Em consequente, a autora relata que no período pré-capitalismo, apesar de a mulher ser vista como inferior ao homem, ela tem uma participação ativa, com um papel econômico relevante, no qual o desempenho de suas atividades desempenhadas é necessário para manter a ociosidade das camadas dominantes. Salários baixos e posições subalternas incentivam a marginalização do trabalho feminino, com a valorização da força física masculina se tornando justificativa para o processo de hierarquização dos sexos (Saffioti, 1976). A relação entre o trabalho e a reprodução social continua fundamentalmente na esfera doméstica e de encargo feminino, questões de gênero, família e trabalho feminino atravessam a sociedade nos mais diversos âmbitos (Araújo e Scalon, 2005).

À mulher é designada a função reprodutora e o trabalho diário doméstico que são realizados no âmbito privado, no lar, e devido a essa historicidade, a realização do itinerário profissional é descontinuada, desvalorizada e precarizada. Assim, vivências de exploração, contradição, sofrimento e dominação se tornam presentes (Brito, 1999). Em meados dos anos 80 observou-se a consolidação de atividades produtivas exercidas por mulheres, tornando-as a tão importantes quanto a maternidade (Silva, 2006).

No processo de trabalho, ainda persiste a associação do feminino ao trabalho doméstico, e isso se mantém devido ao status da mulher no mercado de trabalho permanecer precarizado, com horários reduzidos, flexibilidade de trabalho, carreiras não atraentes, além da percepção naturalizada entre mulher e espaço doméstico (Sorj, 2005). Não existe duas categorias de mulheres em relação ao trabalho, de trabalhadoras e não trabalhadoras, ou seja, quase todas as mulheres trabalham, sejam no lar ou fora dele (Guimarães, 2010). Uma parte das mulheres possui dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, conciliando trabalho remunerado com o doméstico (Lima et al., 2021; Alves, 2023).

O “mundo do trabalho” é um campo minado composto de diversas formas de exploração, controle e opressão, e situações como diferenças salariais, assédio sexual e moral, hierarquias arbitrárias de poder que são atravessadas por questões de gênero e raça (Cotta e Farage, 2021). A mulher sofre desigualdades de gênero diante de condições de trabalho, e a partir do reconhecimento dessas desigualdades consegue-se compreender outros fenômenos sociais presentes no Brasil, como por exemplo o trabalho infantil (Guimarães, 2010).

As mulheres que trabalham em casa com os afazeres domésticos sofrem limitações e discriminações sociais diversas devido a essa escolha, enquanto que as que trabalham em empresas, sofrem diversas exigências empresariais que são somadas com os afazeres

domésticos, que geralmente não tem um equilíbrio familiar na distribuição dessas atividades (Guimarães, 2010).

No caso da mulher negra, há uma desvalorização e discriminação, por questões étnicas e de gênero (Lima et al., 2021). Deste modo, é perceptível que as formas de trabalho e as questões de gênero sofram influências sociais, jurídicas e organizacionais. O trabalho urbano mais ofertado na América Latina é o trabalho doméstico (Molinier, 2013).

2.3 Trabalho Doméstico no Brasil

A porta de entrada de mulheres dentro do mercado de trabalho no contexto brasileiro ainda é o trabalho doméstico (Ávila e Ferreira, 2020). No Brasil, este trabalho é desenvolvido mediante a informalidade, a negação de direitos trabalhistas e de proteção social e ainda se encontra entre os trabalhos mais precários (Barbosa, Iasiniewicz e Büttow, 2019; Oliveira, 2024).

O trabalho doméstico infelizmente ainda faz parte da trajetória de garantia de sobrevivência de mulheres pobres, culminando em situações de violência, abuso sexual, maus tratos, baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, dentre outras situações de opressão (Santos, 2021). O trabalho doméstico exercido por essas mulheres caracteriza-se como uma “reação”, sendo atravessado de uma tradição (escravidão doméstica), que possui atores familiares (senhor, patrão) e constitui-se na esfera privada (a casa de família) (Schwartzmann, 2021).

O trabalho doméstico pode ser caracterizado como remunerado e não remunerado, o primeiro sendo executado mediante a presença de salário e o segundo relaciona-se a execução das tarefas do lar por algum dos moradores (Bortoletti, Castro e Bugalho, 2022). O trabalho doméstico remunerado e não remunerado é permeado por jornadas intensas, extensas e intermitentes (Ávila e Ferreira, 2020).

O trabalho doméstico remunerado, na concepção de trabalho decente, compõe um dos maiores desafios devido a atravessamentos como preconceitos, estereótipos e discriminações que permeiam esse exercício de trabalho, advindo de concepções e heranças históricas do patriarcado, da escravidão e servidão presente até os dias atuais (Sanchez, 2009). A “aspiração doméstica” relacionada à figura feminina de executar papéis de mãe, esposa, dona de casa, já foi vivenciada pelas mulheres negras.

No contexto social é notória a legitimação da luta desta classe por direitos atrelada a problemas políticos e de organização da categoria de trabalhadores domésticos (Ávila e

Ferreira, 2020). Segundo Costa et al. (2018), a reforma na legislação trabalhista de empregadas domésticas permitiu a garantia de direitos já adquiridos por outras categorias de trabalhadores.

Durante o período de pandemia, o trabalho doméstico foi o segundo posto de trabalho mais prejudicado no contexto brasileiro (Araújo e Nascimento, 2021). Santos (2021) versa sobre a herança histórica que permeia o trabalho doméstico, ressaltando que o estigma, a desvalorização e a imposição associada ao racismo, culminou no primeiro óbito da COVID-19 sendo de uma empregada doméstica, que adquiriu a doença, após os patrões terem chegado de uma viagem da Itália.

A precariedade encontrada no trabalho doméstico ainda é uma realidade experimentada por trabalhadoras mediante o trabalho reprodutivo, de modo a ser observado que mesmo em contexto pandêmico de COVID-19, essa categoria não obteve o direito ao isolamento, devido a condição “essencial” de trabalho (Oliveira, 2024).

Concomitantemente a esta situação, observa-se durante a pandemia de COVID-19 o governador do estado do Pará, mais dez prefeitos de municípios do estado, incluindo o prefeito da capital Belém, designam o trabalho doméstico como essencial, colocando em risco direto essa classe de trabalhadores. Devido a repercussão negativa, após dois dias, retifica-se o decreto, especificando qual o serviço doméstico essencial: serviço doméstico de cuidado a crianças, idosos, pessoas enfermas ou incapaz (Leal, Cal, 2021).

O trabalho doméstico possui fragilidades que propiciam sua despersonalização, atribuindo a essas mulheres rótulos de participação como “membro familiar”, prejudicando a aquisição de direitos e potencializando o desamparo na execução de trabalho doméstico (Abreu, 2021).

Ainda é presente nos dias atuais a tradição antiga de apadrinhamento, que se desenvolve geralmente em famílias com condições financeiras melhores, sob o pretexto de trazer o familiar desprovido de condição social e financeira para estudar. No entanto, a realidade é que tais relações mascaram explorações de trabalho e condições análogas à escravidão (Torres e Mendes, 2022).

A busca por garantia de remuneração, mesmo que baixa, como o intuito de prover o sustento da família, faz com que o trabalho doméstico seja uma forma de escravidão (Thomé e Melo, 2021). Simbolicamente há concepções acerca do trabalho doméstico com o poder patronal. Tais símbolos reafirmam a subalternização de pertencimento e lealdade, atribuindo a esta classe características de “uma pessoa quase da família” (Barbosa, Iasiniewicz e Büttow,

2019). Mesmo que o trabalho doméstico deva ser executado por todos os moradores que ali residem, atualmente ainda é atribuído às mulheres esse trabalho de cuidado (Dorna, 2021).

O trabalho doméstico consiste na execução de atividades domésticas em troca de remuneração, contemplando a organização, limpeza, lavagem de roupas, preparação da alimentação, manutenção e organização reprodutiva como gravidez, parto, cuidado e educação das crianças, adolescentes, adultos e idosos (Sanchez, 2009; Dorna, 2021).

Algumas das características presentes no trabalho doméstico são a troca de trabalho por moradia, vestuário, alimentação ou pagamentos que correspondem a valores menores que o salário mínimo vigente (Araújo e Nascimento, 2021; Bortoletti, Castro e Bugalho, 2022). Ao falarmos de empregadas domésticas, faz-se necessário ressaltar o perfil comumente encontrado nas casas de família brasileiras: mulheres, negras, com baixa escolaridade e jovens, contemplando a informalidade, jornadas longas de trabalho e baixos salários (Lima e Prates, 2019).

A desvalorização do trabalho doméstico pode ser compreendida a partir de dois aspectos importantes: primeiramente, do ponto de vista econômico, é uma atividade voltada aos cuidados da casa, sem ser produtora de bens de mercado, e em segundo é considerado culturalmente um trabalho simples, exercido a partir de aptidões naturais femininas, sem a presença de qualificações e treinamentos (Barbosa, Iasiniewicz e Büttow, 2019). Portanto, este tipo de trabalho está presente na rotina das pessoas e advém das heranças históricas do patriarcado, servidão e escravidão, e atualmente se restabeleceram e ainda estão presentes na modernidade (Oliveira, 2024).

O trabalho doméstico ocorre na casa dos empregadores, no contato direto e íntimo, ambivalentes, que é atravessado por afetos, intimidades, além do exercício do trabalho. Trabalhar em meio ao seio familiar permite envolvimento, desenvolvimento de elos e laços para que esta trabalhadora contemple a falácia “é quase da família, vai ser criada como minha filha”, porquanto esta prática permite a ausência ou distanciamento da execução de direitos da relação entre trabalhador e empregador.

2.4 Delineamentos do Trabalho Doméstico

Com a chegada dos Portugueses no Brasil em 1500, o trabalho escravo foi designado aos indígenas primeiramente, e posteriormente a homens e mulheres negras traficados de países africanos, transformados em moedas de troca, logo, desde os primórdios, o trabalho doméstico era um trabalho forçado (Oliveira, 2024). Os escravos negros no Brasil eram estereotipados

quanto a sua capacidade intelectual, como “adaptáveis e incapazes”, enquanto que aos indígenas atribuía-se o termo “indomesticáveis” (Pereira e Oliveira, 2024).

O servilismo e a subalternidade presentes desde o período escravocrata são mantidos até hoje quanto a situações do trabalho doméstico no mercado de trabalho (Costa, Santos e Rodrigues, 2022). O Brasil é atravessado historicamente por violências devido ao período de sua colonização e aos mais de 300 anos de escravidão, exploração e genocídio dos povos originários (Oliveira Vicente e Lole, 2024). Perante a escravidão no Brasil reafirma-se na modernidade o trabalho como algo indigno, degradante, aviltante diante o trabalho manual (Araújo, 2010).

No ano de 1886, a Resolução nº 62 de 21 de abril, delimita um Código de posturas da província de São Paulo, contemplando modos de como o serviço de criados deveria ser executado, composta de 34 artigos acerca do criado de servir, das amas de leites e obrigações do patrão. Criado de servir é uma pessoa em condição livre com atestado de pessoa abonada, que possui salário convencionado e que executa serviços domésticos, sendo necessário a inscrição no livro de registro da Secretaria de Polícia, para apresentação de sua caderneta e transcrição de seus dados no livro de certificados. Descreve-se procedimentos acerca de abandono da casa sem aviso prévio, situações de ruptura do contrato devido causas justas. Em caso de mulheres que desejem trabalhar como amas de leite, se sujeitavam a exames médicos na câmara municipal, no qual declararia na caderneta o seu estado de saúde para o exercício de suas atividades. As amas de leite se encarregavam da alimentação de uma criança somente, sob pena de multa e prisão (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1886).

Em 1888, a partir da Lei Áurea nº 3.353 de 13 de maio de 1888 institui-se a extinção da escravidão no Brasil (BRASIL, 1888). Observa-se que mulheres estão em posição inferior pela sua condição histórica, porquanto sempre trabalharam na casa grande e na senzala, durante o período de escravidão do Brasil (Santos, 2021). O trabalho doméstico realizado por mulheres negras cativas, pajens e mucamas, deixa de ser trabalho escravo e torna-se trabalho remunerado (Araújo, 2010). Todavia, o trabalho doméstico não se extinguiu com a Lei Áurea, pois apesar das alterações das relações de trabalho, manteve-se o status da ocupação.

O Decreto nº 16.107 de 30 de julho de 1923, autoriza a locação de serviços domésticos no Brasil, instituindo a identificação e os assentamentos perante o lançamento na carteira de identidade. A locação determina que o locatário não pode despedir o locador, nem se ausentar ou despedir-se do seu trabalho sem justificativas determinadas neste decreto (BRASIL, 1923). O não estabelecimento de critérios na execução do trabalho obriga o trabalhador a todo e

qualquer serviço que seja compatível com suas condições físicas e de forças. Delineia-se ainda critérios para fins de justa causa, aviso prévio, situações de dispensa, deveres, infrações, locação, solicitação de carteira de saúde.

No ano de 1936, a primeira Associação dos Empregados Domésticos de Santos, denominada Associação de Empregadas Domésticas do Brasil foi fundada pela trabalhadora doméstica Laudelina de Campos Mello, que lutou pela categoria de trabalhadoras, pelos direitos da população negra e pelas mulheres por sete décadas. Laudelina trabalhou como empregada doméstica dos sete aos dezesseis anos, quando começou a atuar em diversas organizações em prol de mulheres negras e grupos culturais. No ano de 1942, o Estado Novo fechou a associação (BRASIL, 2010).

Conforme a Lei nº 3.078, de 27 de fevereiro de 1941, que dispõe acerca da lotação dos empregados em serviços domésticos que prestem serviços em residências particulares, estabelece-se a obrigatoriedade do uso de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com a anotação correta da data de início no serviço, rescisão do contrato de prestação de serviços, com salário ajustado. Direitos e deveres de empregado e empregador são estabelecidos, bem como a aplicação de multas, o estabelecimento de serviço identificatório e de expedição de CTPS, além da fiscalização do serviço e elaboração de estudos para aplicação do regime de Previdência Social a cargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BRASIL, 1941).

No ano de 1961 funda-se outra associação, denominada de Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, tendo inspirado a criação de outras associações no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tais entidades, no ano de 1988 originam o Sindicato de Trabalhadores Domésticos. Laudelina teve papel atuante nas universidades brasileiras, sendo eleita chefe de departamento de Sociologia na Universidade Católica do Rio de Janeiro (BRASIL, 2010).

A Lei nº 5.859 de 11/12/1972 estabelece o trabalho doméstico como profissão, propiciando a estes profissionais os direitos de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social; vedação de descontos em salário mediante fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia; Férias Anuais Remuneradas de 20 dias úteis após 12 meses de trabalho; direito de segurado aos serviços disponibilizados pela Previdência Social; e Contribuição do Empregado Doméstico como segurado recolhida e paga pelo empregador; além da isenção das contribuições II, III, IV, V, VI, VII da Tabela do INSS. As contribuições acima citadas consistem em: II (13º Salário), III (Salário Família), IV (Salário Família), V (Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Comercial (SENAC), VI (Serviço Social da Indústria - SESI ou Serviço Social Do Comércio - SESC) e VIII (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA) (BRASIL, 1972).

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece alguns direitos para as trabalhadoras domésticas, no entanto com menor seguridade comparada a demais categorias de trabalhadores (Lopes, 2020; Mattos, 2009). O Art. 7º da CF estabelece “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”. No entanto, para os trabalhadores domésticos: “Parágrafo único: São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social (BRASIL, 1988)”. Os incisos supracitados consistem somente nos direitos de IV (Salário Mínimo), VI (Irredutibilidade do Salário), VIII (Décimo Terceiro Salário), XV (Repouso Semanal Remunerado), XVII (Gozo de Férias Anuais Remuneradas), XVIII (Licença à Gestante), XIX (Licença Paternidade), XXI (Aviso Prévio Proporcional do Tempo de Serviço) e XXIV (Aposentadoria).

Além das supracitadas, a Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001 acrescenta dispositivos à Lei nº 5.859, de 11/12/1972 - que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico para facultar no acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Seguro-Desemprego (BRASIL, 2001, 1972). Já a Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006 altera as seguintes Leis: Lei nº 9.250 de 26/12/1995, Art. 12 referente a Contribuição Patronal e deduções no Imposto de Renda incidente sobre a remuneração salarial do empregado; Lei nº 8.212 de 24/07/1991, Art. 30, acrescido do § 6º referente ao recolhimento da contribuição da parcela referente do décimo terceiro salário do segurado trabalhador doméstico; Lei nº 8.213 de 24/07/1991 dispõe acerca dos Planos de Benefícios da Previdência Social e Lei nº 5.859 de 11/12/1972 que estabelece o trabalho doméstico como profissão; e revoga dispositivo da Lei nº 605 de 05/01/1949 referente ao Repouso Semanal Remunerado e Pagamento de Salário nos dias feriados civis e religiosos, no qual não aplica-se o Repouso Semanal Remunerado a trabalhadores domésticos (BRASIL 1949; 1972;1991; 1995; 2006).

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) é a maior entidade que representa a categoria de trabalhadoras domésticas na atualidade, tendo sido criada em 25/03/1997 a partir da necessidade de representações uniformes para dialogar com diversas entidades, incluindo o Governo Federal (Federação Nacional das Trabalhadoras Doméstica, [20~]).

A Organização Internacional do Trabalho – OIT [20~] disponibiliza dados alarmantes sobre trabalhadoras desta categoria. De acordo com a OIT, 80% das pessoas que exercem este tipo de trabalho são mulheres, sendo maior a taxa na América Latina e Caribe (88%). A remuneração desta classe de trabalhadores(as) são as mais baixas em nível mundial, tendo uma média de 50% de um salário mínimo. Além disso, 90% dessa classe, não possuem acesso a seguridade social. O trabalho doméstico abrange uma quantidade significativa de força de trabalho diante de empregos informais, deste modo envolve os trabalhadores com maior vulnerabilidade. Devido ao trabalho ser realizado dentro do ambiente privado, casas de famílias, a falta de termos de emprego, a falta de registro formal e a exclusão na legislação trabalhista são características presentes nessa categoria.

Na Convenção nº 189 de 2011 promovida pela OIT, adota-se a recomendação para que o trabalho doméstico seja considerado um trabalho, e, portanto, possua direitos à dignidade no ambiente de trabalho. Nesta convenção, estabelece-se princípios e direitos para que haja medidas a serem acatadas pelos países, no cumprimento de transformação do trabalho doméstico em tornar-se digno. Na Recomendação nº 201 de 2011, a OIT estabelece orientações de como os países devem resolver legislações internas acerca do trabalho doméstico

A Emenda Constitucional 72/2013 estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos, urbanos e rurais (BRASIL, 2013). As obrigações de encargos tributários são simplificadas, as principais e acessórias para contemplar essa categoria:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social (BRASIL, 1988; 2013).

A Lei Complementar nº 150/2015 dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, estabelecendo que este trabalhador é denominado como empregado doméstico perante a prestação de serviço contínua, subordinada, onerosa, pessoal, sem finalidade lucrativa à pessoa ou família, por mais de 2 dias na semana, no ambiente residencial; assim como obrigatoriedade sobre o registro de trabalho, recolhimento e arrecadação de tributos, o acesso assegurado a direitos sendo trabalhadora doméstica (BRASIL, 2015). Para esta classe de trabalhadoras, o reconhecimento judicial concedendo os mesmos direitos de um empregado comum veio a partir da Lei das Domésticas (Ribeiro e Heinen, 2023). Nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) diminuiu, no entanto, há um crescimento no número de trabalhadoras diaristas no cumprimento destas funções.

Há um perfil desses trabalhadores, no qual 3 em cada 4 não possuem carteira assinada, 92% dessas pessoas são mulheres, sendo que 65% mulheres negras que ocupam tal função. O trabalho de dois dias em uma mesma casa, muitas vezes executado pela trabalhadora doméstica, não configura uma relação trabalhista, e dessa forma não há obrigações de pagamento de encargo. A regulamentação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e das leis, diante da obrigatoriedade de recolhimento de encargos, proporcionando garantias às trabalhadoras, teve como consequência um aumento da informalidade, com o trabalho das diaristas.

A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), flexibilizando as relações de trabalho entre empregado e empregador, de modo que o trabalho doméstico também sofreu algumas mudanças (BRASIL 2017). Dentre as mudanças e alinhamento do trabalho doméstico às normas já existentes da CLT que afetam diretamente as trabalhadoras domésticas podemos elencar: Pagamento de Multa para não assinatura da Carteira de Trabalho; Demissão Acordada; Motivos para demissão por Justa Causa; Homologação no Sindicato; Contribuição Sindical opcional; Danos Extrapatrimoniais; Custos Judiciais; Punição em ações de má fé pelo empregado; Reajustes de multas administrativas; Tempo de afastamento como tempo de trabalho para rescisão; Horas Extras; Amamentação; Transferência de empregador; Uso de Uniforme; Benefícios concedidos pelo empregador e Terceirização da mão de obra do trabalho doméstico (Instituto Doméstica Legal, [20~]).

A Lei nº 14.611 de 03 de julho de 2023, dispõe acerca da igualdade de salários e critérios remuneratórios entre homens e mulheres, buscando-se estabelecimento de medidas e garantias para que não haja discriminação salarial, no exercício de uma mesma função. Em caso haja a presença de discriminação, o empregador deve indenizar o trabalhador, além de implementar planos de ação para diminuir ou extinguir tal prática (BRASIL 2023). Esta lei possui sua devida importância perante os diversos trabalhadores brasileiros, no entanto, no caso de trabalhadoras domésticas, situações de apropriação dos patrões com falácias de serem “quase da família” propicia, além da violação de direitos, situações de assédio e violências, que na ausência de fiscalizações efetivas, tornam esta lei difícil de ser executada pelos empregadores (Acciari, 2024).

Apresentamos essas regulamentações e um breve histórico sobre Leis e Decretos que atravessam o trabalho doméstico em nosso país. Para pensar em trabalho doméstico, faz-se

necessária a compreensão histórica de um Brasil que possui mão de obra escrava desde o período colonial até os dias atuais, com falácias e afirmações de ambivalências afetivas. Ainda são muitas lutas perante as dificuldades da categoria de trabalhadores, pois a invisibilidade do trabalho do cuidado no trabalho doméstico ainda é presente.

2.5 A Interseccionalidade

A história do Brasil escravocrata, colonialista, ditatorial, com instituição democráticas e o mito da democracia racial propiciaram padrões nas relações interseccionais de poder (Collins e Bilge, 2020). A mulher negra arcou com a posição de sustento moral e de subsistência da família após a abolição (Gonzalez, 2018).

O mito da democracia racial oculta a realidade vivenciada pela população negra no Brasil, de modo a ser culpabilizado pelo grupo racial dominante pela sua não ascensão econômica, social, político e cultural (Gonzalez, 2018). A política nacional brasileira sobre raça e democracia combatia o ativismo realizado por mulheres negras, alegando que o Brasil não possuía “raças”. A falta de reconhecimento fortaleceu o mito da identidade nacional brasileira perante questões raciais, construindo uma filosofia de democracia racial no qual “ser brasileiro(a)” apaga a identidade racial, cultivando a falácia da inexistência de racismo (Collins e Bilge, 2020).

Entre as décadas de 60 e 70, ativistas negras no Estados Unidos depararam-se com fracasso de movimentos reivindicatórios antirracistas e feministas, e de sindicatos diante de situações de trabalho, educação, emprego e acesso à saúde. Tais espaços privilegiaram uma categoria em detrimento de outro, de modo a não contemplarem especificidades de mulheres afro-americanas: mulher, negra e trabalhadora (Collins e Bilge, 2020). A interseccionalidade origina-se do feminismo negro nos Estados Unidos e Reino Unido durante a década de 70, devido o feminismo branco não contemplar as experiências das mulheres negras. Durante esse período se torna presente o silenciamento, apagamento, opressão e dominação para com mulheres negras (Nogueira, 2019).

Interseccionalidade se torna uma ferramenta analítica na luta contra discriminação e problemas vivenciados pelas mulheres negras nos Estados Unidos da América, apesar de já serem utilizadas na Índia, pela ativista social Savitribai Phule (1831-1897) em sua luta ideológica anticasta e sobre os direitos das mulheres (Collins e Bilge, 2020). O conceito de interseccionalidade é criado pela jurista, ativista e teórica feminista Kimberlé Crenshaw (1989)

mediante as demandas existentes do feminismo negro (Nogueira, 2019). A produção intelectual por feministas negras se desenvolvia sobre tais temáticas (Gonzaga, 2022).

A interseccionalidade permite compreensão individual e coletiva de fenômenos relacionados a estas temáticas, tendo em vista que é um princípio que busca compreender como o racismo, o patriarcado, a opressão entre as classes e demais sistemas discriminatórios criam e potencializam as desigualdades e opressões perante gênero, raça, classe e etnia (Menezes, 2024). A interseccionalidade consiste na investigação de relações de raça, classe e gênero das relações sociais na sociedade e em determinado período, no qual se é presente tanto a diversidade quanto a experiência individual cotidiana (Collins e Bilge, 2020). A interseccionalidade não consiste na redução identitária e na generalização de estruturas presentes na sociedade, mas em um entendimento que abrange sujeitos, estruturas sociais, políticas, vivências e privilégios (Gonzaga, 2022).

Na interseccionalidade além das categorias principais: gênero, raça e classe, fazem também parte demais categorias como a deficiência física, etnia, geração, nacionalidade, origem, sexualidade, etc. (Nogueira, 2019). Esses sistemas de desigualdades e opressão permeiam dentre etnia, nacionalidade, religião, sexualidade, geração, habilidade/deficiência, dentre outros em que o contexto interfere e configuram sistemas que se sobrepõem e se entrecruzam de modo complexo contemplando a subordinação e ou discriminação (Pereira, 2021).

A contribuição sobre o feminismo negro e a emancipação da pessoa perante a sociedade são aspectos importantes para a Psicologia (Gonzaga, 2022). Para Gonzalez (1984) o lugar que a pessoa pertença determina a interpretação do que seja racismo e sexismo, sendo racismo uma sintomática da neurose cultural brasileira, e na articulação com o sexismo causa efeitos violentos perante a mulher negra. De modo que a identidade afroamazônida se torna uma categoria de identificação, linguagem e visibilidade política de lutas de pessoas negras na região amazônica, tendo em vista a intersecção entre raça e região (Pinheiro e Rodrigues, 2021).

As mulheres negras trabalharam mais tempo fora de casa, em comparação às mulheres brancas. O trabalho compulsório exercido por escravas ofuscou as vivências das mulheres negras, de modo a serem compreendidas como trabalhadoras de tempo integral pertencente a um proprietário (Davis, 2016). Na interseccionalidade do trabalho doméstico perante questões de raça, gênero e classe, estão evidentes desvantagens históricas e socioeconômicas (Abreu, 2021). Desencadeou dentro desse processo histórico à trabalhadora doméstica, processos de internalização da concepção de inferioridade e subordinação (Gonzalez, 2018). A

interseccionalidade é uma ferramenta analítica utilizada para compreensão e discussões diante de problemas sociais (Collins e Bilge, 2020).

Expressões “boa aparência” e “educação” se tornaram indicativo de lugar não pertencente a mulheres negras (Gonzalez, 2018). O exercício do trabalho doméstico está relacionado às mulheres negras (Collins e Bilge, 2020). Para mulheres negras brasileiras há duas concepções patenteadas: a) atribuição de empregada doméstica e; b) mulatas; a primeira compreende o seu lugar natural de atividades profissionais a serem exercidas em casa, supermercados, hospitais e a segunda consiste na distorção, folclorização e comercialização da mulher negra perante setores turísticos, contemplando escolas de samba (Gonzalez, 2018). Mulheres afro-brasileiras em maioria estão expostas a situações de violência, com incidência maior quando moradoras de periferias e ou no exercício do trabalho doméstico.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar as relações subjetivas do trabalho doméstico realizado por mulheres que saem do interior de estados da região norte para morar e trabalhar em casas de família na cidade de Manaus/AM.

3.2 Objetivos específicos

- Conhecer a trajetória de vida dessas mulheres na saída do interior para atuar no trabalho doméstico em casa de família;
- Caracterizar a organização do trabalho doméstico em casa de família;
- Identificar vivências de prazer e sofrimento no trabalho doméstico;
- Verificar quais as estratégias defensivas e de enfrentamento utilizadas para lidar com o trabalho doméstico em casa de família.

4 MÉTODO

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa social crítica, com aporte teórico na Psicodinâmica do Trabalho e suas Interseccionalidade (raça, gênero e classe). A pesquisa qualitativa possui características e pilares que definem a qualidade e o desenvolvimento da pesquisa. A Psicodinâmica do Trabalho compõe-se como uma epistemologia das ciências histórico-hermenêuticas. No âmbito da Psicodinâmica do Trabalho busca-se observar contrastes e paradoxos das relações entre o sofrimento psíquico e a organização de trabalho (Dejours, 2011b). Neste estudo não utilizou a clínica do trabalho, metodologia da Psicodinâmica do Trabalho para coleta de dados devido a ausência da pesquisa-ação na composição da pesquisa, as entrevistas foram realizadas individualmente com cada uma das trabalhadoras domésticas participantes da pesquisa.

Ao buscar compreender o trabalhador, a partir de sua normalidade, e não de patologia, que era o foco da Psicopatologia do Trabalho, cria-se uma nova nomenclatura, denominada de Psicodinâmica do Trabalho. De acordo com Moraes e Garcia (2011), Dejours em 1992 criou a Psicodinâmica do Trabalho. A PDT interpreta os processos intersubjetivos do trabalhador perante a realização de tarefas no trabalho.

Moraes e Garcia (2011) descrevem que, nessa abordagem teórico-prática busca-se investigar e analisar o desenvolvimento das inter-relações da organização do trabalho. A Psicodinâmica é um termo advindo da psicanálise e Dejours (2011a) afirma que este campo estuda movimentos psicoafetivos de cunho inter e intrassubjetivo. Compreende-se que a PDT analisa os conteúdos, o contexto e os sentidos dados pelos trabalhadores, e nela se objetiva um confronto deste com o real, reconhecendo o seu funcionamento.

Uma das problemáticas da PDT advém de confrontos dos trabalhadores com a inépcia, dificuldades concretas e a imperfeição irredutível da organização do trabalho. Na PDT são investigadas as relações de trabalho e saúde mental do trabalhador, de modo a compreender essa interligação, de modo a ampliar a concepção da dualidade de construção e destruição da saúde do trabalhador. Martins e Lima (2015) descrevem que a PDT busca investigar o desenvolvimento de processos subjetivos frente a lacuna entre a organização do trabalho real e prescrito, contemplando dimensões dramáticas e coletivas

4.1 Caracterização do Campo

Delimitou-se como o campo desta pesquisa o espaço simbólico lembrado por essas mulheres, acerca do lugar de trabalho doméstico na casa de família vivenciado na cidade de Manaus-AM.

Figura 01: Mapa da Região Norte do Brasil



Fonte: Geomapas

Manaus é a capital do estado do Amazonas, situa-se na região norte do Brasil, fazendo fronteiras estaduais com os estados do Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Mato Grosso. É o estado brasileiro com maior extensão territorial, em divisas internacionais com o Peru, Colômbia e Venezuela (Brasil Escola, 2024).

Essa pesquisa desenvolveu-se na cidade de Manaus-AM, as entrevistadas vieram de três cidades diferentes: Juitá (Amazonas), Itacoatiara (Amazonas) e Santarém (Pará). Em comum há a presença da especificidade que para chegar na cidade de Manaus, todas se utilizaram do meio de transporte fluvial para chegar na capital.

4.2 Participantes da Pesquisa

A composição da pesquisa foi de 3 (três) mulheres, escolhidas a partir de indicação e que vivenciaram em sua trajetória de vida a vinda do interior de estados da região norte para morar na capital do Amazonas, cidade de Manaus, no exercício do trabalho doméstico em casa de família.

4.3 Critérios de Inclusão

Mulheres, ribeirinhas, interioranas e de comunidades rurais, que estejam na faixa etária de 18 a 65 anos, que tenham vivenciado o trabalho doméstico em casa de família na cidade Manaus durante sua infância, adolescência ou início da vida adulta (até os 20 anos de idade), que não possua contrato de trabalho estabelecido para o exercício da profissão de empregada doméstica, e que deseje participar da pesquisa e tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.4 Critérios de Exclusão

a) Não preenchimento do TCLE; e b) Solicitação do entrevistado para sua saída da pesquisa.

4.5 Instrumentos

Para compor esta pesquisa, utilizou-se na coleta de dados uma entrevista semiestruturada, coletou-se dados sociodemográficos elaborada pela autora (ver anexos). Para Goldenberg (2004), o instrumento entrevista tem por objetivo realizar o levantamento de dados sobre a temática pesquisada. Realizou-se somente uma entrevista, de modo presencial combinada com a participante da pesquisa.

4.6 Procedimentos da Coleta

Na entrada do campo de pesquisa para coleta de dados foi informado ao participante entrevistado a formação do pesquisador e quais intervenções foram realizadas, com a execução de uma escuta qualificada diante da narrativa dentre o trabalho e o sofrimento ou prazer (Dejours, 2012a). Não foi utilizada a Psicodinâmica do Trabalho como metodologia, pois

Dejours não trabalha com entrevistas individuais, entretanto realizei entrevistas individuais, devido à especificidade e complexidade no acesso a estas trabalhadoras.

Nesta pesquisa, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas a partir do parecer nº 6.941.213, iniciei a pesquisa. Destarte, não acessei nenhuma instituição pública e nem particular para contactar o público alvo, e as entrevistas foram realizadas em local pré-definido em comum acordo com as participantes da pesquisa.

É importante ressaltar que a participação da pesquisa era de natureza anônima e voluntária, sendo reafirmada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). Perante a escolha dos participantes, respeitando os critérios pré-definidos de inclusão e exclusão da pesquisa, ocorrendo de forma aleatória a partir da técnica Bola de Neve (*Snow Ball*), possibilitando que as participantes indiquem potenciais novos participantes para composição da pesquisa, dentro da própria rede de relações. Este contato inicial se desenvolveu a partir de um convite através de mensagem no WhatsApp, e posterior ligação para efetivar o convite para participação da pesquisa. Com o aceite e assinatura do TCLE, a coleta de dados a partir da entrevista foi agendada em comum acordo conforme a disponibilidade da entrevistadora e da entrevistada. Os áudios das entrevistas foram gravados, conforme consentido e acordado no TCLE.

Para esta pesquisa, os dados foram extraídos a partir de relatos de mulheres sobre as relações subjetivas do trabalho doméstico em casa de família, buscando-se conhecer acerca da trajetória de saída de casa para trabalhar, como ocorre a organização de trabalho, as vivências de prazer e sofrimento e quais estratégias defensivas e de enfrentamento perante o trabalho doméstico. Neste processo de observação, conforme Dejours (2012a), buscou-se demonstrar as ideias, comentários e interpretações presentes acerca da realidade compartilhada durante a coleta de dados, deste modo, averiguar a presença de distanciamentos existentes durante a fala da trabalhadora perante o posicionamento da pesquisadora em conduzir a pesquisa. De modo a validar ou refutar a ideia e suposições da pesquisa, contemplando os desdobramentos existentes, interpretações advindas da execução do estudo, a partir da leitura destas trabalhadoras acerca do que foi escrito pela pesquisadora em relação ao que foi compartilhado.

No primeiro momento entrei em contato com potenciais participantes da pesquisa, a partir de indicações obtidas no Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde – LAPSIC/UFAM durante uma reunião mensal. Foi um pouco difícil o acesso a essas mulheres, devido à ausência de reconhecimento delas como trabalhadoras domésticas. Em seguida foi marcado dia e hora

para aplicação da entrevista, a entrevista aconteceu conforme a disponibilidade de cada uma delas, sendo realizadas em casa, em uma universidade e em uma repartição pública. Após esse processo, realizou-se a transcrição das entrevistas, juntamente com a análise dos dados obtidos, elencando os núcleos de sentidos necessários para a discussão dos dados.

4.7 Análise de Dados

No processo de análise, que foi realizado após a coleta de dados a partir das entrevistas realizadas individualmente, utilizei a Análise do Núcleo do Sentido (ANS), elaborado por Mendes (2007). Na ANS, segundo Mendes (2007), o texto obtido a partir das entrevistas é desmembrado em unidades, que formam núcleos de sentidos, destacando-se os temas psicológicos presentes com maior frequência nos discursos das trabalhadoras entrevistadas. Nesta técnica, os textos podem ser provenientes de comunicação oral ou escrita.

Há a presença de procedimentos sistemáticos contemplando critérios para análise dos dados. O conteúdo latente e manifesto do texto constitui um núcleo de sentido. A interpretação segue a rede de significados, com suas devidas particularidades de linguagem, contemplando-se a presença de figuras de linguagens que possibilita a consistência dos dados obtidos. Neste processo, é recomendado que a análise seja realizada por mais de um pesquisador, auxiliando na leitura, interpretação, seleção das falas, classificação e agrupamentos dos núcleos. As categorizações utilizam critérios de semelhanças de significações semânticas, lógicas e psicológicas. A nomeação e definição do núcleo é um dos processos complexos e essenciais nesta análise, e tal processo deve suscitar os conteúdos verbalizados.

Os dados obtidos foram analisados com a ANS e fundamentados nos aportes teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e suas Interseccionalidade (Raça, Gênero e Classe). Os resultados obtidos proporcionarão discussões e compreensões perante as relações subjetivas do trabalho doméstico em casa de família realizado por mulheres.

4.8 Riscos e Benefícios

Entre os benefícios desta pesquisa, destaca-se a visibilidade e valorização das trabalhadoras domésticas, na compreensão da inserção da mulher que vem de cidades do interior do Amazonas e demais estados da região norte para a cidade de Manaus. Academicamente, produzirá mais conhecimento sobre gênero, divisão sexual do trabalho e

relação de prazer e sofrimento no trabalho doméstico na região amazônica, tendo em vista a escassez de estudos sobre a temática na região norte do Brasil.

4.9 Aspectos Éticos

Diante dos critérios éticos da UFAM constantes no site do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP com Seres Humanos, realizamos a submissão de todos os documentos necessários para avaliação desta pesquisa. Seguimos e respeitamos as Resoluções 304/2000, 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde com todos os entrevistados, dando início a pesquisa, somente após a aprovação do CEP e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como compromisso desta pesquisadora, comprometo-me em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final da pesquisa no formato de notificação (se for o caso), de acordo com a sinalização do Item “XI – d” da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas).

5 TRABALHO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS – ESTADO DA ARTE

O trabalho é a atividade em que uma pessoa emprega sua força e recebe compensação pela produção, garantindo assim seu sustento (Santos, Sousa e Antoniassi Junior, 2021). Além disso, desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo como membro da sociedade, atuando como agente de transformação social. A estrutura da vida em sociedade está intrinsecamente ligada aos modos de produção realizados pelos trabalhadores (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2002).

O conceito de trabalho abarca várias dimensões que frequentemente se contradizem. Por um lado, é uma atividade essencial e abrangente, mas por outro, pode envolver aspectos negativos como precariedade, instabilidade, exploração, alienação, infelicidade e insatisfação. No entanto, também é possível enxergá-lo como algo emancipador e capaz de promover transformações positivas na vida do trabalhador (Antunes, 2018). O trabalho desempenha um papel fundamental na construção da identidade social do ser humano e influencia diretamente o processo de formação da subjetividade (Carvalho e Santos, 2021). Na sociedade moderna, um conjunto de valores enraizados reitera constantemente que o reconhecimento pessoal, a dignidade e a autoestima estão condicionadas à demonstração de utilidade no contexto do mercado (Maciel, 2006). No entanto, a expressão do trabalho muitas vezes ocorre em um ambiente precário, onde falta a apropriação individual da história e cultura, resultando na desefetivação da singularidade do indivíduo (Carvalho e Santos, 2021).

Permitindo que na sociedade surja culturas, hábitos e costumes, devido a transformação do trabalho do homem na natureza (Carvalho e Santos, 2021), a profissão permite de forma institucionalizada e reconhecida a constituição da identidade (Maciel, 2006). O trabalho emancipador é constituinte do sentido de ser humanizado e social (Carvalho e Santos, 2021).

No ambiente de trabalho produtivo, a força social do trabalho é canalizada pelo capital em detrimento do trabalhador, restringindo assim a reprodução do valor definido pela força de trabalho. Nesse contexto, a capacidade de criação de valor reside principalmente no capitalista (Iamamoto, 2010). De acordo com Mesquita, Carneiro e Siqueira (2012), o mercado de trabalho impõe exigências às quais o trabalhador deve atender para manter seu emprego, incluindo a necessidade de dominar técnicas e tecnologias. O trabalho produtivo é responsável pela geração de mais-valia, que permite à classe capitalista a apropriação do lucro, seja ele proveniente de atividades industriais, comerciais, renda fundiária ou juros (Iamamoto, 2010).

O trabalho produtivo refere-se à forma como a força de trabalho se relaciona com o capital no processo de produção capitalista, enquanto o trabalho improdutivo não gera valor nem repõe os meios de subsistência, concentrando-se na prestação de serviços que se encerram após sua realização (Iamamoto, 2010). A divisão sexual do trabalho indica que, ao longo das relações sociais, historicamente e socialmente, o trabalho produtivo é designado aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo é atribuído às mulheres, em um sistema condicionado por valores, hierarquias e desigualdades (Monticelli, 2021).

O trabalho feminino tem experimentado um aumento significativo, porém, as oportunidades de trabalho para esse grupo são frequentemente caracterizadas pela precariedade e falta de regulamentação (Antunes, 2002). Além disso, persiste uma diferença salarial entre homens e mulheres, apesar de ter diminuído entre as décadas de 1980 e 2000, essa disparidade ainda é evidente nos empregos formais até os dias atuais (Lavinias, Cordilha e Cruz, 2016). No século XXI, o trabalho se tornou crucial para a sobrevivência de muitos homens e mulheres, porém, eles enfrentam diariamente a precarização e a instabilidade, juntamente com o risco de desemprego (Antunes, 2018). Os jovens enfrentam desigualdades no mercado de trabalho, sendo confrontados com oportunidades limitadas, muitas vezes encontrando apenas empregos informais e com baixa remuneração (Sousa e Araújo, 2019).

Observa-se que a mão de obra feminina está predominantemente envolvida em trabalhos relacionados a serviços e comércio, tanto em ocupações formais quanto informais (Lavinias, Cordilha e Cruz, 2016). Embora o trabalho feminino seja frequentemente retratado como caracterizado por qualidades como afetividade, delicadeza, qualificação, explosividade, força e indignação, por trás de uma variedade de funções há experiências de opressão, humilhação, demissão e resistência em diferentes condições de trabalho (Antunes, 2018). Para algumas mulheres pobres, o trabalho doméstico representa uma forma de fuga de sua realidade social, com possibilidades de mudanças (Santos, Sousa e Antoniassi Junior, 2021).

Silva, Albuquerque Filho e Alencar (2021) destacam que, entre diversas profissões no Brasil, o trabalho doméstico está consideravelmente distante do ideal de trabalho decente, devido às condições precárias e à falta de proteção do Estado. A precariedade do trabalho doméstico ressalta a necessidade de discutir a situação desses trabalhadores à luz do conceito de trabalho decente estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT [20~]; Barbosa, Iasiniewicz e Büttow, 2019). Segundo a OIT (1999), o trabalho decente refere-se à promoção de oportunidades para homens e mulheres exercerem um trabalho produtivo com qualidade, em condições de liberdade, equidade e segurança, respeitando a dignidade humana.

No contexto do trabalho doméstico, há uma interseção entre as relações sociais de gênero, raça e classe social (Ávila, 2016). Existe um estigma social negativo associado aos trabalhadores domésticos, resultante da desigualdade na proteção estatal em comparação com trabalhadores rurais e urbanos (Silva, Albuquerque Filho e Alencar, 2021). Devido ao fato de ocorrer no ambiente privado, o trabalho doméstico já foi historicamente desconsiderado como trabalho (Santos, Sousa e Antoniassi Junior, 2021).

No que diz respeito às modalidades de trabalho doméstico, existem duas divisões importantes. As trabalhadoras mensalistas realizam seu trabalho em apenas uma residência, desfrutando de estabilidade, embora com remuneração mais baixa. Por outro lado, as trabalhadoras diaristas são autônomas e prestam serviços em várias residências, não possuindo estabilidade, apesar de uma remuneração potencialmente maior (Santos, Sousa e Antoniassi Junior, 2021).

O trabalho doméstico no Brasil teve origem na forma de cuidado realizada por mulheres negras durante o período da escravidão, e essa dinâmica ainda gera tensões atualmente, especialmente em relação ao tempo de trabalho e aos limites entre o acesso à cidadania e a condição de servidão (Ávila, 2016). Desde a escravidão e mesmo após sua abolição, as mulheres negras continuaram subalternizadas no mercado de trabalho, e a disponibilidade de empregos precários é um dos aspectos que contribui para essa situação (Carvalho e Santos, 2021).

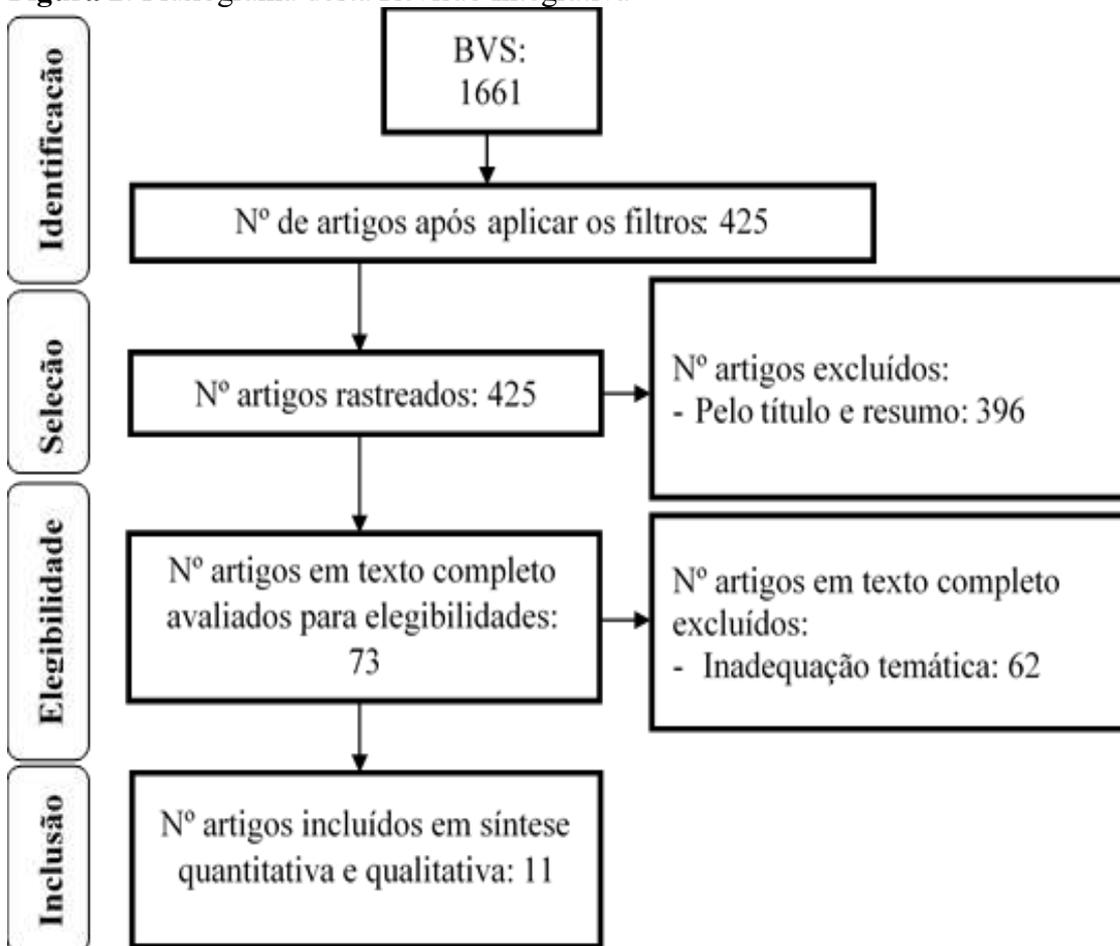
O simbolismo patronal mantém vivas as percepções subalternizadas herdadas da escravidão, dificultando o reconhecimento e negando garantias às trabalhadoras domésticas (Barbosa, Iasiniewicz e Büttow, 2019). As trabalhadoras domésticas enfrentam a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, sendo remuneradas na casa de seus patrões e não remuneradas em suas próprias residências, o que contribui para sua sobrecarga (Ávila, 2016). A parcialidade na execução do trabalho feminino está ligada à necessidade de conciliar o trabalho remunerado fora de casa com as responsabilidades domésticas (Lavinias, Cordilha e Cruz, 2016).

Devido à proximidade entre patrões e empregados domésticos, surgiram obstáculos no reconhecimento jurídico dos direitos dessa classe de trabalhadores (Barbosa, Iasiniewicz e Büttow, 2019). Diante dessas complexidades associadas ao trabalho doméstico, este estudo investiga o que os artigos científicos têm discutido sobre o tema nos últimos cinco anos.

5.1 Metodologia

Para a elaboração desta revisão integrativa de literatura, adotou-se o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis) (Moher et al., 2009; Page et al., 2021). Durante o processo de organização e execução, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa, tendo como foco a seguinte questão orientadora: "Quais estudos foram conduzidos nos últimos cinco anos sobre trabalhadoras domésticas no Brasil?"

Figura 2: Fluxograma desta Revisão Integrativa



Fonte: Elaboração Própria

Na fase 1 (identificação), realizou-se o levantamento de artigos nas plataformas de revistas indexadas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que compõem as plataformas SciELO, PUBMED, LILACS, BIREME e MEDLINE. Definiu-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “Trabalho Doméstico”; “Trabalho Doméstico” AND “Mulheres”; “Trabalho Doméstico” AND “Brasil”; “Trabalho Doméstico” AND “Amazônia”. A busca foi realizada por duas pessoas, com o auxílio de uma terceira perante situações de questionamentos e

conflitos, entre o período de dezembro de 2023 a março de 2024. Obteve-se inicialmente 1661 textos.

Na fase de triagem, utilizou-se o site Rayyan para organização, arquivamento e seleção dos textos obtidos (Ouzzani et al., 2016). Para a fase 2 (seleção), aplicou-se filtros com intuito de exclusão de textos que não estivessem dentro dos parâmetros pré-determinados, sendo eles: Artigos com mais de 5 anos de publicação; Artigos Duplicados; Artigos não revisados por pares; Artigos que não se enquadrassem na temática a partir da leitura do Título e Resumo; Artigos desenvolvidos fora do Brasil, restando desse modo 396 textos. Na fase 3 (elegibilidade), como inclusão, foram lidos os textos completos, e por fugirem da temática do nosso estudo, desconsiderou-se 62 textos. Na fase 04 (inclusão) trabalhou-se com 11 artigos, conforme mostrados na tabela 01.

A partir da Análise Temática (Braun e Clarke, 2017), analisamos os dados dos artigos: caracterização dos estudos pelo método de coleta de dados e de análise; A análise temática (AT) é composta por 6 etapas, sendo elas: 1) Familiarização com os Dados; 2) Geração de Códigos Iniciais; 3) Busca por Temas; 4) Revisando Temas; 5) Definindo e Nomeando Temas e 6) Produção do Relatório. Na Tabela 01 apontamos a local da pesquisa, nacionalidade dos participantes, faixa etária e tipo de trabalho doméstico exercido.

5.2 Resultados e Discussão

5.2.1 Caracterização dos Estudos

Para uma discussão mais aprofundada sobre os estudos relacionados ao trabalho doméstico, optamos por agrupá-los em subcategorias, abordando a metodologia dos estudos, os instrumentos utilizados para coleta de dados, a amostra de participantes, a distribuição geográfica dos estudos no país e a faixa etária das entrevistadas. Nos resultados apresentados no Quadro 1, destacamos os artigos selecionados que tratam do tema do Trabalho Doméstico. Todos os estudos são de origem brasileira e empregaram uma abordagem qualitativa (artigos nº 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10 e 11), enquanto apenas dois artigos (nº 05, 06) combinaram abordagens qualitativas e quantitativas. Vale ressaltar que pesquisas internacionais tendem a utilizar predominantemente uma abordagem quantitativa (Junges, Zapelini e Schaefer, 2022).

Os instrumentos utilizados nos estudos Entrevista de História Oral (nº 01), Entrevista Semiestruturada (nº 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10), Etnografia (03), Observação Participante (nº

04), Revisão Documental (nº 07), Entrevista de Relatos de Vida (nº 11). A maioria dos estudos apresenta somente um instrumento de coleta de dados (nº 01, 02, 03, 05, 06, 08, 09, 10, 11), os demais dois instrumentos (nº 04 e 07), nos permitindo compreender a eficiência do processo de coletas de dados a partir da utilização de entrevista em pesquisas qualitativas. A entrevista consiste em uma técnica que no qual compila-se informações com intuito de diagnosticar e ou resolver a condição da pesquisa, não obtida por meio de dados bibliográficos ou a partir da observação do fenômeno (Silva et al., 2018).

A amostra de participantes nos artigos variou de 2 a 100 pessoas. Nos estudos qualitativos (artigos nº 01, 02, 03, 05, 06, 08, 09, 10 e 11), não foi especificado um número exato de participantes. Nesse contexto, os autores Bauer e Gaskell (2010) destacam que a saturação na pesquisa ocorre quando os dados repetidos não acrescentam informações relevantes que contribuam para a compreensão do fenômeno em estudo. Os estudos quantitativos realizados (artigos nº 04 e 07) combinaram análise de dados obtidos por meio de entrevistas com informações disponibilizadas em sites governamentais e não governamentais de acesso público sobre o tema do trabalho doméstico.

A maioria das pesquisas sobre o tema está concentrada em algumas regiões do Brasil, como mostrado anteriormente: Região Sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (artigos nº 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10 e 11), Centro-Oeste - Goiás (artigos nº 05 e 06) e Norte - Amazonas (artigo nº 09). No entanto, um aspecto interessante observado nos artigos é a nacionalidade e o processo de migração, conforme descrito no artigo (nº 07), que aborda a realidade de empregadas domésticas filipinas e bolivianas e os desafios enfrentados no trabalho no Brasil. O mercado de trabalho doméstico tem sido um fator impulsionador da migração, com o objetivo de prover sustento familiar para mulheres de países subdesenvolvidos (Martins e Vedovato, 2016).

Quadro 1 – Dados Sociodemográficos

| Nº | Autor/Ano | Local da Pesquisa | Nacionalidade das entrevistadas | Faixa Etária | Tipo de Trabalho Exercido |
|----|--|---|---------------------------------|---------------|---|
| 1 | FARIA, G. J. A. (2020) | Montes Claros - MG | Brasileiras | 40-60 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 2 | FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; DE PAULA, M. N. R. (2020) | Montes Claros - MG | Brasileiras | 40-60 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 3 | GOMES, F. M. S. (2021) | Niterói - RJ | Brasileiras | Não Informado | Empregadas Domésticas; Diaristas; Cuidadores Profissionais, Voluntários |
| 4 | PINTO, T. O. (2021) | Nova Iguaçu - RJ | Brasileiras | 30-70 anos | Empregadas Domésticas; Diaristas; Cozinheira |
| 5 | VALERIANO, M.; TOSTA, T. L. D. (2021) | Goiania - GO | Brasileiras | 25-51 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 6 | VALERIANO, M.; TOSTA, T. L. D. NUNES, J. H. (2021) | Goiania - GO | Brasileiras | 19-62 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 7 | MARTINS, E. G. (2022) | São Paulo - SP | Filipina e Boliviana | 30-40 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 8 | MOURÃO, L. REIS, L. S. CARVALHO, L. SANDALL, H. L. P. (2022) | Rio de Janeiro - RJ | Brasileiras | 30 - 58 anos | Empregada Doméstica; Diarista |
| 9 | GOMES-SOUZA, R.; VIEIRA, R. L. S. SOUZA, A. J. S. (2022) | Manaus - AM | Brasileiras | 35-52 anos | Trabalhadoras Domésticas |
| 10 | ALVES, A. C.; OLIVEIRA, L. F. (2023) | Betim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Bocaiúva, Contagem, Curvelo, Espinosa, Francisco Sá, Governador Valadares, Januária, Medina, Montes Claros, Nova Lima, Paracatu, Pedra Azul, Pirapora, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Teófilo Otoni, Unai e Vespasiano - MG | Brasileiras | 25-49 anos | Trabalhadoras Domésticas |
| 11 | MARINS, C. T. (2024) | Rio de Janeiro; Baixada Fluminense - RJ | Brasileiras | 22-44 anos | Trabalhadoras do setor de limpeza doméstica |

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à faixa etária das participantes da pesquisa, variou de 25 a 70 anos. No entanto, é observado nos relatos que, apesar de serem adultas atualmente, essas mulheres ingressaram no trabalho doméstico durante a infância e adolescência. Zago (2016) destaca que o movimento migratório do campo para a cidade tem sido protagonizado pela população mais jovem, principalmente pelo público feminino, corroborando os dados encontrados nas pesquisas. O trabalho doméstico infantil serve atualmente aos interesses do capitalismo, preparando essas crianças e adolescentes para o trabalho precário e substituindo a exploração da força de trabalho (Lira, 2021).

5.2.2 Migração e Imigração

A migração é uma realidade contemporânea, mas também uma problemática histórica, envolvendo a movimentação de pessoas ao redor do mundo, sejam elas migrantes internacionais, nacionais ou refugiadas, fenômeno presente no Brasil (Vendramini, 2018). Nos estudos (artigos nº 01, 02, 06 e 08), a temática da migração foi abordada como uma forma de sobrevivência, complementação de renda familiar, transmissão cultural entre gerações, enfrentamento ao desemprego e à violência, bem como uma fonte de esperança e acesso à educação. Observa-se a presença desse movimento, investimento e conquista no processo migratório. De acordo com Silva, Silva Filho e Cavalcanti (2019), a migração é vista como um investimento em capacitação, envolvendo lógicas educacionais e de treinamento, já que implica buscar oportunidades de aprendizado fora do local de origem, visando alcançar benefícios que superem os custos do processo migratório.

A imigração envolve a mobilidade internacional através do deslocamento entre diferentes países (Yamamoto e Oliveira, 2021). No estudo (artigo nº07), é abordado o processo migratório de trabalhadoras domésticas em busca de renda para auxiliar suas famílias, estejam elas presentes ou não com as trabalhadoras. No entanto, essas trabalhadoras frequentemente se deparam com condições de trabalho degradantes, diversas formas de exploração e situações que se assemelham ao trabalho escravo, além de enfrentarem dificuldades no recebimento de seus direitos. Tonhati e Macedo (2020) destacam que as mulheres compõem metade da população que trabalha fora de seus países de origem, e que no Brasil, de acordo com dados oficiais do Ministério da Economia, esse grupo tem uma presença significativa no setor de serviços. Essas informações corroboram com o estudo, fornecendo uma visão mais clara da realidade do contexto brasileiro em relação ao acesso ao trabalho.

5.2.3 Divisão Sexual do Trabalho Doméstico

A divisão sexual do trabalho refere-se à compreensão das relações sociais entre os sexos, dentro de um contexto histórico e social, que caracteriza e atribui aos homens o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo. Isso influencia sistemas e estruturas de valores, hierarquias e desigualdades (Monticelli, 2021). Nos estudos (artigos nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 11), fica evidente a divisão sexual do trabalho no contexto do trabalho doméstico, o que se reflete nas relações de trabalho e nas relações pessoais com a família. Essa responsabilidade do trabalho reprodutivo atribuída à mulher é reproduzida em diversos contextos, tornando-se uma herança geracional.

Abreu, Marques e Diniz (2020) destacam que o trabalho doméstico, por ocorrer no âmbito privado, contribui para o silenciamento e invisibilidade das desigualdades entre homens e mulheres, o que ressalta a importância de discussões sobre o tema através da ótica da divisão sexual do trabalho. As mulheres negras, historicamente e atualmente, são frequentemente responsáveis também pelo trabalho reprodutivo e pelos afazeres domésticos em suas rotinas (Guimarães e Daou, 2021). A interseção entre a divisão sexual do trabalho e as relações de raça e gênero é discutida nos artigos (nº 01, 02, 03, 05, 07 e 09), abordando a presença de mulheres negras e as múltiplas jornadas que enfrentam no exercício do trabalho doméstico.

5.2.4 Ambivalência no estabelecimento de afeto dentre as relações profissionais e pessoais com o empregador

O afeto, para além de um simples sentimento ou emoção, torna-se um mecanismo de micropoder utilizado em situações de dominação e colonialidade de gênero (Araújo, 2022). Nos estudos (artigos nº 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10), descreve-se o estabelecimento do afeto como uma barreira que dificulta a busca por direitos, sendo que os empregadores priorizam inicialmente o sentimento moral de cuidado, gratidão, amizade, confiança e reconhecimento, relegando a remuneração a um segundo plano. No contexto do trabalho doméstico, observa-se a legitimação social da "solidariedade-gratidão" como justificativa para não reconhecer o vínculo trabalhista com membros da família (Santana, 2021).

Entretanto, na prática, os sentimentos de insegurança, medo, desamparo, sobrecarga e opressão prevalecem, juntamente com situações de subserviência, subalternidade,

subordinação, precariedade, desigualdades, dissimulação, assédio, exploração e até mesmo trabalho análogo à escravidão, além de restrições alimentares. Diante dessa ambivalência nas relações do trabalho doméstico, observa-se a ausência de direitos e a omissão dos órgãos governamentais. Araújo (2022) descreve que essas situações e argumentos, historicamente reproduzidos e socialmente reafirmados, têm como objetivo encobrir violações à dignidade das trabalhadoras domésticas e favorecer os empregadores quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

5.3 Considerações Finais

Neste capítulo, buscamos identificar pesquisas publicadas que investigaram trabalhadoras domésticas, incluindo empregadas domésticas, diaristas e outros profissionais do cuidado. Concluimos que, em geral, os estudos brasileiros adotam uma abordagem qualitativa, com uso ocasional de métodos quantitativos para análise de dados mais complexos, muitas vezes obtidos em sites governamentais e não governamentais. Em relação aos instrumentos de coleta de dados, predominam as entrevistas semiestruturadas, com uma amostra de participantes que varia de 2 a 100, um número significativo dentro dos critérios de saturação para pesquisa qualitativa.

Os estudos revelam uma concentração de pesquisas sobre trabalho doméstico nas regiões sudeste e centro-oeste, embora essa categoria de trabalhadoras esteja presente em todo o país, em parte devido a heranças históricas do período de escravidão e à divisão sexual do trabalho. As trabalhadoras domésticas ainda enfrentam vulnerabilidades, dificuldades e desafios diários, apesar dos avanços e direitos adquiridos nos últimos anos, indicando que há muito a ser conquistado por essa categoria de trabalhadores.

O trabalho informal doméstico tem se tornado uma alternativa para lidar com a baixa remuneração da classe, o que tem refletido em processos migratórios e imigratórios, criando novos nichos e mantendo os antigos. Observa-se a criação de agências que trazem trabalhadores do exterior, contratos inflexíveis, redes sociais familiares e a perpetuação desse tipo de trabalho entre as gerações de mulheres da mesma família, além de outras vulnerabilidades que afetam a vida e a saúde dessas profissionais.

Quanto à questão do afeto, ele é um fator que perpetua condições precárias de trabalho, estabelecendo vínculos difíceis de serem transpassados e influenciando nas condições de trabalho e no acesso aos direitos dessas trabalhadoras.

Os resultados desta revisão indicam que, nos últimos 5 anos, apesar da extensa produção sobre essa classe de trabalhadoras, os artigos se concentram principalmente na trajetória de vida e no exercício da profissão, com pouca abordagem de outras regiões do país. Compreendemos que o acesso e o desenvolvimento de pesquisas com esse público são desafiadores, considerando as múltiplas jornadas de trabalho que essas mulheres enfrentam. Portanto, enfatizamos a necessidade de mais pesquisas e uma ampliação da temática para outras regiões e estados brasileiros, visando subsidiar políticas públicas que beneficiem essa classe de trabalhadoras.

6 TRAJETÓRIA DE VIDA DA SAÍDA DO INTERIOR PARA TRABALHAR EM CASA DE FAMÍLIA

Neste estudo apresentaremos os dados sobre quem são estas trabalhadoras entrevistadas e qual a trajetória de vida desde a saída até a chegada na casa de família, explanando os dados acerca de: a) Quem são essas meninas mulheres que vem de municípios do interior para a capital Manaus?; b) Eu nunca tinha vindo para Manaus; e c) Se você quiser ir para cidade eu vou dar um jeito para você estudar, mas eu não sei o que faz uma pessoa que estuda.

Para compreensão de histórias de vida é necessário consciência sobre o quão interessante são vidas comuns e típicas (Duarte, Lopes e Pereira, 2013). Há dados sobre meninas desde a década de 60, que vieram para exercer o trabalho doméstico, buscando oportunidades para estudar e trabalhar na cidade de Manaus (Artiago, 2020). A partir da memória se obtém uma revisão da história pessoal, que jamais haverá mudanças, mais sim redefinição e reflexões acerca das vivências acontecidas (Sousa, Dias e Vieira, 2024).

Cada uma das entrevistadas chega a Manaus com a proposta de estudar e ajudar nos afazeres domésticos, em casa de família. Na vida dessas trabalhadoras entrevistadas, a infância, a adolescência e a vida adulta foram atravessadas pela vivência e pela consequência de suas escolhas: morar em casa de família para estudar

6.1 Quem são essas meninas mulheres que vem de municípios do interior para a capital Manaus?

Para composição desta pesquisa, foram entrevistadas 03 mulheres, que apesar de não permanecerem na realidade de trabalho doméstico em casa de família atualmente, tiveram em suas trajetórias de vida tais experiências de trabalho. As pessoas que para cá migravam, buscavam possibilidade de empregos ou de uma vida melhor (Artiago, 2020). As trabalhadoras entrevistadas vêm de municípios do interior do estado do Amazonas e do estado do Pará.

É comum a prática de busca por meninas do interior do estado, para trabalhar em casa de família, e que, em troca da moradia e oportunidade de estudar recebiam roupas, sapatos e alimentação. Essas meninas deveriam exercer trabalhos domésticos já executados em sua casa de origem (Artiago, 2020). Como uma forma de identificação para melhor explanação dos dados, vou nomeá-las conforme sua cidade de origem: Itacoatiara (57 anos), Juruá (22 anos) e Santarém (32 anos).

Todas essas mulheres se consideram negras, e estão na faixa de 22 a 57 anos de idade. São solteiras e sem filhos. Santarém mora em sua cidade de origem e as demais residem em

Manaus. Itacoatiara e Santarém possuem nível superior completo, enquanto Juruá está cursando faculdade. Somente Itacoatiara está empregada, é funcionária pública.

Juruá e Santarém estão desempregadas, no entanto Juruá relata que complementa sua renda a partir de estágio remunerado que exerce em uma instituição pública. Santarém recebe incentivo governamental do Bolsa Família. A faixa de renda individual de Juruá e de Santarém é abaixo de mil reais, enquanto que Itacoatiara possui renda acima de 10 mil reais.

6.2 Eu nunca tinha vindo para Manaus

Não é fácil sair de próximo da família e da rede de apoio para ir estudar e morar em outro lugar, mas às vezes é necessário, tendo em vista os objetivos pessoais que se tenha. A migração interna é uma realidade no contexto brasileiro, tendo sua relevância no processo de urbanização das grandes cidades (Florêncio *et al.*, 2023).

A partir da segunda metade da década de 60, a cidade de Manaus experienciou um processo de migração em larga escala, do próprio Amazonas e de demais estados da região norte e nordeste (Artiago, 2020). De acordo com as trabalhadoras, vir para a capital foi um confronto com uma realidade diferente de suas expectativas:

O interior, que apesar de o município ser de Itacoatiara, eu nasci um local por de nome Paraná da Eva, beirando o rio mesmo, não era nem comunidade. Tipo assim, uma casa na época que eu morava lá, ai tipo, 3 a 4 km de lá tem outra casa na beira do rio mesmo. Na época lá, a gente não tinha energia não tinha, tinha acesso à cidade de Manaus apenas um barco que vinha uma vez na semana, eram 10 horas subindo o rio se você descendo era uma média de 8 horas, então ele vinha uma vez na semana e voltava. Era o acesso que a gente tinha a cidade, é, não tinha nada de tecnologia, meu pai tinha um radinho de pilhas que ele escutava. [...] Aí criança, né? A gente tem curiosidade. Eu nunca tinha vindo na cidade. Não sabia nem o que era energia elétrica. (Itacoatiara).

Há fatores culturais e históricos associados à escravidão que se repetem a partir do hábito, por exemplo, de levar crianças e adolescentes de áreas rurais para estudar na capital e morar em casa de família para exercício do trabalho doméstico infantil (Pereira *et al.*, 2022). A afirmação do autor corrobora com o relato de Itacoatiara.

Quanto a região amazônica, o intermediário desse processo de trazer essas meninas para morar e trabalhar como domésticas, se desenvolvia a partir da entrega da própria família como um processo de ajuda. Geralmente quem realizava esse tipo função era alguém da família ou próximo que transitava nesse itinerário entre a capital Manaus e o município do interior, cidade natal da criança/adolescente (Artiago, 2020).

Foi a primeira vez, a primeira vez que eu tava saindo de Tefé na Verdade, né. Só saía de Tefé para o Juruá [...] e eu nunca tinha vindo para Manaus, e eu tinha muito medo, porque tipo, o que a gente sabia de Manaus, era só o que a gente via na televisão, né? E aí meus pais só sabiam também dessa visão do que a gente via na televisão e geralmente só era coisa trágica, [...] meu pai falava não! Eu imaginava que eu ia sair na rua e tipo ter um tiroteio na frente da minha casa. É claro que aqui, tem seu perigo aqui, né? Mas não é tipo, igual eu imaginava que seria. (Juruá).

Em diversas regiões e comunidades do interior do Amazonas, mulheres, crianças e adolescentes vivenciam migração a partir de promessas de vinda, moradia e trabalho em casa de família, mas as vivências se restringiam a exploração e abuso sexual exercido pelos empregadores (Leitão, 2014). O deslocamento para capitais, êxodo rural, faz parte da história do nosso país e da região amazônica.

[...] lá no porto, a gente ficou com medo até de subir, tinha medo de roubarem nossas malas, sei lá, fazerem alguma coisa, e a minha mãe [...] às vezes eu pensava meu Deus eu quero ir embora. [...] eu vim, a minha mãe veio comigo de início. A minha mãe passou acho que uma semana aqui comigo, lá na casa dela. Aí a minha mãe foi embora, aí daí para frente foi eu, tipo por mim, né? Me virar (Juruá).

A esperança de saída de situações de miséria, dentre outras dificuldades, potencializa essas “oportunidades” em casa de família (Artiago, 2020). Oliveira *et al.* (2022) afirmam que perante essas oportunidades de “socialização” e “ajuda”, a invisibilidade deste tipo de trabalho é potencializada. Percebe-se um desvelar diferente da realidade prometida na fala de Santarém:

Não, eu fui com ela (tia), na volta dela de final de ano, sempre passava no sítio, eu fui com ela. [...] então, a princípio falaram que eu ia estudar e ajudar em algumas coisas nos afazeres da casa, somente isto. [...] tinha ido eu e mais outra moça, que também ia trabalhar em casa de família, eu não, eu fui para estudar, na época era 5 série, [...], só que depois de um tempo, umas duas semanas depois que eu já estava lá, não era isso que acontecia.

Na concentração de mão de obra feminina como trabalho doméstico há a presença de interdição de liberdade, surgindo como uma extensão de escravidão. Tal relação surge como forma de sustento do patriarcado e paternalismo, além da democracia racial presente em nosso país (Araújo, 2010).

Tinha algumas coisas que eu não podia fazer, eu não podia telefonar pra minha mãe nem ligar pra ela, ela que ligava pra mim, [...] eu queria voltar, queria vim me embora, [...] pra minha cidade mesmo, e não queria mais ficar lá, e era proibido e quando a minha mãe ligava ela ficava perto para mim não falar besteira (Santarém).

Esse processo não é fácil, porquanto envolve os vínculos culturais e afetivos da pessoa perante seu lugar de origem (Florêncio *et al.*, 2023). Relações paternalistas com base em

gratidão ou ingratidão possui objetivos de legitimação de dominação e vantagens sobre outras pessoas (Araújo, 2010). Amor, respeito, gratidão e fome se torna mecanismos de controle para naturalização dessas situações de exploração (Artiago, 2020). Pertencer ou ser membro da família são pretextos criados por empregadores como forma de garantia de confiança no exercício do emprego doméstico (Rocha e Pinto, 2020).

Em cada um dos relatos é abordado o percurso de vida atrelado à vinda para estudar na capital e morar em casa de família. Todas as trabalhadoras relatam dificuldades nesse processo. O trabalho doméstico por sua ocorrência ser no âmbito privado, casa de família, restringe o acesso a essas trabalhadoras. Cada uma das trabalhadoras vivenciou tais situações em décadas diferentes, e mesmo assim, as situações se assemelham, demonstrando que essa problemática é presente em nossa sociedade há muito tempo e mantém os mesmos moldes.

Essas relações de trabalho foram estabelecidas de modo desigual, uma relação social subordinada, na qual um obtém tudo (empregador) e o outro não obtém nada (empregada), e devido a isso, a relação deve ser permeada de sentimentalismo de gratidão, caso contrário, está sendo rebelde ou ingrata. Assim, reafirma-se o domínio da relação de trabalho, pois a trabalhadora está recebendo estudo, moradia e alimentação para somente “ajudar” na casa.

6.3 Se você quiser ir para cidade eu vou dar um jeito para você estudar mas eu não sei o que faz uma pessoa que estuda

A migração é o processo em que pessoas entram (imigração) e saem (emigração) de determinadas regiões (Florêncio et al., 2023). De acordo com o processo de migração se desenvolve quando uma parte da população necessita de deslocamento para acesso a serviços, como de educação por exemplo (Castro e França, 2023). Estudantes que trabalham e possuem jornadas intensas, interferem diretamente no rendimento escolar em sala de aula (Castro, Pinto e Lima, 2021).

O principal ponto é a escolha educacional atrelada ao processo migratório que a leva a de sair de sua cidade natal em busca do processo de escolarização adequado. Oliveira et al. (2022) conclui que no processo de deslocamento rural-urbano há uma relação entre migração e educação, e no contexto das populações tradicionais, há a presença de desigualdades no acesso a políticas públicas de acesso à educação. Diversos percalços que limitam o prosseguimento dos estudos (Vendramini, 2020) se fazem presentes. Observamos tais complexidades no relato de Itacoatiara e Juruá.

Meu pai chegou para mim disse assim [...]Se você quiser ir para a cidade estudar, eu vou dar um jeito, colocar você para lá, agora eu não sei se você escolher ficar aqui, daqui a uns dois três anos você vai arrumar um marido, vai casar, vai ter filhos e vai ser assim como vive eu e a sua mãe. A minha avó veio para fazer uma cirurgia da vista, [...] aí nessa casa a gente hospedava, ela tava com o neto, ela pegou e falou para o papai: [...] Eu consigo ainda vaga, as aulas já começaram, mas eu consigo, se tu deixar ela ficar aqui para estudar. E aí ela vai cuidar do meu neto. Eu devo ter ficado uns três meses só, aí eu voltei. [...] um ano depois, foi quando o papai chegou e disse assim: minha filha agora bora conversar. Eu tinha 12, tinha completado 12 anos, aí foi quando ele falou: se você quiser ir para cidade eu vou dar um jeito para você estudar, mas eu não sei o que vai ser da vida para você lá, porque eu não sei o que faz uma pessoa que estuda, aí eu quero a gente, pensa, né? (Itacoatiara)”.

Os familiares, mães e pais, entregam as filhas com o objetivo de que as mesmas se desenvolvam e obtenham melhores oportunidades de estudo e trabalho (Sousa, 2023). A família que recebe essas meninas, cria narrativas denominando-as como “sobrinhas, filha de criação, afilhada”, para manter a exploração do trabalho doméstico, com a nomenclatura de “ajuda” e não trabalho (Artiago, 2020).

[...] Quando foi eu terminei o ensino médio em 2019, [...] e aí no mesmo ano eu passei pelo PSC¹. [...] eu tava meio que desacreditada, mas eu acabei passando. E aí no meio disso um amigo meu também que era da, que estudava comigo, ele também tinha passado para cá, para a UFAM, e aí ele conversou comigo. Ah, você já sabe onde que vai ficar? eu disse eu não sei, mas eu vou, eu não sei para onde eu vou ficar lá, aí ele falou: Oh, se tu quiser eu tô indo pra casa de uma tia minha, e aí eu posso falar com ela para ver se tu pode ficar na casa dela. E aí tu vai lá, tu só ajuda tipo com algum valor ou ajuda em casa, tipo com casa com comida, água e luz, esse tipo de coisa, ajudar com as contas de casa aí. Tá, ele falou com ela, e aí a tia dele ela falou comigo, ela, ele deu o contato, o meu contato para ela, falou comigo e com os meus pais. E ela falou comigo que se eu quisesse eu poderia ficar na casa dela, juntamente com esse meu primo, que tanto que eu ajudasse, né e meus pais tipo concordaram de que eu ajudasse (Juruá)

Na realidade amazônica, no âmbito rural há especificidades quanto a oferta de ensino multisseriado, escolas nucleadas, tempo e percurso para chegar na escola, além do uso de material didático que não incorpora a cultura e o modo de vida dessas pessoas (Oliveira et al., 2022). A educação na Amazônia acontece em ambientes escolares improvisados, e o professor escolhido geralmente possui um nível educacional maior entre os comunitários, logo, o improvisado é presente nesta realidade (Siqueira, 2021).

Então, era casinha de madeira assim, né que estava no Rio, quando a enchente subia, alagava e a gente não podia ter aula. Porque a água subia até aqui na parede aí tinha o quadro de giz aqui, aí que tinha bancos e bancos aí a professora colocava os dois primeiros bancos aqui: primeira série, os dois segundos bancos: segunda série terceira e quarta série, a mesma professora, ela vinha no quadro, passava a tarefina desse, riscava o quadro assim e dizia: Olha esse aqui é a tua essa aqui é a tua essa aqui é a tua. E aí ela dava aula de todas, Era quatro disciplinas só, que era geografia, história e matemática e português. era as aulas que a gente tinha nesse método de primeira à

quarta série com a mesma professora, dando todas as disciplinas para todas as turmas no mesmo horário (Itacoatiara).

Observamos tanto no percurso de vida de Itacoatiara quanto de Juruá essa dificuldade na continuidade de seus estudos em sua cidade de origem, tendo que realizar esse deslocamento para capital Manaus. Para Santarém, ocorreu na adolescência, essa possibilidade de estudo na capital:

A princípio, eu tinha uns 12, 13 anos eu estava nessa faixa etária. Uma tia minha pediu para minha mãe para que eu pudesse morar com ela, para mim estudar, e aí a minha mãe deixou, e aí eu viajei com ela, fui para Manaus e chegando lá, a intenção era para estudar, e ajudar nas coisas da casa, mas não foi isso que aconteceu exatamente.

Podemos observar a presença de certa frustração na fala de Santarém quanto a realidade encontrada, pois a mesma tinha recebido a proposta de estudar na cidade de Manaus e ajudar na casa, no entanto conforme seu relato, ela se deparou com uma realidade diferente da esperada. O processo de migração tem o intuito de busca de oportunidades e melhorias na qualidade de vida (Castro e França, 2023). Conforme as entrevistadas relatam, ocorreram frustrações de expectativas nesse percurso. Dejours (2011b) descreve que há processos psíquicos mobilizados pelo trabalhador diante do trabalho prescrito e o real. A realidade concreta da situação real do trabalho demanda reorganização subjetiva constante dos trabalhadores (Amaral et al., 2017).

As vítimas do trabalho escravo doméstico geralmente são mulheres, pretas, periféricas, com pouco grau de instrução, na busca de obtenção de melhores condições de vida (Sousa, 2023). *É como se você fosse uma expatriada porque quando eu tava lá as pessoas me tratavam como se eu fosse daqui, quando eu tava aqui me tratava como se eu fosse de lá, então você nem é de um lugar, nem é do outro (Itacoatiara)*". Em alguns casos, essas pessoas constituem uma população expropriada e explorada, sendo recorrente entre a jovens que passam por situações de naturalização de perda dos direitos trabalhistas (Vendramini, 2020).

Até falo para minha amiga, que Manaus e Amazonas são coisas totalmente diferentes, a gente vai comparar e tudo porque, não sei eu não sei se é para mim, interior tipo, meu em geral tipo, de mudar a história de um interior que é sempre muito esquecido. E aí quando vem como se fosse realmente quando eu não sou daqui ou é essa daqui também, eu sou daqui da Amazonas também. Eu sou tua conterrânea também, eu sou tratada como se fosse de fora, dessa forma por isso que eu devo ser sujeita para esse tipo de coisa? porque eu sou diferente, eu sou menos que você? De quando eu não mereço esse espaço também? Por muito tempo eu acreditava que não era merecedora desse espaço (Juruá).

Há um perfil de vítimas deste tipo de exploração do trabalho doméstico, que é delimitado por gênero, raça, faixa etária, escolaridade e classe social (Sousa, 2023). Obstáculos diversos são percebidos no percurso de vida dessas mulheres, como a exploração, responsabilização e o real do trabalho, que mobiliza subjetivamente e simbolicamente essas trabalhadoras domésticas. O apadrinhamento de crianças, adolescentes e jovens adultas com o intuito de mascarar o trabalho doméstico a ser exercido, em troca de moradia, alimentação, vestuário e calçados permeiam nossa sociedade atual. O trabalho doméstico subordinado, situações de exploração, escravidão não ficou no passado, é uma temática extremamente relevante e presente na atualidade.

7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA CASA DE FAMÍLIA

Neste capítulo abordaremos o trabalho na casa de família e suas nuances: a) Trabalho é quando você desempenha algum tipo de serviço para alguém; b) Trabalho Doméstico é qualquer tipo de cuidado e manutenção de casa; c) A menina do interior não tinha direito a salário, ela tinha direito a ter um teto e o horário livre para ir para escola; d) Retira a louça do café, aí já vai pensando no almoço; e) Tu tem onde morar, tu tem o que comer, tem o que vestir, e tu tá estudando!

O trabalho é um fator preponderante na sociedade atual, sendo reconhecida por diversos setores da sociedade. De acordo com Dejours (2007), o processo de trabalho não se restringe somente a produção de algo, mais também na transformação do eu, como sujeito que possui subjetividade. O trabalho é um local existente que materializa e desenvolve relações sociais que se organizam por prescrições éticas e técnicas (Facas, Silva e Araújo, 2013). No entanto, não são todas as profissões que são valorizadas, apesar da importância de cada uma das funções e profissões existentes. Na atual conjuntura da divisão sexual do trabalho, reverbera a segmentação entre homens e mulheres, interferindo em aspectos como condições de trabalho e diferenças salariais (Nogueira, 2010).

O cuidado consiste em uma relação social existente entre prestador de serviço e beneficiário do serviço, que é sexuada, podendo (profissionalização) ou não ser remunerada (cuidado doméstico) (Hirata, 2022). Trabalhos voltados ao processo de cuidado, principalmente os que acontecem no âmbito privado do lar, possuem particularidades que englobam falta de reconhecimento, baixa ou ausência de remuneração, além do excesso de trabalho.

Uma forma encontrada para driblar as legislações brasileiras, como Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o processo de acolhimento de meninas e mulheres que vem do interior em busca de continuidade de seus estudos em troca da execução de serviços domésticos com falácias que “só vão ajudar”. As condições de vida para essas meninas trabalhadoras domésticas são atravessadas de precariedade, e em alguns casos, a saída ou a fuga se torna possibilidade de redenção (Artiago, 2020). Isso é uma realidade presente para além do contexto amazônico, mas que será discutida no decorrer deste capítulo.

7.1 Trabalho é quando você desempenha algum tipo de serviço para alguém

O mundo capitalista propicia que haja o desenvolvimento do trabalho como gerador de mais-valor (Antunes, 2018). O trabalho é para a PDT a realização de atividades pelo trabalhador, que não estão estabelecidas em sua totalidade pela organização de trabalho. De acordo com Dejours (2008) o trabalho consiste no confronto com o real e os modos de saber-fazer. Itacoatiara descreve que trabalho é “[...] *dignidade, do ponto de vista sociocultural e psicológico, mais do ponto de vista técnico é toda atividade humana que desempenham [...] não necessariamente remuneradas. [...] tudo que a gente faz, que desempenha energia física ou psicológica vai ser um trabalho*”.

A PDT busca compreender o mundo do trabalho na perspectiva de conflitos existentes entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico do trabalhador, de modo a interpretar o trabalho como uma situação que possui implicações nos laços sociais e nas relações interpessoais existentes no ambiente que o trabalhador esteja inserido (Ferreira, 2009).

O trabalho é a condição que possibilita fundamentalmente a vida humana e a criação do ser humano (Leite, 2023). Santarém afirma sobre trabalho: “*eu acredito que seja atividade profissional*”. A priori carga de trabalho consiste no conjunto de esforços propagados no atendimento de exigências de execução de tarefas, contemplando esforço físico, cognitivo e emocionais que possibilitam sua medida a partir do desgaste, relacionado a situações de estresse (Monteiro e Jacoby, 2013). O trabalho tem relação com a execução e o desempenho de atividades e serviços, que podem ser remunerados ou não.

Para Juruá trabalho é “[...] *quando você desempenha algum tipo de serviço para alguém, você de certa forma é remunerado por esse serviço*”, ela ainda complementa “[...] *hoje eu entendo como uma espécie de serviço, seja ele de cuidado, de prestação de qualquer tipo de serviço a uma outra pessoa e que às vezes não é bastante, às vezes é remunerada*”.

Trabalhar é uma ação que possibilita mobilização e transformação subjetiva (Facas, Silva e Araújo, 2013). As estratégias de mobilização subjetiva potencializam e permitem a flexibilização e transformação de situações que causam sofrimento em reinvenção das formas de trabalho (Ferreira, 2009).

Juruá afirma que há uma relação de trabalho que pode ser executada em casa, no caso delimitado como trabalho doméstico “[...] *que tem tipo de trabalho [...] em casa, tipo que as mães desempenham, que é um trabalho, não enxergam nesse dessa forma, né?*” (Juruá). Na divisão sexual do trabalho, o espaço de trabalho que recai sobre a figura feminina é o ambiente

doméstico, responsabilizando a mulher pela manutenção da subsistência e da reprodução (Nogueira, 2010).

Mundialmente, o trabalho referente ao cuidado é predominantemente feminino (Hirata, 2022). Deste modo, compreende-se que a concepção de trabalho não perpassa sua execução somente pelas instituições, mais também no âmbito privado, a casa de família, incluindo o trabalho doméstico realizado por mulheres.

7.2 Trabalho Doméstico é qualquer tipo de cuidado e manutenção de casa

A mulher está cada vez mais presente no mundo do trabalho. Historicamente, na divisão sexual do trabalho, há uma cisão entre a economia doméstica familiar e a economia capitalista, com obtenção de lucro, responsabilizando a mulher pelo trabalho doméstico (Ribeiro e Heinen, 2023). Recai sobre a mulher o desempenho de atividades não remuneradas no âmbito familiar (Antloga et. al., 2020).

O trabalho doméstico é compreendido como um trabalho invisível e desvalorizado, conforme observado nos relatos, inclusive no contexto amazônico, pelas entrevistadas e trabalhadoras negras. No contexto brasileiro, o trabalho doméstico é executado tanto pelos residentes do domicílio, quanto por trabalhadoras mensalistas ou diaristas (Wermuth e Nielsson, 2021). Para Itacoatiara, trabalho doméstico consiste em:

[...] tudo aquilo que você realiza pra dentro de uma casa, pra que ela possa funcionar corretamente, para funcionalidade de uma casa, para que uma casa se torne uma residência. Todas as atividades que você desempenha ali dentro, está ligado a atividade doméstica.

No trabalho doméstico, ocorre a execução de atividades diretas e indiretas que possibilitam a garantia, manutenção e cuidado com o bem estar, boa saúde e cura das pessoas pertencentes ao grupo doméstico (Hirata, 2022). Juruá compreende o trabalho doméstico como:

Eu entendo como qualquer tipo de cuidado ou e manutenção de casa ou que se refere tipo, a no caso da casa tem algum filho, ou alguma criança, ver o cuidado com criança, é desde a arrumar a casa, fazer comida. Eu acho que tudo isso sim, é uma espécie de trabalho doméstico, né?

Os trabalhadores domésticos exercem uma função de cuidadores porquanto realizam a função de cuidar de pessoas, sendo elas dependentes ou não que ocupam um lugar denominado lar/casa (Hirata, 2022),. *“Eu acho que é arrumar a casa, fazer comida, o básico (Santarém). O*

trabalho de cuidado é desempenhado geralmente por mulheres, sejam elas moradoras da casa ou trabalhadoras domésticas (Araújo e Oliveira, 2021).

A trabalhadora doméstica é a mucama permitida, burro de carga, porquanto presta bens e serviços contemplando para além do trabalho e cuidado com a sua família, realiza as mesmas atividades com outras famílias (Gonzalez, 1984). O trabalho doméstico é marcado por desigualdades de gênero e raça, precarizações da condição do trabalho e desvalorização profissional (Wermuth e Nielsson, 2021).

Hoje, eu entendo que eu trabalhava e trabalhava muito porque eu tinha que me acordar 5 horas da manhã tinha que acordar primeiro que eles. Olha as duas primeiras casas como era pessoas mais populares com padrão financeiro menor não tinha muito a regra, entendeu? Era tudo tipo eu do meu jeito e tá bom eram casas populares (Itacoatiara).

Ano após ano é observada a conduta exploratória e mandatória de mão de obra com a justificativa de desenvolvimento econômico, evidenciando a perpetuação de opressão, desvalorização do trabalho humano, com justificativa que o capital sobrepõe o trabalho humano (Leite, 2023). É perceptível a complexidade das relações entre gênero, raça e classe diante das trabalhadoras do cuidado (Hirata, 2022),.

Na interseccionalidade evidencia-se discussões acerca de como mulheres experimentam discriminações geracionais e de classe que impactam na sua inserção no mercado de trabalho, de modo que para mulheres negras inexistem o tempo de parar de trabalhar (Akordirene, 2019), “[...] eu não tava ajudando, tava trabalhando! Eu não podia sair, para outro lugar que não fosse a escola, ou no mercadinho comprar alguma coisa. Só! (Santarém)”.

Para essas trabalhadoras, a compreensão do trabalho doméstico abrange a inclusão de variáveis étnico raciais (Thomé e Melo, 2021). A mulher negra mesmo educada e bem vestida é atribuída e confundida como trabalhadora doméstica daquele casa, demonstrando a discriminação presente, mesmo que essa mulher pertença a classe média, e não esteja no exercício desse trabalho (Gonzalez, 1984).

A precariedade e a violação de direitos são aceitas pela sociedade quanto a execução do trabalho doméstico (Vieira e Almeida, 2019). Ao naturalizar tais situações, acabam ocasionando sofrimento, abuso físico e psicológico dessas meninas (Artiago, 2020). Para mulheres negras que exercem o trabalho doméstico, o abuso sexual realizado pelo “homem da casa” possui o título de maior risco na profissão (Davis, 2016).

[...] eu ajudava tipo em casa, [...] eu limpava a casa, fazia almoço. E aí a tarde eu arrumava tipo o que tinha pra fazer e eu comecei a cuidar da criança. [...]. Todo dia eu tinha essa rotina. [...] ela sempre foi muito de impor as coisas, mas era tipo meio passivo agressiva, né? Tipo ela fazia parecer de que não era uma obrigação, mas ao mesmo tempo se eu não fizesse, eu mesma ia me sentir culpada, porque de alguma forma ela ia ficar reforçando que eu não fiz, né? (Juruá).

Meninas que tinham a realidade de exercer o trabalho doméstico em Manaus, executavam trabalhos exaustivos com o uso de aparelhos domésticos que não possuíam em suas casas, e passavam por diversas situações de punição pela matriarca da casa, em alguns casos denominadas como "madrinha" (Artiago, 2020). A exploração, opressão e desigualdades são presentes nas relações de trabalho entre empregadores e trabalhadoras domésticas.

7.3 A menina do interior não tinha direito a salário, ela tinha direito a ter um teto e o horário livre para ir para escola

Cada uma das entrevistadas chega a Manaus com a proposta de estudar e somente ajudar nos afazeres domésticos em casa de família. O trabalho escravo contemporâneo consiste na prática de trabalho forçado e servidão, que está a cada dia mais naturalizado, e permeado por questões de raça e gênero (Rodrigues e Bezerra, 2023).

O trabalho escravo desenvolvido durante o período da colonização possibilitou a desvalorização laboral, de que atividades manuais, ditas braçais, eram consideradas exclusivas de pessoas negras em troca de sobrevivência, devido a compreensão de que os negros eram sub-humanos, que deviam obedecer e servir os senhores (Leite, 2023).

No caso de Juruá podemos descrever como um caso de trabalho escravo contemporâneo, devido ela já ter 18 anos quando foi para a casa de família. Muitas vezes a mulher não consegue perceber as atividades no ambiente doméstico como trabalho, devido a não remuneração em sua execução. Nesse sentido, há desigualdades de trabalho no âmbito doméstico para mulheres, principalmente no trabalho não remunerado (Deus, Schmitz e Vieira, 2021).

“É, na época, tipo eu não percebia muito isso como sendo uma espécie de trabalho, sabe tipo para mim eu tava só fazendo isso porque eu tava morando na casa de alguém, eu tinha um mínimo que eu tinha que fazer né?”. Juruá complementa que além do exercício do trabalho doméstico, ela ainda contribuía financeiramente na casa “Só que eu não tava morando de graça, porque na época aí eu ainda recebia um auxílio da UFAM, eu já recebi por um tempo e aí eu ajudava ela em casa tipo com água luz e alimentação”.

A violência simbólica ocorre de modo sutil, para que não se sintam ofendidos e afetados, apesar de ser um subemprego, ressignifica-se como uma oportunidade (Vasconcelos et. al., 2023). Na constituição do sujeito, a autonomia se fundamenta como modo de consciência, liberdade, ações, resistências e participação, no entanto perante a situações de violência no trabalho essa autonomia pode se transformar em submissão voluntária (Siqueira, 2013).

O trabalho escravo atualmente pode se configurar por dívida que o trabalhador irá saldar por meio da força de trabalho (Silva, 2017). A violência é resultante de situações de opressão e injustiça, proveniente de manifestação de uso de força física, coação psicológica e moral, realizada por indivíduos ou coletivos, que interfere na saúde física e emocional da pessoa (Faria, 2013). Há a presença de uma violência simbólica e repressão sobre a mulher negra, a situação no qual essa mulher vivencia dita quais as atribuições simbólicas ela pertence, como no momento em que ela se transforma na empregada doméstica (Gonzalez, 1984). No caso de Juruá, podemos delimitar como trabalho escravo por equiparação, porquanto ocorria a privação de liberdade de ir e vir. Juruá relata sobre o trabalho exercido:

Não Juruá, ninguém tá te prendendo para você querer buscar um emprego, fazer uma coisa não. Mas de outra forma era meio que: ah, mas você vai deixar a gente aqui? você vai deixar a gente tipo desamparado? [...] ela meio que colocou como se fosse uma obrigação, uma forma de gratidão, por eu estar ali, morando de graça, [...] eu tava dedicando tipo a minha vida a isso o tempo todo praticamente.

A sociedade atual depara-se com situações de violência institucionalizadas, desencadeando em exclusões e desigualdades sociais, além da submissão que desencadeia em processo dominante (Faria, 2013). Juruá continua relatando “*Tipo, não você é livre, você pode o que ela falava sempre né: quem é que vai fazer tal coisa, se você não tá? então era meio que, é, que eu posso ir até ali, mas eu não posso tanto*”.

Os laços criados ou mesmo os vínculos de parentesco escamoteiam a interpretação de escravidão ou não liberdade dessas trabalhadoras domésticas. Algumas meninas que já exerceram o trabalho doméstico, para não serem nem denominadas de preguiçosas e tampouco repreendidas sobre algo, realizavam as atividades domésticas com rapidez, mas isso não era suficiente para agradar a família, e muitas vezes passavam por situações de privações, trabalho forçado e abuso físico (Artiago, 2020). Observamos que a configuração do trabalho executado por Juruá descreve uma forma de trabalho exaustiva, além de forças físicas, fugindo as regras legislativas trabalhistas, sendo considerado uma prática do trabalho escravo contemporâneo.

O arcabouço existente acerca de proteção de direitos da pessoa humana é reafirmação e reconhecimento da comunidade internacional acerca da necessidade da construção de políticas

em nível global, nacional, regional e local para lidar com as diversas formas de violência existentes (Ventura, 2022). 8

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), delimita na Declaração dos Direitos da Criança, dignidade da pessoa humana e apoia o combate ao trabalho infantil (Silva, Sousa e Sousa, 2021). E o ECA, delimita em seu Art. 60 “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade” (BRASIL, 1991). O atravessamento de falta de direitos é evidenciado por Itacoatiara: “*A menina que vinha no interior, ela não tinha direito a salário, ela tinha direito a ter um teto e o horário livre para ir para escola*”. A justiça mesmo que assegure direitos de crianças e adolescentes a partir do ECA, não abrange o racismo que o negro sofre ao ser considerado como menor e o branco como adolescente (Akordirene, 2019).

O trabalho infantil ou trabalho mirim é consolidado pela execução de esforço físico e mental por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, em condições de vulnerabilidade financeira, com características de ausência e ou dificuldades no acompanhamento familiar e escolar (Sousa, Dias e Abreu, 2020). No entanto, no caso Itacoatiara e Santarém podemos descrever como Trabalho Escravo Infantil o que ocorreram com elas, porquanto ocorre a violação de direitos humanos e de direitos do trabalho, e quando iniciaram o trabalho em casa de família possuíam menos de 14 anos de idade.

7.4 Retira a louça do café, aí já vai pensando no almoço

A organização do trabalho na PDT é dividida em duas dimensões: divisão de trabalho e divisão dos homens. Na primeira, descreve-se como a divisão de tarefas prescritas existentes, enquanto que a outra relaciona-se com poder, hierarquias e responsabilidades (Ferreira, 2009). A divisão do trabalho relaciona-se: a) modos de produção; b) organização das atividades; c) processos prescritos; enquanto que na divisão dos homens consiste em: a) responsabilidades; b) relações de poder; c) hierarquias; d) comandos; e) autonomia; f) cooperação e; g) comunicação (Giongo, Monteiro e Sobrosa, 2015).

Na PDT, a organização do trabalho propicia descrição sobre a execução do trabalho, contemplando divisões, normas, tempo, controle e prescrição para o desenvolvimento das atividades (Anjos, 2013).

Aí eu deitava com ele, de manhã eu acordava eu fazia o café dele, aí dava café, dava banho, limpava, aí eu limpava a casa de cima. E aí eu ficava brincando com ele, até chegar a hora do almoço e preparar o almoço dele. E aí depois do almoço, eu ia fazer ele dormir. E aí o tempo que ele tava dormindo, eu descia lá embaixo para limpar lá embaixo, fazer a janta (Juruá).

As vivências singulares dos trabalhadores, articuladas com a organização do trabalho, propiciam a compreensão acerca do processo de saúde e doença no ambiente de trabalho (Areosa, 2019). Santarém descreve “*as vezes quando eu acordava um pouco tarde, depois do horário. Eu tava muito cansada, eu dormia um pouco mais*”. As pessoas não são máquinas, e dessa forma possuem limitações perante a execução do trabalho, as pausas precisam estar presentes para melhoria na qualidade de vida do trabalhador e na diminuição de possível fadiga. Juruá relata situação acerca da sua rotina com episódios de fadiga:

Eu lembro que eu desmaiei na escada, [...] A família, a irmã dela que tava lá, que a mãe do meu amigo, ela viu, o quê que tu tem? [...] Acho que isso é cansaço. [...] eu comecei a ter muito desmaio, um atrás do outro. Às vezes eu só tava cansada, que eu apagava, tipo eu tava sentada e eu apagava, no almoço, em qualquer momento.

Juruá descreve sua rotina e a organização que possuía em seu ambiente de trabalho. Apesar do seu comprometimento em realizar tais atividades, isso não impedia que a trabalhadora não sofresse com tais situações, pois a fadiga é demonstrada a partir dos desmaios ou cochilos repentinos. O trabalho pode gerar prazer ou sofrimento e tal concepção é transformada a partir da forma de enfrentamento individual do trabalhador perante as situações de trabalho (Campos e Leal David, 2011).

Na PDT, a subjetividade do trabalhador se define a partir de uma relação entre o sofrimento e o real (Facas, 2013). O real no trabalho que se necessita lidar com a pluralidade de funções, ser trabalhadora doméstica, cozinheira, cuidadora de idoso, babá e estudante.

[...]já pensou tu ser acordada 5 horas da manhã com um copo de água gelada no rosto? [...] retira a louça do café, aí já vai pensando no almoço, e tipo, o que ela dizia era feito, e a mesma coisa, depois do almoço, retira tudo da prataria, e aí eu ia para escola, aí eu saía às vezes, após a educação física 7 horas, mas antes eu saía 6 horas, 6 e meia, e chegava em casa ia preparar a janta, aí tinha todo um preparo e aí era a última a dormir. [...] Eu cuidava do meu primo e cuidava do idoso que morava lá que era pai do meu tio, [...] pra mim era bem mais tranquilo, porque meu primo não dava trabalho e nem o tiozinho não dava trabalho. (Santarém).

A saúde do trabalhador não está relacionada a ausência de sofrimento, mas a forma que o trabalhador desenvolve recursos internos e externos para lidar com tais situações (Giongo, Monteiro e Sobrosa, 2015). Em vista disso, alguns trabalhadores desenvolvem meios de suportar e se ajustar às vivências de sofrimento no ambiente de trabalho, e de algum modo consegue se ajustar e manter seu funcionamento psíquico dentro das normalidades (Areosa, 2021).

Observa-se na fala de Santarém esse processo defensivo, apesar da pluralidade de atividades exercidas no dia a dia, ela caracteriza algumas de suas funções exercidas como “tranquilo” e que “não dava trabalho”, apesar da ocorrência de assédio moral no trabalho. O assédio moral no trabalho são atitudes hostis, abusivas e agressivas que ocorrem com o trabalhador, gerando consequências e implicações neste (Gonçalves, Schweitzer e Tolfo, 2020).

O assédio moral do trabalho é uma violência psicológica e física, que fere a dignidade e integridade da pessoa (Oliveira, 2023). Assédio moral sempre existiu nas relações de trabalho. A intencionalidade, desqualificação e consequente fragilização da vítima para fins de neutralizar as relações de poder são características do assédio moral (Heloani, 2004).

Infelizmente, Santarém durante o período que mora com essa tia, vivencia tais situações. Seu relato coaduna com uma situação de luta entre trabalhador perante o sofrimento psíquico existente da organização do trabalho, sendo necessária inteligência subjetiva para enfrentamento de tais situações no trabalho (Silva et al., 2021).

A precarização do trabalho advém da globalização e do capitalismo, desenvolvendo-se como condição de vulnerabilidade social, modificando condições do trabalho, propiciando insegurança e instabilidade ao trabalhador (Araújo e Moraes, 2017). Na organização do trabalho, as condições de trabalho envolvem flexibilização e precarização (Silva et al., 2016). A vida de Itacoatiara é permeada por mudanças, mudanças de vida e mudanças de casas, ela mora em três casas diferentes, e na primeira casa ela descreve que,

[...] pela manhã eu cuidava das crianças, fazer almoço para casa, para todo mundo e, e limpava a casa e vigiava os meninos. Enquanto que na segunda casa “[...] nessa outra casa, eu ia cuidar desse outro menino”. E já na terceira “[...] lavar os dois banheiros da casa, [...] lavar a louça do café, tirar a mesa do café, fazer o almoço e limpar [...], varrer e passar o pano nos quartos, tirar o pó dos móveis e lavar a roupa das crianças e dela com o marido.

Itacoatiara desde sua chegada na cidade de Manaus vivencia rotinas e organizações de trabalho diferentes, tais condições escamoteadas do que seja o seu fazer, propiciam rotinas de trabalhos exaustivas. A organização do trabalho consiste na divisão de trabalho, tarefas, hierarquias, relações de poder e responsabilidade (Silva et al., 2021). Na organização do trabalho a vida do trabalhador é influenciada e afetada, desencadeando uma apropriação do tempo, movimentos e subjetividade (Anjos, 2013).

Cada uma das trabalhadoras descreve sua rotina de trabalho como bem intensa. Para Itacoatiara, Juruá e Santarém, o trabalho começava às 5 horas da manhã:

Hoje, eu entendo que eu trabalhava e trabalhava muito porque eu tinha que me acordar 5 horas da manhã tinha que acordar primeiro que eles” (Itacoatiara). “Eles saiam [...] por volta das 5:00 da manhã, aí que era o horário que eu tipo subia, [...] ia tipo fazer mamadeira dele, que ele acordava nesse horário (Juruá)”. “A minha rotina começava às 5 horas da manhã, com o café da manhã para todos da casa (Santarém).

O dever de cobrir as necessidades de cuidado dentro do lar possibilita poucos descansos e um elevado desgaste perante o trabalho doméstico. É o que ocorre com as trabalhadoras, no qual 5 horas da manhã era o início da jornada de trabalho em casa de família, que havia hora para iniciar, mas não para terminar. A organização do trabalho, delimitação de atividades, horários, tarefas pode proteger ou prejudicar a saúde mental do trabalhador (Areosa, 2019). Compreende que a rotina e organização de trabalho descritas possibilitavam o desgaste físico e mental das trabalhadoras domésticas.

7.5 Babá não é serviço, babá é para brincar, só que não era né?

As relações sociais proporcionam uma organização real do trabalho. Este trabalho consiste em atividades que não são prescritas e são realizadas dentro do contexto das organizações, e o prescrito, em geral, não contempla todas as atividades que são necessárias para a realização do trabalho (Dejours, 2011b).

[...] Eu vim para morar na casa dessa senhora, para cuidar dos dois filhos dela [...] pela manhã eu cuidava das crianças, fazer almoço para casa, para todo mundo e, e limpava a casa e vigiava os meninos, né. [...] Então eu era babá, [...]nessa outra casa, eu ia cuidar desse outro menino, [...] babá não é serviço, Babá é para brincar, só que não era né? Aí fui para lá para essa senhora, [...]eu tô precisando, eu preciso de mais alguém aqui em casa, para ficar com a minha filha menor, [...] aí fiquei lá, quando eu completei 16 anos, aí ela falou: olha agora eu já posso te pagar, mas não era um salário mínimo, era tipo uns dias de hoje 200, 300 reais. E, aí tu passa a ser, cuidar da casa, tu passa a fazer as coisas trabalhar normal [...] aí tu fica ajudando a tua irmã e cuidando disso e eu te pago esse valor [...] 5 da manhã, [...] todos os dias, aí quando terminar, [...] lavar os carros, molhar as plantas e a garagem, e eu os dois banheiros, [...] lavar a louça do café, tirar a mesa do café, fazer o almoço e limpar a casa toda, varrer e passar o pano nos quartos, tirar o pó dos móveis e lavar a roupa das crianças, e dela com o marido porque ainda não tinha máquina então era na mão mesmo. Então a gente ia fazia dividia as tarefas (Itacoatiara)”.

As regras, normas, técnicas e conhecimentos compõem o trabalho prescrito, enquanto que imprevisibilidade constitui a experiência do real do trabalho (Ferreira, 2013). Itacoatiara e Santarém reafirmam essas vivências do real do trabalho. Itacoatiara teve a experiência de morar em casa de 3 famílias, enquanto que Juruá e Santarém somente em uma casa de família.

De repente eu já tava a própria empregueite [...] eu era acordada 5hs da manhã, para fazer café, deixar tudo pronto, limpar a casa, como a casa era de dois andares, eu tinha

que limpar em cima e em baixo, tinha um idoso também, e eu cuidava de todos os afazeres, limpar casa, passar pano, passar roupa também né, é, trabalhar, cuidar dos bichos que tinha, essas coisas. E de tarde, era o único horário que eu tinha pra ir pra escola (Santarém).

[...] e aí a tia dele ela falou comigo [...] e com os meus pais. [...] se eu quisesse eu poderia ficar na casa dela, juntamente com esse meu primo, que tanto que eu ajudasse, né? e meus pais tipo concordaram de que eu ajudasse. Aí ela falou tipo, sobre que ela tinha um neto, que na época ele tinha, era bebê ainda, tinha um ano mais ou menos que ela tinha um neto, que se eu pudesse ajudar com ele, eu poderia ficar lá e tipo ajudar nas coisas de casa, comumente que a gente tipo quando a gente sai de casa, a gente vai para casa dos outros, a gente ajuda né, que a gente não tá na nossa casa (Juruá).

O real é a experiência que o trabalhador possui em deparar-se com dificuldades, resistências, incompreensões, reordenações no processo de execução das atividades de trabalho, deste modo, possibilitando sofrimento, sentimentos, interpretações e conforme o modo que o trabalhador lide com isso, pode ou não se obter uma superação.

7.6 Tu tem onde morar, tu tem o que comer, tem o que vestir, e tu tá estudando!

A perversão social no âmbito do trabalho preconiza processos de adoecimento somáticas e psíquicas, tendo em vista a desestabilização no processo de reconhecimento do trabalho exercido em conjunto com a crise de identidade (Martins, 2013). A ausência de reconhecimento é frequente no ambiente de trabalho, e no caso das trabalhadoras entrevistadas isso é uma realidade presente em suas trajetórias: *“não, não via, acredito que não havia essa parte de reconhecimento. [...] Não, porque ela dizia: tu tem onde morar, tu tem o que comer, tem o que vestir, e tu tá estudando! (Santarém)”*.

O prazer consiste no triunfo sobre a resistência e confronto com o real do trabalho, de modo que o prazer mobiliza a pessoa na busca de gratificação, realizações pessoais e reconhecimento perante a utilidade e execução do trabalho (Mendes e Muller, 2013). A retribuição é uma necessidade do trabalhador, cuja natureza é simbólica, compreendida como o reconhecimento.

O reconhecimento no trabalho consiste na realização do eu além do processo de construção da identidade (Dejours, 2007), reconhecimento esse que permeia além da centralidade do trabalho (Facas, Silva e Araújo, 2013).

Na minha época não tinha acesso eu não sabia o que era que eu tinha direito a nada é como se ali. Ele já tivesse me fazendo um favor exatamente chamou alguma coisa, a gente tá sendo recebida [...] esse reconhecimento acontece lá na vila de onde eu saí (Itacoatiara).

O processo de reconhecimento possibilita a atribuição de sentido ao trabalho, realização das tarefas pelo trabalhador, de modo a contribuir na transformação de sofrimento em prazer (Moraes e Garcia, 2011).

As pessoas acham que elas estão fazendo muito pela gente sabe? Ah, eu acho que não tinha nada. [...] Pega um boi que eu tô te ajudando, tipo meio como se a gente também se agradecer muito sabe foi receber uma migalha de alguma coisa, e eu percebo um discurso não só por mim, mas pelas pessoas eu conheço” (Juruá).

O reconhecimento media a transformação do sofrimento em prazer no âmbito do trabalho (Dejours, 2007). O prazer e sofrimento no trabalho não são excludentes e sim indissociáveis perante a PDT (Mendes e Muller, 2013). O reconhecimento pode ser realizado a partir da constatação da existência de uma contribuição individual ao trabalhador, de sua importância ou gratidão, no caso dessas trabalhadoras, esperava-se este reconhecimento, mas durante o exercício do trabalho doméstico não foi obtido.

8 VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DOMÉSTICO

8.1 Eu sempre tava olhando como autoridades a quem eu deveria obedecer

Historicamente, o processo de construção do trabalho doméstico elenca no simbolismo de status que permeia a necessidade de suprir, perpassando gerações. O patriarcado desenvolvido a partir da tradição portuguesa reforça a autoridade e obediência dentre os membros que constituíam a família, além dos servos e agregados no Brasil (Lopes, 2020).

Os padrões buscam em diversas situações de trabalho, reiterar e reforçar a subordinação e autoridade criadas nas relações com as trabalhadoras domésticas (Ancillotti e Silva, 2023). No trabalho de cuidado é impossível a dissociação de afeto, de modo que o trabalho emocional e material está relacionado a manutenção da vida (Hirata, 2022).

Eu sempre mantive muita distância, não tinha, nunca fui me sentir confortável. Nunca me senti confortável para conversar ou outra, contar nada do que acontecesse ou para desabafar, ou ver nas pessoas um amigo um conselheiro um parceiro, ou nada disso eu sempre tava olhando como autoridades a quem eu deveria obedecer. [...] não, não era falado era tipo assim, ela vai morar aqui para cuidar de para ajudar a gente na casa para estudar. E aí em troca como ela vai ajudar a cuidar da criança, ela a gente e sustenta ela agora eles davam a entender nas entrelinhas que a gente iria ser parte da família, né? [...] a gente tá sendo recebida [...] se tu tá recebendo um favor, tu deve gratidão por estarem te permitindo trabalhar em troca de ter um teto e ir para escola e ter um horário disponível para ir para a escola. . [...] Então eu me senti muito mal porque eu tive que cortar o vínculo lá, querendo ou não a gente constrói um vínculo com as crianças, que não eram umas crianças, eram todas adolescentes né, com a própria dona da casa (Itacoatiara).

O afeto na relação de trabalho com empregadas domésticas traz ambivalências no que se refere às vivências cotidianas de trabalho (Pereira, 2012). Essas mulheres relatam em suas falas o afeto nas relações de trabalho que ocorrem no âmbito do privado, é tudo tão próximo, tão cômodo, tão familiar, mas que não deixa de ser trabalho, remunerado ou não remunerado.

As estratégias de defensivas pessoais nem sempre logram, progressivamente se debilitam, desenvolvendo novas formas de defesa, as defesas secundárias: adoecimento psicossomático e adoecimento nas relações de trabalho. Na primeira, são potencializados adoecimentos que demandam acompanhamento profissional com médico e psicólogo, enquanto que na segunda ocorre a ativação de defesas como silenciamento, negação e racionalização do sofrimento presente. (Ferreira, 2009). Certas vivências no trabalho levam a situações de violências,

privação e sobrecarga, além de episódios de humilhações, dependência e isolamento (Ancillotti e Silva, 2023).

[...] Ela meio que ficava dizendo bem assim para mim: ah você não precisa disso agora. Acho que ela, eu achava que tipo que ela fazia uma espécie de coisa, uma tortura, uma tortura psicológica, não sei, mas eu tinha muito carinho pelo B. [...] E aí ela ficava dizendo [...] quem é que vai ficar com ele, se tu for trabalhar? ele só se dá contigo e ele e ele tentou do jeito dele, ninguém vai ter paciência com ele. Eu tenho medo de deixar ele com outra pessoa. E aí eu ficava meio sentida, e aí eu falava: não tá bom, eu vou ficar. Depois de um tempo ela começou a me tratar diferente. Ela começou a meio que dá indiretas. Tipo na casa falando sobre: Ai que não sei o que, que ela se sentiu que algumas pessoas eram ingrata, ela falava sobre reclamava sobre coisas da casa, tipo que tá não sei o quê meio bagunçado, e que isso e aquilo, tudo ela reclamava (Juruá).

Os arranjos que surgem no acesso a novas possibilidades de não continuidade na profissão de empregada doméstica pela personagem Val, em relação à sua filha Jéssica, no filme **Que Horas Ela Volta?**, revelam que a perspectiva de ascensão social de Jéssica, alcançada por meio da aprovação no vestibular, gera desconforto nos empregadores. Isso se deve à visão subalterna que se tem sobre o trabalho doméstico (Rocha e Pinto, 2020).

Perante adversidades e modificações no trabalho, as defesas propiciam adaptação aos processos de adoecimento, impedindo e dificultando consciência sobre situações de exploração no trabalho, gerando insensibilidade e alienação que operam como um tipo de anestesia do viver, além de silenciamento e adormecimento das situações de precariedade no trabalho (Ferreira, 2009).

Observa-se que ocorre manipulações pelos integrantes da casa perante Juruá, devido a mesma possuir apego e afeto pela criança no qual ela era cuidadora. A desmotivação em sua busca por uma nova oportunidade de trabalho, foram alguns dos recursos utilizados para que Juruá não saísse da casa de família. Aspectos emocionais auxiliam para que haja o conformismo temporário com as situações experienciadas no trabalho. Para Macêdo et al. (2016), na constituição do sofrimento vivenciado pelo trabalhador, ocorre uma disputa entre o funcionamento psíquico e o mecanismo de defesa, com o intuito de autopreservação.

Antes era bom né, mais depois. Eu vou dizer que lá era mais ou menos. [...] eu não posso dizer que não me tratavam bem, mas a parte do meu tio do que minha tia, mas ele também era bem cascudo. Se eu precisasse de alguma coisa, eu sempre pedia para meu tio, dificilmente eu pedia para ela, eu me lembro que quando começou as aulas, [...] ela me deu 20 reais, eu tinha que comprar meu caderno, lápis, caneta, borracha e apontador. E eu andei, até hoje eu lembro aonde que eu comprei, eu tive que andar que só (Santarém).

Em processos de sofrimento no ambiente de trabalho, a pessoa anestesia-se acerca das vivências experienciadas naquele ambiente, de modo a esse posicionamento contribuir para alienação e manutenção da precarização do trabalho exercido (Macêdo et al., 2016). Essas mulheres trabalhadoras em sua vida diária descrevem esse real do trabalho, no qual o sofrimento e a precarização atravessaram suas vivências pessoais e profissionais, mesmo que não observassem que exerciam esse trabalho doméstico não remunerado.

8.2 Eu tinha uma amiga que eu conversava

Na Psicodinâmica do Trabalho, mecanismos de defesa são mecanismos operados por trabalhadores para lidar com os sofrimentos existentes perante o trabalho (Cançado e Sant’Anna, 2013). A sublimação é um mecanismo defensivo em que a pessoa para enfrentar determinadas situações como o sofrimento, recorre a gratificações e prazer em determinados lugares (Macêdo, 2013). Há uma indissociação entre prazer e sofrimento no trabalho, de modo a subverter situações de sofrimento em prazer (Rodrigues Junior e Ribeiro, 2018).

Eu gostava muito de fazer exercício em casa, eu fazia exercícios tipo de vídeo na no YouTube, [...] eu gostava de correr, [...] no quarto também, eu ficava fazendo muita respiração, [...] fazendo meditação, porque eu tinha muito muito essa questão, eu me sentia muito ansiosa, eu ficava muito ansiosa às vezes e aí eu fazia muito assim para ver se me acalmava, ficava ouvindo assim uma música mais calminha. [...] Eu tinha uma amiga que eu conversava por, mais virtualmente, né? Eu conversava muito com ela, também quando tava triste, [...] acabava desabafando, chorava, chorava muito porque eu sentia vontade de falar para os meus pais sobre isso, né? Mas para mim, ia ser muito dolorido para eles falar [...] eu não queria frustrar eles, eu ia acabar falando com essa minha amiga (Juruá)”.

Segundo a PDT, as relações dinâmicas existentes entre a organização de trabalho em contraponto a processos de subjetivação propiciam a manifestação de vivências de sofrimento e prazer, possibilitam o desenvolvimento de estratégias indicativas de incoerências no trabalho (Rodrigues Junior e Ribeiro, 2018). “*A única coisa que eu tinha era ir para escola. [...] TV é, às vezes assistia um tempo escondido (Santarém)*”.

Observa-se que tanto Juruá quanto Santarém mesmo com situações de sofrimento no trabalho, conseguem realizar atividades que possibilitem ressignificar e lidar com tais situações em busca de prazer e bem-estar. Para Rodrigues Junior e Ribeiro (2018), prazer e sofrimento são o resultado das interrelações do indivíduo com: 1) organização do trabalho; 2) consigo mesmo; 3) demais pessoas que se relacione; 4) ambiente que esteja inserido. Há o desvio entre

o trabalho prescrito e o real de modo que haja a geração de prazer e saúde, ou sofrimento psíquico e doença (Facas, 2021).

Ah gente ficava muito no quarto. Terminasse de fazer a obrigação da casa a obrigação nossa que já estava tudo para estabelecido. Aí a gente terminava rápido para correr e para dentro do nosso quarto [...] para ficar lá nós duas conversando e aí a gente tentava tentar deixar a porta trancada, mas a dona da casa não gostava e ela vinha batia na porta toda vez e dizia não quero porta fechada, mas aí a gente o nosso refúgio era ir para o nosso quarto. [...] era terminar tudo que tinha lá para não ficar socializando com eles e correr e se isolar. Na igreja [...] passou a ser muito interessante, porque lá tinha teatro é de gente fazia teatro, a gente participava dessas peças de teatro na Igreja (Itacoatiara).

A organização de trabalho pode permitir ou não que o trabalhador consiga lidar com tais situações (Facas, 2021). Observa-se que Itacoatiara mostra essa organização ao buscar o refúgio no quarto ou no ambiente da igreja que frequentava.

8.3 Já pensou tu ser acordada 5 horas da manhã com um copo de água gelada no rosto?

Sobretudo, a relação no lar entre trabalhadora doméstica e empregador impede em alguns casos o reconhecimento da relação de trabalho (Alves, 2020). Consoante ao sofrimento advindo do trabalho, há consequências que prejudicam tanto a saúde física quanto psíquica do trabalhador (Silva *et al.*, 2016). Situações de acolhimento de mulheres e meninas vindas de outros municípios para as capitais, propiciaram uma grande incidência desse público morando nas casas que trabalhavam, com agravante que não existe nenhuma fiscalização de tais situações, como longas horas de trabalho, situações de assédio sexual e exploração (Alves, 2020).

Físico não, eu graças a Deus assim eu sempre fui muito, tive uma saúde física muito boa, até hoje eu acho que talvez a criação a base de criança no interior e acaba sendo uma vida muito saudável para a gente comer muita fruta, muito peixe, muita coisa natural na infância, né? [...] Tem o lado que me faz não sofrer por coisas bobas, porque tipo tudo ali já passou, entendeu? Então hoje eu já consigo olhar para coisas assim que eu vejo pessoas valorizando emocionalmente que para mim eu olho isso é problema [...]. Então mais por outro lado ao mesmo tempo eu não ter tratado essa coisa do assédio, eu acho não tenho certeza, mas acho que de alguma forma ainda me incomoda, e que pode ser que isso tem influenciado nas minhas escolhas de relacionamentos (Itacoatiara).

Visto que em situações que a relação de trabalho se desenvolve como patogênica, consequentemente surgem situações conflitivas afetivamente no espaço privado (Dejours,

2017). Observa-se que isto acontece com Itacoatiara, pois as situações de assédio sexual influenciaram na sua vida amorosa, no âmbito dos relacionamentos afetivos.

O sofrimento causado pelo trabalho afeta o trabalhador na sua vida privada. Salienta-se que para exercer o trabalho, se faz necessário uma pessoa que possua um corpo, esse corpo que se torna instrumento de trabalho, que possua características necessárias pela organização de trabalho, sendo um meio, reservatório de força e poder, invalidado pela sua dor, sofrimento, prazer e sentimentos (Dejours, 2017)..

Eu tinha muita ansiedade, eu acho que de físico, era demais a minha fraqueza, tinha muito fraqueza e meus desmaios, né? Tipo antes, eu não, eu nunca tinha desmaiado, [...] Mas quando nesse período desde que comecei a morar lá, eu comecei a desmaiar por estresse, tipo qualquer tipo de estresse que acontecia, eu desmaiava às vezes involuntariamente também. É como se o meu corpo tivesse cansado, né? Eu lembro que uma vez também eu passei mal, aí eu acordei de manhã quando ela falou tipo: vai lá no hospital, não sei o quê. Aí eu falei para : Eu só quero dormir. Eu disse eu quero dormir. Eu só quero dormir e eu acho que eu era porque meu corpo só estava cansado. Tipo, como não dava um sossego para ele, ele tava meio que apagando já sozinho (Juruá).

As mulheres adentram no trabalho doméstico em tenra idade, e conseqüentemente sob condições desgastantes, que interferem na saúde, afetividade e corpo, além de abdicar do tempo em prol do cuidado de outros (Rocha e Pinto, 2018). Juruá ilustra uma situação de sofrimento, sintomático pela ansiedade, desmaios, estresses vivenciados pelo corpo exaurido de tanto trabalho.

Tais características elencadas por Juruá remontam também à Síndrome de *Burnout*. O *Burnout* consiste em uma síndrome que possui um conjunto de sintomas e sinais relacionados à exaustão emocional, despersonalização, diminuição de atividades laborais devido à má adaptação do trabalhador perante o trabalho exaustivo prolongado (Lopes e Pêgo, 2016). Não são todos os trabalhos que desenvolvem síndromes, mas nos últimos anos é perceptível o aumento da incidência de casos de trabalhadores que tendem a desenvolver, afetando a qualidade de vida dessas pessoas.

Na PDT compreende-se que as estratégias de defesas individuais propiciam a luta contra o sofrimento causado pelo ambiente de trabalho, mas também pode induzir a condutas de dominação, manipulação, ameaça e assédio (Dejours, 2017).

E no início, eu lembro que ainda ficou difícil de eu me adaptar assim, a que eu lembro que a minha irmã, que eu acordava de manhã cedo, nos primeiros dias que a gente ficou lá eu acordava de manhã cedo 6 horas da manhã, eu acordava e arrumar as coisas, tudo e ia fazer as coisas e a minha irmã olhava para mim e falava: para com isso, quê que você está fazendo? Ninguém tá pedindo para te fazer nada. Por que que

tá fazendo isso? aqui é a nossa casa, a gente não precisa de ninguém mandando a gente fazer nada. Por que tá preocupada com isso? E eu não porque eu tô preocupada, que, que eu tenho que acordar cedo para fazer café, eu tenho que fazer almoço e ela falou para M. e eu demorei tanto tempo pra, pra conseguir me sentir, não sentir que eu tinha que estar fazendo alguma coisa, e eu lembro que eu acho que eu passei tanto tempo com esse sentimento sabe? só depois de eu recentemente, né, de um tempo para cá, eu comecei a fazer terapia, né? E aí eu fui trazendo algumas coisas dessas questões e contando sobre [...] esse período que eu passei [...], eu não enxergava dessa forma, tipo que isso tinha sido não prejudicial, mas tipo, que isso tinha me, me deixado umas marcas sabe (Juruá).

As experiências relatadas em casa de família, propiciaram a Juruá algumas atitudes prejudiciais ao seu dia a dia, mesmo após a saída do trabalho doméstico. Juruá demonstra dificuldade de se desvencilhar do trabalho doméstico em casa de família, propiciando a continuidade do adoecimento em seu lar, o que demandou tempo, diálogos e psicoterapia na tentativa de realinhar tais demandas vivenciadas. Isso não é uma especificidade de Juruá, já que as outras entrevistadas reafirmam em certas falas, consequências observadas como positivas ou negativas perante esse real do trabalho doméstico.

Nas vivências de prazer e sofrimento, a saúde constitui o equilíbrio necessário para relação positiva, reconhecida e gratificante do processo de construção de identidade (Ferreira, 2009). A identidade é interpretada pela PDT como sendo construída nas relações com um outro diante do processo de alteridade (Macêdo e Heloani, 2013). Quando o trabalhador consegue vivenciar o trabalho com leveza, isso possibilita prazer, saúde, emancipação, aprendizagem e solidariedade. Em contraponto, no caso de o trabalho ser interpretado como algo negativo, pode tornar-se um fator de sofrimento, pressão psicológica e doenças (Ferreira, 2009).

Não sei dizer muito bem, hoje atualmente eu digo que tenho ansiedade, mais antes eu não posso dizer muito se era isso também, porque eu passei por muita coisa lá. Então vi muita coisa também, para mim tudo era novo. Ah, tipo, já pensou tu ser acordada 5 horas da manhã com um copo de água gelada no rosto? não, era as vezes quando eu acordava um pouco tarde, depois do horário. Eu tava muito cansada, eu dormia um pouco mais, eu não tinha despertador, até mesmo porque eu dormia no quarto aonde não tinha ventilador, dormia numa rede, não tinha ventilador, não tinha porta. De tudo isso eu tirei muita coisa como o amadurecimento mais rápido sabia disso, porque acabei querendo começar a trabalhar mais adiante para nunca ter que precisar de alguém pra ficar pedindo dinheiro pra comprar tal coisa (Santarém)".

A sublimação também ocorre perante a relação da pessoa com o trabalho, considerando três níveis: a) mobilização da inteligência prática (transgredir, zelo pelo trabalho, desenvolvimento de aptidões em solucionar); b) reconhecimento no trabalho (cooperação, atividade deôntica; identidade); e a c) contribuição do trabalho à cultura e civilização (produção cooperativa e transmissão moralmente e eticamente justa) (Amaral et al., 2017).

No trabalho doméstico há a presença de exploração e afetividade, como modos de sobrevivência dentro de contextos de exploração de trabalho (Torres e Mendes, 2022). Essa relação de trabalho entre empregadas domésticas e empregadores é permeada de tensões, regras, preconceitos e estigmas, abrangendo situações como acusações de roubo, restrições alimentares e de acesso no ambiente de trabalho, exclusão e confinamento desta trabalhadora (Lima e Prates, 2019). Conforme os relatos e as discussões, infelizmente essas trabalhadoras vivenciaram situações de violências que desencadearam situações negativas em suas vidas, de modo a se questionarem as consequências deste período de suas vidas.

9 ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS E DE ENFRENTAMENTO NO TRABALHO DOMÉSTICO

Neste capítulo apresentaremos as seguintes categorias: a) Eu já deixava as coisas pré-pronta; b) Eu fazia as minhas tarefas geralmente à noite quando todo mundo dormia e, c) Ela acha que eu vou mexer em alguma coisa, que eu vou roubar alguma coisa dela? A Psicodinâmica do Trabalho interpreta e analisa os processos intersubjetivos que possibilitam a realização das atividades no ambiente de trabalho.

O trabalho correlaciona-se com fatores psicossociais e vivências de prazer (Ferreira, 2009). Na mobilização subjetiva ocorre a modificação do sofrimento diante do resgate da compreensão e sentido de trabalho (Facas, Silva e Araújo, 2013). A normalidade antes concebida como ausência de adoecimento, passa a ser interpretada como jogo social das negociações que contempla desejos pessoais e objetivos da organização (Ferreira, 2009).

Estratégias defensivas são estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores para minimizar o sofrimento advindo do trabalho com intuito de proteção do psiquismo, podendo ocorrer individualmente ou de modo coletivo (Moraes, 2013). As estratégias defensivas possibilitam o equilíbrio e adaptação perante questões psicológicas existentes (Ferreira, 2007). A sobrecarga consiste no grande volume de trabalho além da capacidade adequada ao trabalhador (Ferreira, 2009).

Durante o exercício do trabalho doméstico, se torna presente em muitos casos queixas de cansaço, fadiga, sobrecarga que afetam a realização das atividades escolares (Oliveira et al., 2022). Veremos a seguir, que para estas trabalhadoras, antecipar algumas atividades do trabalho permitia obtenção de algum descanso durante alguns momentos do dia, possibilitando uma melhor organização de suas atividades pessoais.

9.1 Eu já deixava as coisas pré-pronta

A inteligência existente no indivíduo, segundo Dejours (2012b) pode ser compreendida como inventiva e astuciosa. A inventiva, como o próprio nome já reafirma, é uma inteligência voltada a invenções, criatividade, a qual só se desenvolve por meio da experiência do real, erros e acertos fazem parte dela. Enquanto que a astuciosa, está voltada para improvisação e a invenção com intuito de resolução de problemas. Dejours (2012b, p. 42) ressalta que “O mais importante nas características dessa inteligência é que ela permite o imprevisto, a inventabilidade, a busca de soluções”.

Eu tinha muita organização, tipo, eu sempre gostei de fazer é cronograma de rotina, né? Então eu organizava tipo, eu tinha minhas atividades determinando o dia por exemplo: Ah e na quarta-feira é o dia que eu vou lavar roupa, então nesse dia eu vou me dedicar lavar roupa. E aí tipo aí no outro dia eu vou fazer tal coisa, tudo eu anotava no meu cronograma do que fazer, mas geralmente do dia a dia, que era atividade simples de arrumar casa, eu fazia à noite, tipo à noite eu lembro quando eles iam todo mundo dormir que a casa ficava vazia, eu ficava arrumando a casa, tipo que às vezes eu tinha muita dificuldade de dormir. [...] então quando eu acordava de manhã, quando for pra tirar frango, eu vou tirar, pra deixar pronto, ainda vou temperar a noite, para o dia seguinte só fritar ou preparar, eu deixava eu deixava a maioria das coisas pré-prontas, principalmente a comida do B., que era mais tipo é , como era para escolinha, né? Eu já deixava as coisas dele assim pré-pronta tipo para preparar a lancheira e tudo. Aí acho que eu acho que eu criei um tipo de organização para me ajudar (Juruá)..

Segundo a ideologia defensiva o indivíduo tende a se esquivar da possibilidade de adoecimento para assegurar sua subsistência, que no caso é seu trabalho, porém para alguns isso pode funcionar, e para outros não. No caso de Juruá, observa-se que ter um lugar para morar propiciava a continuidade da realização do trabalho doméstico em casa de família.

A mobilização subjetiva ocorre geralmente com pessoas saudáveis, mas a mesma tende a ter sua fragilidade devido a dinâmica entre o *feedback* que a mesma possui no trabalho (Dejours, 2011a). “[...] às vezes à noite, eu lembro que eu fazia, lavava as roupas à noite, que já era para não ter que lavar no dia seguinte, [...] lavar os banheiros também (Santarém)”. A inteligência prática se relaciona com a astúcia que o trabalhador possui perante a criação e a incorporação de inovações em sua rotina, com o intuito de execução do trabalho mesmo diante de imprevistos (Vasconcelos, 2013). Os trabalhadores possuem essa inteligência, e se observa isto ao executarem suas atividades de determinadas formas para que o mesmo consiga êxito.

Regras formais e informais são observadas na organização de trabalho das mais diversas profissões. Tais regras fazem parte do trabalho real de alguém, contudo, despendem energia e tempo, sendo denominadas de atividade deôntica (Areosa, 2021).

[...] não, [...] a dona da casa já colocava todas as regras, tipo a tal hora tem que fazer isso tal hora isso, já tava tudo para estabelecido horários, ela era muito metódica então tanto que tem uma irmã que morou lá hoje que na casa dela ela tenta fazer igual na cabeça dela, como se aquilo é um único método de conduzir uma casa (Itacoatiara).

Segundo Souza Roberto (2024), no decorrer da história do trabalho doméstico, situações que influenciam a rotina na realização de tarefas nem sempre estão bem estabelecidas com as trabalhadoras domésticas, o que diverge da fala de Itacoatiara, porquanto o metodismo da patroa já permitia a compreensão das regras na casa de família. As regras existentes no ambiente de trabalho são técnicas e sociais, pois permeiam as relações de convivência (Areosa, 2021).

Um ambiente de trabalho que possui uma organização rígida, pode ocasionar uma adaptação difícil, interferindo na execução de tarefas (Miranda, 2024). Observa-se através da fala de Itacoatiara, que para ela tal rigidez foi fácil de lidar, no entanto, sua irmã que trabalhou no mesmo lugar, internalizou tais regras como organização pessoal sua, adquirindo pra si tais características da organização do trabalho da patroa.

9.2 Eu fazia as minhas tarefas geralmente à noite quando todo mundo dormia

A mobilização subjetiva no trabalho é desenvolvida a partir de recursos subjetivos, porém, a mesma tende a ter fragilidade devido a dinâmica entre o *feedback* através do reconhecimento que a mesma necessita diante do ambiente de trabalho. Para Moraes e Garcia (2011), a mobilização subjetiva implica a utilização da inteligência prática e da cooperação no ambiente de trabalho.

Eu fazia as minhas tarefas geralmente à noite quando todo mundo dormia, aí eu sentava e ia fazer as minhas tarefas. E como eu também usava muito a própria, na própria escola o intervalo, o horário do Recreio para copiar os livros os conteúdos que eu não tinha livro aí isso é de certa forma já me ajudava a aprender porque eu copiava tudo. [...] acabava que o meu horário maior de estudo era lá na própria escola, mas aí quando tinha assim . Eu vou fazer trabalho aí eu fazia geralmente é eu trabalho ficava de manhã na casa à tarde, eu ia para a aula e quando eu chegava eu cuidava das Crianças fazia o jantar lavava louça, aí eu sentava ele ia fazer minha tarefa. [...] Daqui a pouco eu fui convidada para ser professora e eu tinha que preparar minhas aulas, então eu fazia as atividades da casa correndo para ir para o quarto para preparar minhas aulas da Escola da igreja. É aí pronto. Esse aí passava a ser o foco (Itacoatiara)”.

A mobilização subjetiva propicia a busca do indivíduo pela sua identidade, porquanto somente a execução de tarefas não satisfaz o trabalhador (Souza Roberto, 2024). Itacoatiara em seu relato reafirma essa busca por identidade, sendo estudante ou professora na escola da igreja no qual ela frequentava.

A utilização adequada do tempo fora do trabalho pode permitir uma boa reorganização da estrutura psíquica do trabalhador, porém sabemos que nem sempre isso efetivamente ocorre, pois as atividades geralmente são realizadas individualmente. Algumas das dificuldades encontradas por estudantes que trabalham e estudam é a ausência de tempo e dedicação para os estudos, devido a carga horária de trabalho, redução de sono e situações de estresse (Castro, Pinto e Lima, 2021).

Para Carmo (2023), a mobilização subjetiva perante o trabalho possibilita o desenvolvimento da saúde mental, sendo uma das fontes que permitem realização pessoal e

construção identitária, no entanto caso não haja espaço para tal, o trabalhador adocece fisicamente e mentalmente, e a mobilização subjetivas e as estratégias defensivas malogram. Buscar a igreja como fonte de satisfação, reafirmação de identidade e mobilização subjetiva faz parte da vivência de outra entrevistada, Juruá.

Porque eu acho que eu não saia, não saía para nenhum lugar, como eu era da igreja [...]. Então que eu fazia era só dentro da igreja, tipo eu ia, aí tem alguma coisa na igreja, para o ensaio de igreja, eu passava mais tempo na igreja, tipo era meu lazer tipo de sair, eu que eu saía só com os meninos da igreja, né? Na época não costumava sair para nenhum outro lugar e aí tipo de estudo, eu estudava no período que eu tava livre assim, eu estudava, às vezes à noite eu estudava, mas na época eu lembro que, como eu tava ainda no início da graduação, né, eu lembro que imaginou dizendo bem ruins, bem ruins mesmo porque não sei eu tinha muita dificuldade, de me concentrar, né das coisas. Todo, todo tempo [...] livre, era o período para mim que eu tinha que descansar, então para mim isso tudo nesse momento era meio assim cansativo, sabe mas eu estudava, às vezes não (Juruá).

No ambiente de trabalho, ou em outros ambientes que haja modos de trabalho físico ou intelectual, por mais que a pessoa se sinta satisfeita ou não com o trabalho, ela está propensa a algum tipo de adoecimento psíquico (Dejours, 2011a). Mesmo fora do ambiente de trabalho, muitos trabalhadores continuam submetidos ao tempo, a cronometragem de suas atividades, e a alienação é algo notório, podendo desencadear uma síndrome psicopatológica que prejudica a vivência e causa sofrimento a esse indivíduo. *“De noite, depois da janta, [...] geralmente eu pedia ajuda do meu tio, como ele é professor. [...] ah lazer, não era bem lazer, porque dia de domingo eles iam para igreja e eu também tinha que ir junto, não considero lazer (Santarém)”*.

De acordo com Mesquita et al. (2023) na mobilização subjetiva o trabalhador utiliza-se recursos psicológicos, e mediante situações de sofrimento, mobiliza-se a subjetividade para que se consiga realizar as atividades, no entanto, tais recursos são dependentes da situação dinâmica contribuição-retribuição, relacionando-se com o reconhecimento entre os pares. Segundo Santarém, ela tinha que seguir o que era delimitado como lazer até pelos patrões: a ida a igreja aos domingos.

Percebe-se que perante o real nem sempre os trabalhadores se sentem satisfeitos e reconhecidos com as situações vivenciadas no ambiente de trabalho, conseqüentemente no caso de trabalhadoras domésticas como Santarém, há ausência de divisão de trabalho e obrigações em casa de família, afetando o descanso e lazer.

9.3 Ela acha que eu vou mexer em alguma coisa, que eu vou roubar alguma coisa dela?

Não há preocupação do empregador em compreender os desejos do indivíduo, a subjetividade deste em contraponto as normas e regras da casa. O sofrimento ocorre pela falta de comunicação, diálogo, entre o empregador e o trabalhador. O trabalho pode possibilitar sofrimento a partir de vivências individuais e compartilhadas de angústia, medo, insegurança, advindas de conflitos, necessidades e restrições (Ferreira, 2009).

Era mais a falta da minha mãe. [...] eu me sentava debaixo da escada e chorava. [...] A privação de não receber amigos da escola, minha tia foi chamada algumas vezes na escola por causa de mim, porque eu tinha tido algumas atitudes. Briguei na escola 2x. Mas, não sei, muita briga também, presenciei muitas brigas, brigas de casal. Não respigava em mim diretamente, [...] eles brigavam, ela ficava chateada, ela descontava em mim, dando mais trabalho ainda. Só de gritar, de bater não, não chegou, mais de gritar, falar alto, como uma forma de autoridade sim (Santarém).

A manifestação do assédio moral decorre de comportamentos, falas, atitudes, gestos, escritas que fomentem dano a dignidade e integridade física e psicológica da pessoa. Corresponde a conduta abusiva, que tem por intuito desestabilizar e prejudicar o trabalhador (Ferreira, 2009). No caso de Santarém, o choro é um sintoma perante as condutas vivenciadas a partir do trabalho doméstico nessa casa de família.

Diversas mulheres exercem o trabalho doméstico, mas não recebem reconhecimento social e recompensas, sendo designadas como “do lar” (Paías, 2024). No trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico, vem propiciando a subjugação e desigualdade dentre mulheres (Leite et al., 2024).

A comida na casa do empregador é um marcador e classificador de diferença racial e étnico perante o trabalho doméstico (Mello e Rosenfield, 2024). No filme *Que horas ela volta?*, é mostrado a vivência do trabalho em casa de família, e as fronteiras invisíveis e acordos não verbais dos limites de acesso a certos espaços que empregada pode ou não ocupar, ou de alimentos que ela pode ou não usufruir (Rocha e Pinto, 2020).

Eu lembro que lá, eu até para fazer alguma coisa, tipo: Ah , eu quero fazer tipo um doce, um bolo, eu não posso mexer em tal coisa porque não é minha, é de tal pessoa, eu não posso comer tal coisa porque não é meu. Eu lembro que ela fazia muito isso, a, a nora dela lá em cima, que ela morava lá de cima. Às vezes ele comprava uma determinada as coisas e eu passava o dia com Bernardo, e tinha coisas que eu não podia comer e nem mexer, só podia comer o que era lá de baixo, porque eu comprava. Mas quando eu comprava as coisas lá para baixo, que eu ia comprar aí a gente comprava, tipo comida atrás de todo mundo, ela vinha e comia, mas eu não podia comer as coisas dela. Então tipo tudo eu tinha medo de que eles achassem que eu tava mexendo em alguma coisa deles, de que eu ia roubar alguma coisa, então como se

ocô tivesse o tempo todo sendo vigiada, sabe e sendo visto dessa forma. Eu lembro que teve uma época que ela ficou falando bem assim: Ai eu tô pensando [...] em colocar a câmera aqui em casa, para ver o que que tá acontecendo durante o dia aqui em casa [...]. Quem ficava durante o dia era eu! Falei, o que que ela quer ver? Tipo, ela acha que eu tô fazendo o que aqui durante o dia? Ela acha que eu vou mexer em alguma coisa, que eu vou roubar alguma coisa dela? Eu ficava assim, tipo, eu comecei a ficar muito insegura. Tipo eu ficava, eu lembro que eu até ficava assim muito distante das coisas delas, eu não entrava de jeito, até quando eu ia limpar o quarto dela. Eu não entrava dentro do quarto enquanto ela não tivesse em casa. [...] Acho que eu fiquei tão presa nesse negócio de organização, acho que foi isso que me que eu levei depois quando eu fui morar sozinha também, que ainda tinha isso na minha cabeça, parece que eu tava tão acostumada que eu ficava com isso. Não hoje é dia de tal coisa, que eu já tinha deixado programado na minha cabeça que eu tinha que fazer naquele dia (Juruá)”.

No processo de racionalização da mentira ocorre na negação e desconsideração das situações de sofrimentos e injustiças vivenciadas impostos por outrem (Ferreira, 2009). Perante as diversas vivências existentes nessa relação entre trabalhador e empregada, desenvolve-se um desconhecimento da pobreza ligada à desonestidade e desconfiança, recaindo ao trabalhador acusações e humilhações (Mello e Rosenfield, 2024). Tanto nas falas de Juruá quanto de Santarém percebe-se a tentativa de negação e o desenvolvimento de mecanismos de defesa sobre o que vivenciaram na casa de família.

9.4 Dormia e acordava com ele me tocando

Etnia, gênero, classe e deficiências são fatores de risco para situações de violência, e individualmente tais violências produzidas geram impactos na saúde e desenvolvimento de suas vítimas (Ventura, 2022). De acordo com Wiggers et al. (2014), o abuso sexual viola os direitos humanos e sexuais, porquanto interfere na integridade sexual da pessoa, no processo de desenvolvimento físico, emocional, afetivo e sexual.

Eu vim, para morar na casa dessa senhora, [...] eu sofria muito a assédio sexual do marido dela. Dormia e acordava com ele me tocando, essas coisas, mas eu, eu tinha vergonha, medo de contar para alguém, né. Na outra casa, [...] houve um problema de traição, [...] a mulher dele começou a me tratar mal dentro de casa, alegando que eu sabia e não tinha contado para ela [...] contei pra minha irmã, [...] tô sendo muito maltratada na casa e tal, tão me tratando assim, assim e tal, é, me humilhando, me detratando essas coisas. [...] Olha que eu me lembro o meu maior problema sempre foi esse do assédio, sabe e além do assédio que me causava muito medo muito insegurança na última casa, a senhora era muito metódica (Itacoatiara)”.

No abuso sexual há a atividade de envolvimento, com ausência de consentimento e preparo do outro, seja ele infante ou adolescente, em uma relação entre a criança/adolescente e

um adulto, com violação de leis presentes no ato (Leitão, 2014). Tanto Itacoatiara quanto Juruá vivenciaram tais situações durante o período que moraram em casa de família.

[...] no período da pandemia, irmão dessa mulher que ele era meio problemático, ele foi morar com ela, ninguém queria ele lá em Tefé, ele acabou vindo morar. Ela era de Tefé também, e aí ele acabou vindo morar com ela esse período. Só que, ele começou a meio que agir de umas formas comigo, que tava me incomodando e eu não conseguia mais ficar lá embaixo, porque às vezes ele ficava me olhando e aí ele começou a me mandar, eu não sei como ele me mandava mensagem no Facebook, tipo comentando nas minhas fotos e ele ficava tipo (sic). Ele começou mandar um monte de mensagem muito nojentas para mim, e aí eu cheguei para ela e falei, eu disse para ela que eu estava incomodada, para a irmã dele, eu disse que estava incomodada com isso, que eu não tava gostando. Aí ela disse ah, é sou brincadeira dele, não leva nada disso a sério, só que na época a nora dela ela parece que sentiu mais acolhida comigo, né? Tipo assim, ela me acolheu de uma forma diferente. E aí ela falou olha M. para ti não ficar aí e não ter, se sentir dessa forma tipo desagradável, tipo se sente mal, pode ficar com a gente aqui em cima, que era uma casa de dois andares, né? E às vezes elas quase não desciam lá para baixo. Aí ela disse tu pode ficar aqui, fica aqui com o Bernardo, e durante o dia não abre a porta, quando ele vier, quiser vir para cá para cima não abre a porta para ele (Juruá)”.

As diversas violências existentes são estruturais e sistêmicas, surgindo e permanecendo entre processos estruturais sociais e a partir de discursos (Ventura, 2022). A violência e o abuso sexual, interferem nos arranjos familiares, perante os laços de parentescos fortalecendo-os ou enfraquecendo-os (Lima, 2014). No caso de Juruá, possibilitou a mudança dela para a residência de cima, de modo a interferir na sua segurança e cuidado, mas em contraponto houve aumento de trabalho doméstico.

9.5 E mais uma vez precisava cortar todos esses vínculos e recomeçar

No processo de saúde-adoecimento de trabalhadores, o trabalho tem seu papel fundamental como mediador (Ferreira, 2009). Algumas trabalhadoras domésticas não assumem sua profissão por vergonha, constrangimento, pela própria desvalorização da profissão (Araújo, Monticelli e Acciari, 2021). Destarte, na primeira oportunidade muitas trabalhadoras domésticas migram para outras profissões, como é o caso de Itacoatiara, que através de uma amiga da igreja consegue um trabalho formal em uma empresa comercial, e assim inicia sua transição de carreira:

Aí arrumei uma amiguinha na igreja que falou para mim: Olha lá na Bemol, como fazer para contratar. Bora lá fazer entrevista, vamos embora, aí a dona da casa lá que ele tava saiu para trabalhar e eu fugi né? Fiz minhas coisas. Tudo de casa limpei, mas eu fiz um almoço. Fui para lá de tarde fazer entrevista, quando eles telefonaram de lá, quem que atende a ligação? Ela, foi estranha porque ninguém ligava para lá para falar comigo, não dava o número para ninguém que a gente não podia aí eles falaram que era da Bemol e tal, e para comunicar para Dona I. para ela comparecer com os documentos que ela foi aprovada para o trabalho e tal tal tal. E ouvi, eu vi aí, ela disse

que não ia sair de lá, já tinha 18 anos. Aí você não é isso mesmo, sendo maior de idade, não, só se seu pai vier aqui, porque seu pai entregou para mim aí, tá bom? Escrevi para lá pro papai ver aí o papai meu irmão mais velho já. [...] Mas a partir do momento que ela não aceitou a minha escolha e me rejeitou [...] acreditou que eu tava buscando era ser irresponsável, eu precisava cortar aquilo. Ali então é como se eu me sentisse envergonhada, como se ele estivesse sem razão, e eu precisava partir dali provar que não tinha então mais uma vez, eu precisava me cobrar para provar para os outros aquilo que eu já era o que eu não ia fazer, mas muito mais sabia e então assim eu precisava cortar esse vínculo e uma vez que a minha família preferiu ficar do lado dela, acreditar que eu de fato não tava preparada para ir para o mundo, independente que eu precisava passar a minha vida naquela dependência. Lá é, eu também precisava cortar o vínculo com eles, então foi por isso que eu me afastei de todo mundo. Então é complicado você primeiro meio que de alguma forma, quando eu vim escolhi vir para cidade e eu cortei o vínculo lá com os meus primos com os meus irmãos mesmo que eu voltasse, sempre de alguma forma você deixa, você é como se você fosse uma expatriada, porque quando eu tava lá as pessoas me tratavam como se eu fosse daqui, quando eu tava aqui, me tratavam como se eu fosse de lá. Então você nem é de um lugar, nem é do outro e aí de alguma forma lá com 12 anos, eu tive que deixar de ser de qualquer lugar, e agora nesse momento lá na frente, eu mais uma vez precisava cortar, [...] cortar todos esses vínculos e recomeçar então era recomecei aos 12, recomecei aos 18 e assim tendo que fugir das pessoas que eu não entendia que não estavam me compreendendo (Itacoatiara).

Esse passo dado por Itacoatiara não foi compreendido e apoiado pela sua família, e logo ela teve que tomar decisões difíceis. Os pais não sabiam o que era estudar na capital, e ela nunca verbalizou sobre o real do trabalho doméstico vivenciado para além dos estudos. Juruá traz sua irmã para passar um tempo consigo, e nesse ínterim a irmã observa o que acontece com ela e a confronta sobre o trabalho que Juruá exercia:

O início 2022, a minha irmã ela veio passar um tempo comigo, a minha irmã mais velha, veio passar um tempo comigo lá, e a minha irmã mais velha, viu coisas que ela não gostou. Ah M., eu quero saber se tu ia tua irmã já foram procurar lugar, né, porque eu não sei se vocês vão ficar ainda aí, Que a minha irmã estava comigo nesse tempo, eu não sei se tu vai ficar aí ou porque tu não ta mais ajudando com o B. né? Não sei o quê. Aí eu, na hora eu fiquei com tanta raiva, com tanta raiva, que eu só falei para ela: eu disse você não precisa mais se preocupar, eu vou embora hoje! foi tão assim, tão de ímpeto, que eu falei isso, que na hora eu não pensei, eu olhei para minha irmã assim e falei: a gente vai embora daqui agora, era de tarde ainda não tinha chegado do trabalho. Eu só peguei as minhas coisas [...]. Porque eu ia para uma igreja ficava lá perto, [...] eu liguei para uma irmã de lá que sempre foi muito legal comigo, e aí [...] eu falei: tem como eu dormir na sua casa hoje? que eu tô saindo daqui, ela só falou tipo: pode vim. Ela não perguntou, tipo era o quê que era, só falou pode vim, aí eu arrumei minhas coisas, aí ela e o marido dela foram me buscar lá, eu arrumei minhas coisas e a minha irmã a gente foi para lá, aí a gente passou acho que uns dois, três dias, lá na casa dessa irmã. [...] minha irmã falou a gente precisa, tu precisa ir embora daqui. Acho que foi a mesma falar assim para eu perceber, né? E aí, tanto que eu já tava tipo procurando um lugar assim, só que eu ainda não tinha dinheiro mesmo para sair, mas para mim eu já acho que era essa questão de tempo para eu sair de lá. foi muito difícil [...] eu sair de lá, mas eu ainda permaneci, com um sentimento às vezes, de que eu precisava tá fazendo alguma coisa, que eu precisava mostrar que eu merecia tá ali. Tipo, eu não quero que ele pensem que eu sou preguiçosa, [...] eu ficava com esse sentimento o tempo todo lá, eu sentia que eu tinha que estar fazendo alguma coisa [...] porque se não eles vão achar que eu sou ingrata, e todo esse tempo que eu passei, eu nunca falei sobre isso pros meus pais. Eu fui contar para minha mãe depois, quando

[...] saiu de lá, que a minha mãe [...] quis saber porque que estávamos saindo de lá, se ela sempre foi muito boa comigo (Juruá)”.

Para Torres e Mendes (2022), no processo de informalização do trabalho doméstico, situações de ocultação de exploração e subvalorização do trabalho desencadeiam situações análogas à escravidão, porquanto são naturalizadas e legitimadas práticas abusivas de trabalho nestes espaços privados, ocorrendo de modo silencioso.

Não, eu fui pega de surpresa porque a minha tia chegou pra mim e disse: oh, arruma tuas coisas que tu vai embora, porque disseram que é pra ti ir embora. E aí eu vou comprar tua passagem amanhã, e a gente vai ver quando que tu vai. Foi muito rápido, eu vim sozinha. Eu vim sozinha! Eu me recordei agora, eu vim de lancha, eu vim de lancha, para Santarém sozinha. [...] a primeira coisa que quando eu cheguei foi só abraçar a mamãe. Aí depois de um tempo, que eu comecei a falar para ela o que realmente aconteceu lá, as coisas que aconteceram, e aí ela acabou, chegou até dizer pra mim que, que ela imaginava porque o meu avô, pai dela no caso, delas, falou que conhecia muito bem a filha que ele tinha, então que ele imaginava que ela poderia ta fazendo esse tipo de coisa, mais no caso de eu trabalhar, ser uma criança para trabalhar, eu não ia só pra estudar. Eu pensava que ia só estudar e fazer o que eu sempre fazia, que era ajudar o papai e ajudar a mamãe né, mais não da forma que eu assumi e como tudo aconteceu. A mamãe chegou a dizer que se ela soubesse ela nunca teria deixado (Santarém).

No contexto regional, o trabalho doméstico ainda é uma possibilidade para mulheres interioranas indígenas e caboclas que vem de municípios e comunidades do interior de estados da Região Amazônica (Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre) em busca de uma melhor educação e melhores condições de trabalho. Porém, o que se encontra é exploração de trabalho doméstico, em situações semi-servis (Araújo e Torres, 2008).

Para essas trabalhadoras domésticas o sofrimento vivenciado em casa de família teve um fim, a partir de decisões pessoais ou externas. mediante a sua realidade. “Ela vai ser tratada como da família” e “Como se fosse da família” foram falácias utilizadas pelos empregadores para justificar situações de dominação e precarização da mão de obra de empregadas domésticas no contexto amazônico. Mulheres negras seduzidas com a proposta de estudar na capital e obtenção de benefícios em troca de "ajudar em casa”, ajuda essa que ultrapassava os limites físicos e mentais, desencadeando diversas consequências físicas e mentais para essas trabalhadoras.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trajetórias de vida que se entrecruzam como o encontro das águas do Rio Negro com o Rio Amazonas. As águas que trazem as meninas e mulheres para Manaus, através do Porto Hidroviário. Porto esse que movimenta a economia regional juntamente com a mão de obra de trabalho dos que desejam prosperar na cidade grande, a metrópole Manaus, no estado do Amazonas.

Mas se engana quem pensa que vim estudar na capital em troca de ajudar com o trabalho doméstico é uma excelente oportunidade. Oportunidade é quando se cumpre o que é ofertado, em algumas ocasiões isso não se cumpre, principalmente quando falamos sobre mulheres pobres, pretas e indígenas, que acabam sendo exploradas quanto sua mão de obra e em alguns casos até exploradas sexualmente.

A informação sobre a exploração do trabalho doméstico não chega a quem é de interesse: meninas, adolescentes e mulheres adultas que vem do interior do estado, em busca de oportunidades de estudo e trabalho, mas que vivenciam a exploração, discriminação, opressão, preconceito, além do trabalho escravo. Não era somente ajuda, era o exercício do trabalho doméstico de uma ou diversas casas.

Uma parte da categoria de trabalhadoras domésticas não se identificam com a profissão, pois não vieram com contrato de trabalho, e sim com a proposta de estudo em troca de “ajudar em casa”, se deparando com uma realidade igual ou pior que a sua origem: trabalho exaustivo e estudo como perspectiva de mudança e saída da pobreza. Quantas Juruás, Itacoatiaras e Santaréns podem ter tido suas histórias negadas, esquecidas e apagadas?

Na construção desta dissertação foi difícil o acesso a essas trabalhadoras, aceitar participar, se observarem como trabalhadoras domésticas. Para algumas mulheres, era quase um assunto proibido. Aceito participar!, mas na proximidade das entrevistas ocorreram remarcações infinitas, ou lia-se a mensagem e não respondia. Falar sobre essas vivências despertam lembranças que desejam ser esquecidas. As lágrimas derramadas em cada uma das entrevistas, me impulsionou a querer compartilhar essas histórias de vida.

Quão bom seria se nenhuma pessoa vivenciasse tais circunstâncias, nesses moldes, com essas características. As experiências de cada uma delas tem mais de 10 anos de diferença entre elas, mas o contexto e a exploração se assemelham. Esse fenômeno não é uma especificidade somente do Amazonas, mas de todo Brasil.

Conforme o Capítulo 05, nos últimos 5 anos há poucos estudos voltados para região norte sobre o trabalho doméstico, principalmente em casos que não há contrato de trabalho e trabalho escravo, a ambiguidade afetiva ainda é presente nas relações de trabalho. O Capítulo 06 em seu escopo delimita quem são essas trabalhadoras domésticas, como surgiu as oportunidades de estudo, como foi a mobilização da família para que elas viessem para capital para estudar e trabalhar.

Já no Capítulo 07 compreende como ocorre a organização do trabalho, o que elas entendem como trabalho doméstico, como eram realizadas as atividades e as cobranças advindas da execução do serviço. Nos Capítulos 08 e 09 as trabalhadoras descrevem o sofrimento vivenciado e adoecimentos, além dos recursos subjetivos utilizados para lidar com tais situações, que proporcionavam formas de prazer para lidar com as adversidades presentes no exercício do trabalho doméstico.

Observamos que os afetos desempenharam um papel mobilizador entre as trabalhadoras, sendo usados de forma contínua para impedir que rompesse os vínculos de exploração, resultando em uma culpabilização desproporcional à situação. Esse tipo de vivência se perpetua quando pensamos na cultura de apadrinhamento presente na sociedade brasileira. Tais temáticas devem ser discutidas nos mais diversos setores da sociedade. Como forma de prevenção e promoção à saúde dessas trabalhadoras, uma forma de combate seria a existência de políticas públicas eficientes que propusessem divulgar e orientar acerca da exploração e trabalho escravo contemporâneo que compõe o trabalho doméstico mascarado de “estudo” e “somente ajudar nos afazeres doméstico”.

Como potenciais espaços para diálogos acerca da temática, elencamos: Escolas e Universidades Públicas e Privadas, Postos de Saúde e Hospitais, Transporte Público, Espaços de Lazer, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Cras, Centro de Referência de Assistência Social - Creas, utilizando como base fiscalizatórias os Portos, Aeroportos e Rodoviárias. Deste modo, é importante firmar um compromisso da psicologia para com a população rural, no que concerne dialogar sobre esse fenômeno de exploração do trabalho doméstico.

11 REFERÊNCIAS

ABREU, A. K. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. *In*: PINHEIRO, I.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidades: Dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Organização Internacional do Trabalho, (2021). Ebook disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11442/1/Trabalho_Domestico_cap02.pdf >. Acesso: 15 jan. 24.

ABREU, F.; MARQUES, F.; DINIZ, I. Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da COVID 19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21486>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ACCIARI, L. Não haverá igualdade salarial sem igualdade para as trabalhadoras domésticas. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 25, 2024. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/428> >. Acesso em: 21 set. 2024.

ACIOLE, G. G.; PEDRO, M. J. Sobre a saúde de quem trabalha em saúde: revendo afinidades entre psicodinâmica do trabalho e saúde coletiva. **Saúde Debate.**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 194-206, jan-mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vLxmWK56hJrD4Z9WdmnnvXt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 jan. 2024.

AKOTIRENE, K. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.

ALVES, K. R. M. **Trajetórias escolares de mulheres universitárias e a dupla jornada de trabalho**. 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

ALVES, N. S. **“Não sou eu uma trabalhadora?”: um estudo sobre o trabalho doméstico no Brasil**. 2020. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba. Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes -

Departamento de Serviço Social, João Pessoa, 2020.

ALVES, A. C.; OLIVEIRA, L. F. O trabalho doméstico como essencial na pandemia da Covid-19 em Minas Gerais e a ampliação da vulnerabilidade jurídica das trabalhadoras. **Revista Opinião Jurídica**, v. 21, n. 36, p. 85-116, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/4216>. Acesso em: 22 jan 2024.

AMARAL, G. A. *at al.* O Lugar do Conceito de Sublimação na Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Polis Psique**, v. 7, n. 3, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300012 >. Acesso em: 05 jan. 2024.

ANCILLOTTI, C. G. L.; SILVA, P. O. M. Representações e Práticas Sociais em Disputa: O Trabalho Doméstico Remunerado Segundo Relatos em Rede Social. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 28-48, 2023. Disponível: <<https://www.redalyc.org/journal/4518/451876088003/451876088003.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

ANJOS, F. B. Organização do trabalho. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

ANTLOGA, C. S. *et. al.* Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/qj5Wmt3hmXK77qy4qkMPqMN/?lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2024.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e Centralidade do mundo do trabalho**. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed, São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ARAÚJO, V. S.; OLIVEIRA, R. B. “Cuida de quem te cuida”: Luta de trabalhadoras domésticas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 126-151, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rachel-Barros-2/publication/350496099_CUIDA_DE_QUEM_TE_CUIDA_A_LUTA_DAS_TRABALHADORAS_DOMESTICAS_DURANTE_A_PANDEMIA_DE_COVID-19_NO_BRASIL/links/60634b68a6fdccbfea1a2ba1/CUIDA-DE-QUEM-TE-CUIDA-A-LUTA-DAS-TRABALHADORAS-DOMESTICAS-DURANTE-A-PANDEMIA-DE-COVID-19-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

ARAÚJO, W. R. M. **Das margens dos rios à margem da sociedade: trajetórias de mulheres Sateré-Mawé no trabalho doméstico em Manaus - AM**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

ARAÚJO, A. B. S. **Trabalho escravo contemporâneo: a invisibilidade seletiva das trabalhadoras domésticas e o caso paradigmático "Madalena Gordiano"**. 2022. 83f. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAUJO, C. SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho No Brasil**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, G. R.; NASCIMENTO, S. M. R. Trabalho doméstico, evolução histórica e os impactos da pandemia do covid-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 6, jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1425>>. Acesso em 15 jan. 2024.

ARAÚJO, A. B.; MONTICELLI, T.; ACCIARI, L. Trabalho doméstico e de cuidado. *Tempo Social*, v. 33, P. 145-167, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/TGKDBPYy6cM7XkjLcktdwjb/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

ARAÚJO, M. R. M.; MORAIS, K. R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Caderno Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001>. Acesso em 15 mai. 2024.

ARAÚJO, W. R. M.; TORRES, I. C. Trajetória de vida e de trabalho de mulheres indígenas em Manaus. *In*: Congresso Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. 2008, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST19/Araujo-Torres_19.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AREOSA, J. O mundo do trabalho em (re)análise : um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboreal** [Online], v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/15504>>. Acesso em: 25 set. 2024.

AREOSA, J. Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 321-330, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/JdZkgTRMT3sdTcLwL9M8Bsh/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

ARTIAGO, J. Trajetória de meninas domésticas em Manaus. *In*: Silva, P. R. (org.). **Entre vozes femininas: História oral e memória no Amazonas contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html>>. Acesso em: 10 set. 2024.

AVELINO, C. C. Trabalho & Vida Urbana Em Manaus: Trabalhadoras Domésticas E Ambulantes (1900-1920). **Programa de Iniciação Científica na Ufam** (2015). Disponível em:

<<https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/4549/2/Calinca%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Avelino.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. 2016
In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho Doméstico Remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfkrxjk394hGLSK8W8fyCsR/?lang=pt#>>. Acesso em 15 jan. 2024.

BARBOSA, A. M. S. IASINIEWICZ, G.; BÜTTOW, M. E. V. Trabalho doméstico: entre o poder simbólico patronal e a luta por reconhecimento jurídico. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 3, p. 341-350, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/938/93868211005/movil/>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BARBOSA, A. M. S.; IASINIEWICZ, G.; BÜTTOW, M. E. V. Trabalho doméstico: entre o poder simbólico patronal e a luta por reconhecimento jurídico. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 55, n. 3, p. 341-350, 2019. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.3.04/60747573. Acesso em: 10 dez 2023.

BARBOSA, I. **Chão de Fábrica: ser mulher operária no Polo Industrial de Manaus**. Manaus: Editora Valer, 2007.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e com: um manual prático**. Petropolis: Vozes. 2010.

BORTOLETTI, F.; CASTRO, M. M. F. L.; BUGALHO, A. Trabalho Doméstico Escravo: da origem aos dias atuais. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, Ribeirão Preto, n. 9, p. 941–959, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2556>. Acesso em: 9 fev. 2024.

BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. MERLO, A. R. C. Violência e Banalização do sofrimento no trabalho. In: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, G. O.; MENDES, A. M. (orgs). **Trabalho & Prazer: teoria, pesquisas e práticas**. Curitiba: Juruá, 2015.

BRASIL ESCOLA. Amazonas. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonas.htm> >. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1991. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL **Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10208-23-marco-2001-351210-norma-pl.html>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL, **Decreto nº 16.107, de 30 de Julho de 1923**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: número de trabalhadoras domésticas caiu em dez anos**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/ibge-numero-de-empregadas-domesticas-caiu-em-dez-anos>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BRASIL. AGÊNCIA SENADO. **Fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil, Laudelina de Campos Mello lutou por sua categoria durante 70 anos**. 2010. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/27/fundadora-do-primeiro-sindicato-de-trabalhadoras-domesticas-do-brasil-laudelina-de-campos-mello-lutou-por-sua-categoria-durante-70-anos>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº72, de 02 de abril de 2013.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150 de 1º de junho de 2015.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº150/2015.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.324 de 19 de julho de 2006.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.324-2006&OpenDocument>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.611 de 03 de julho de 2023.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114611.htm>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.078, de 27 de fevereiro de 1941.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3078-27-fevereiro-1941-413020-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Disponível em: <>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/06._Resolu%C3%A7%C3%A3o_304_2000_Povos_Ind%C3%ADgenas.PDF>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 01 jan, 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRITO, _____. Saúde da Mulher trabalhadora: uma linha de pesquisa indispensável. In: BRITO, J. **Saúde, Trabalho e Modos sexuais de Viver**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BRITO, J. C. Trabalho Prescrito. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008a.

BRITO, _____. Trabalho Real. In: _____. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008b.

CALDAS, F. B.; SOUZA, R. G. **Saúde mental e subjetividade de trabalhadores-estudantes, membros de empresa júnior, durante a pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

CALDEIRA, M. C. O psicólogo em hospital psiquiátrico: observações da psicodinâmica do trabalho. **Laborativa**, v. 12, n. 2, p. 84-99, out. 2023. Disponível em: <<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>>. Acesso em 20 dez. 2023.

CAMPOS, J. F. LEAL DAVID, H. S. Avaliação do contexto de trabalho em terapia intensiva sob o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reusp/a/F9DFWhqGYqFxtj9CdJRQG9L/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAMPOS, M. F. VIEGAS, M. F. Sofrimento no Trabalho e Estratégias dos professores contra o adoecimento psíquico. **Trabalho & Educação**, v. 31, n. 1, p. 103-119, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/38580>>. Acesso em 20 dez. 2023.

CANÇADO, V. L.; SANT'ANNA, A. S. Mecanismos de defesa. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

CARMO, M. M. **Mulheres na liderança e o lugar do cuidado: contribuições de psicodinâmica do trabalho feminino**. 2023, 221f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura - Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília), Brasília, 2023.

CARVALHO, G. M.; MORAES, R. D. Mobilização Subjetiva e Emancipação: Contribuições da Escuta Clínica. *In*: MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica**. Curitiba: Juruá, 2015.

CARVALHO, M.; SANTOS, W. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, v. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11119/10302>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CASTRO, L. R.;FRANÇA, J. M. Percursos e trajetórias: a migração pendular e o ensino superior na Amazônia. **Semana da Diversidade Humana**, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/diversidadehumana/article/download/2478/1774>>. Acesso em: 25 set. 2024.

CASTRO, S. P.; PINTO, M. N. LIMA, R. A. O trabalho versus estudo: desafios enfrentados no ensino médio no Alto Solimões, Amazonas, Brasil. **Humanidades & Inovação**, n. 55, v. 8, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3355>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CAVALCANTE, T. R.; NINA, S. F. M. **Trabalho docente nas calhas dos rios amazônicos: trabalho, interiorização e subjetividade**. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, A. O. et al. Crise econômica e a transição do emprego doméstico no Brasil. In: **Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0 (2018), Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/191101_bmt_67.pdf>. Acesso em 20 dez. 2023.**

COSTA, F. S. M.; SANTOS, C. S.; RODRIGUES, M. E. T. M. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. **Revista Katálysis** [online], v. 25, n. 2 , p. 262-271, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84573>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

COTTA, M.; FARAGE, T. **Mulher, roupa, trabalho – como se veste a desigualdade de gênero**. Osasco: Paralela, 2021.

CUNHA, S. C. P. Trabalhadores da Saúde Mental: Mobilizados por uma reforma. In: MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica**. Curitiba: Juruá, 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, A. O. et al. (orgs) **Mercado de trabalho e gênero – Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Cortez-Oboré.1992.

DEJOURS, _____. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, E. P. **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

DEJOURS, _____. Trabalho, Tecnologia e Organização. São Paulo: Blucher, 2008.

DEJOURS, _____. Addendum. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). **Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011a.

DEJOURS, _____. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011b.

DEJOURS, _____. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In: S. Lancman, L. Snelwar, L. I. **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**> Tradução de F. Soundant. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, _____. **Trabalho Vivo**. (Torno I – Sexualidade e Trabalho). Tradução de F. Soundont. Brasília: Paralelo 15, 2012b

.

DEJOURS, _____. **Trabalho Vivo**. (Torno II –Trabalho e Emancipação). Tradução de F. Soundont. Brasília: Paralelo 15, 2012c.

DEJOURS, _____. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre/São Paulo: DUBLIENSE, 2017.

DEUS, M. D.; SCHMITZ, N. E. S.; VIEIRA, M. L. Família, gênero e jornada de trabalho: uma revisão sistemática de literatura. *Gerai*s : Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: < https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000100009>. Acesso em 25 jan. 2024.

DORNA, L. B. H. O trabalho doméstico não remunerado de mães na pandemia da COVID-19 : mudanças e permanências. **Laboreal**, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/laboreal/17860> >. Acesso em 25 jan. 2024.

DUARTE, I. Empregadas domésticas negras no cenário da pandemia: aspectos sobre a vulnerabilidade. **Auditorium Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, jul./out, p. 75-92. 2020. Disponível em: < <https://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/441/279> >. Acesso em 25 jan. 2024.

DUARTE, F. D.; LOPES, A.; PEREIRA, F. Os efeitos do percurso de vida numa identidade docente valorizada. **Histórias de vida em educação: A construção do conhecimento a partir de histórias de vida**, 2013. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84905/2/87281.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2024.

EVARISTO, J. L. S. et al. A relação gestor-subordinados à luz da Psicodinâmica Do Trabalho: uma análise no contexto de organizações públicas. **Revista Trabalho (Em) Cena**, v. 7, 2022. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/13009>>. Acesso em 20 dez. 2023.

FACAS, E. P. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho** - contribuições da psicodinâmica do trabalho. 2013. 191 f., Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FACAS, E. P. **PROART: Riscos psicossociais relacionados ao trabalho** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

FACAS, E. P.; SILVA, L. M.; ARAÚJO, M. A. S. Trabalhar. *In: Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.*

FARIA, J. H. Violência no Trabalho. *In: Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.*

FARIA, G. J. A. Redes Sociais das/nas migrações tecidas em contexto de vida e trabalho de domésticas migrantes. **Revista Tempos Históricos**, v. 24, n. 2, p. 14-52, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/24901/16789>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; DE PAULA, M. N. R. “Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá” Trajetórias migracionais, redes sociais e espaços de vida das domésticas migrantes. **Revista Cidades**, v. 40, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/2063>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICA. **Institucional**. [20~]. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/institucional/#:~:text=Em%201985%20foi%20realizado%20em,era%20reconhecido%20como%20categoria%20profissional.> >. Acesso em: 25 set. 2024.

FEITOSA, M. J. S.; MORAES, R. D. Subversão do sofrimento em prazer: Clínica do Trabalho com Socioeducadores em um Centro para Adolescente em Manaus. *In: MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica**. Curitiba: Juruá, 2015.*

FERREIRA, J. B. Real do Trabalho. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

FERREIRA, J. B.; MACÊDO, K. B.; MARTINS, S. R. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. *In*: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, G. O.; MENDES, A. M. (orgs). **Trabalho & Prazer: teoria, pesquisas e práticas**. Curitiba: Juruá, 2015.

FERREIRA, J. B. **Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

FERREIRA, L. H. Trabalhadoras invisíveis? Uma análise sobre as empregadas domésticas em tempos de pandemia. **Latitude**, v.13, n.2, p. 185-205, ago-dez., 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/viewFile/10616/pdf> >. Acesso em 20 dez. 2023.

FLORÊNCIO, T. S. et al. A juventude rural e as questões do êxodo rural: uma breve revisão. *In*: REDIN, E. **Ciências Rurais em Foco – Volume 9**. Belo Horizonte: Editora Posson, 2023.

FREIRE, D. A. L.; FERNANDES, M. A. A Psicodinâmica Do Trabalho: um estudo sobre os principais mecanismos de defesa utilizados pelos professores universitários. *In*: GUILHERME, W. D.; SILVA, C. B.; FREITAS, P. G. **Educação em transformação: práxis, mediações, conhecimento e pesquisas múltiplas: v. 1**. Rio de Janeiro: E-publicar, 2022. [ebook]. Disponível em: <<https://editorapublicar.com.br/educacao-em-transformacao-praxis-mediaco-es-conhecimento-e-pesquisas-multiplas-volume-1> >. Acesso em 20 dez. 2023.

FURTADO, O; CARVALHO, M. G; DOS SANTOS, W. N. Quase da família: Perspectivas interseccionais do emprego doméstico. **Psicologia Política**, v. 20, p. 355-369, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7818643>>. Acesso em: 11 out. 2024.

GEMELLI, C. E.; OLTRAMARI, A. P. Voluntariado e formação da identidade: reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 956-962, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n1/v20n1a13.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2023.

GEOMAPAS, Editora de Mapas e Guias LTDA. Ref. 033-61 - Região Norte do Brasil - Agenda. Disponível em: < <http://www.geomapas.com.br/nossos-produtos/ref.-033-61-regiao-norte-do-brasil-agenda-033-61.html> >. Acesso em 08 out. 2024.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Temas em psicologia**, v. 23, n. 4, p. 803-814, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751493002.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2024.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record. 8ª Ed, 2004.

GOMES, F. M. S. “Um apego que faz mal”: reflexões sobre o trabalho do cuidado e os discursos sobre o amor (Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil). **Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo**, 5, n. 10, p. 1 – 21, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6680/668070945005/html/> Acesso em: 10 jan. 2024.

GOMES-SOUZA, R. VIEIRA, R. L. S. SOUZA, A. J. S. Precarização e subjetividade das trabalhadoras domésticas no contexto da covid-19 em Manaus. **Revista feminismos**, v. 9, n. 3, set/2021-abr/2022. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/45245> >. Acesso em: 01 jan, 2024.

GONÇALVES, J.; SCHWEITZER, L.; TOLFO, S. R. Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: < <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v13n1/06.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2024.

GONZAGA, P. R. B. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Psicologia brasileira na luta antirracista**: volume 1. Brasília: CFP, 2022.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZALEZ, _____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

GRISOSKI, D. C. Divisão sexual do trabalho no contexto da Polícia Militar: uma análise no campo da psicodinâmica do trabalho. **Psicologia Revista**, v. 31, n. 2, p. 287–309, 2022. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/52351/41343>>. Acesso em 20 dez. 2023.

GUIMARÃES, M. G. V. A trajetória da mulher no mundo do trabalho. In: **Vida Familiar e Profissional**: desafios e perspectivas. Manaus: EDUA, 2010.

GUIMARÃES, S. S. M. L.; DAOU, S. Z. Divisão Sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e as assimetrias de gênero na pandemia da Covid-19. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 110-133, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/42979/24774>. Acesso 10 dez. 2023.

HELOANI, R. Assédio Moral – Um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **ERA - eletrônica**, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/mDFpdPcL7gR3KJvhbtyr4Zw/>>. Acesso em: 25 set. 2024.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, _____. **O cuidado**: teorias e práticas. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: Costa, A. O. et *al.* (orgs) **Mercado de trabalho e gênero** – Comparações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

HUNHOFF, H.; FLORES, C. R. Adoecimento psíquico do trabalha(dor) docente na perspectiva da Psicodinâmica Do Trabalho: Revisão Bibliográfica Integrativa. **Revista Psicologia em Foco**, v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: <<https://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/3774>>. Acesso em 20 dez. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez: 2010.

INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL. Legislação do emprego doméstico. [20~]. <<https://domesticalegal.com.br/legislacao-do-emprego-domestico/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

JUNGES, J. R.; ZAPELINI, R.; SCHAEFER, R.. Medicina tradicional complementar e integrativa na atenção primária em saúde: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 115–134, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/revista-praticas-interativas/article/view/1338>. Acesso em: 2 mar. 2024.

LANCMAN, S. et *al.* Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, e33, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/66dhnQGYjJDBh57bXM66tHh/>>. Acesso em 20 dez. 2023.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; CRUZ, G. F. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEAL, C. F.; CAL, D. Trabalho doméstico como essencial no lockdown do Pará: análise de comentários no Instagram. **Gênero na Amazônia**, n. 19, p. 84-104, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13314/9254>>. Acesso em 13 jun. 2024.

LEITÃO, C. L. Exploração Sexual de adolescentes no espaço urbano de Manaus. *In: **Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar***. Manaus: Editora Valer, 2014.

LEITE, M. P. et al.. Reforma Trabalhista, pandemia e implicações sobre as mulheres. **Sociologia e Antropologia**, v. 14, n. 01, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/BqYhKfvf8b58TLhVDxcXPyn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set 2024.

LEITE, S. J. **Os impactos do excesso da jornada de trabalho na saúde do trabalhador: flexibilização ou escravidão contemporânea?**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

LESSA, S. Trabalho Imaterial. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

LIMA, M. PRATES, I. Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 149-17, 2019. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ts/article/view/149291>>. Acesso em: 25 set. 2024.

LIMA NETO, J. A. et al. Planos de demissão incentivada/voluntária no contexto de estado reformista: um estudo à luz da Psicodinâmica Do Trabalho. *In: SANTOS, A. C. B.; ROCHA, A. R. S.; MOREIRA, A. Z. (orgs.). **A psicodinâmica do trabalho em tempos de capitalismo: estudos nos contextos de trabalho público, privado e autônomo***. Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2021. [ebook]. Disponível em: <<https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2021/12/A-psicodin%C3%A2mica-do-trabalho-em-tempos-de-capitalismo-flex%C3%ADvel.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2023.

LIMA, N. S. Abuso sexual e masculinidades: um relato sobre o grupo de autores. *In: **Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar***. Manaus: Editora Valer, 2014.

LIMA, B. L. S. et al. Mercado de Trabalho e Gênero: desigualdade. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível: < <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/9566> >. Acesso em 05 fev. 2024.

LIMA, F. T.; DEL BIANCO, G. S. GEMMA, S. F. B. Vivências Intersubjetivas de sofrimento no trabalho de mulheres no setor automobilístico: análise à luz da Psicodinâmica Do Trabalho. **Revista Trabalho (Em) Cena**, 2023 Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/15581> >. Acesso em 20 dez. 2023.

LIMA, M.; PRATES, I. Emprego doméstico e mudança social – reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 31, n. 2, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ts/a/mZtFVwnF8twnKKwnD9FhZnG/> >. Acesso em: 01 jan, 2024.

LIMA, P. A. M. Escuta Clínica no Trabalho de Professores que atuam em Educação Inclusiva: o Processo de subversão do sofrimento. In: MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica**. Curitiba: Juruá, 2015.

LIRA, T. S. V. O sentido do trabalho infantil doméstico. **Ser Social**, Brasília. v. 23, n. 49, p.496-516, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32276/30504. Acesso em: 23 jan. 2024.

LOPES, J. A. Quem pariu América?: trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020; Disponível em: < <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6900/0>>. Acesso em: 25 set. 2024.

LOPES, F. P.; PÊGO, D. R. Síndrome de Burnout. **Revista Brasileira De Medicina Do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 171-176, 2016. Disponível em: <<http://fi-admin.bvsalud.org/document/view/v4pja>>. Acesso em 13 set. 2024.

MACÊDO, K. B. Sublimação. *In*: Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MACÊDO K. B. A saúde mental e o trabalho: o olhar da Clínica Psicodinâmica do Trabalho. *In*: MACEDO, K. B. et al. **Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016.

MACÊDO, K. B.; HELOANI, R. Identidade. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MACEDO, K. B. et al. **Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016.

MACIEL, F. Todo Trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. *In*: SOUSA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARINS, C. T. Plataformas de redes sociais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: transformações e implicações políticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 30, n. 68, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/MCMhKN5cGJMhJ5hMHy9Jwhb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 mar 2024.

MARTINS, S. R. Perversão Social. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MARTINS, E. G. Mulheres imigrantes no trabalho doméstico remunerado em São Paulo: duas trajetórias e uma multiplicidade de arranjo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 65, p. 121-140, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/W6fMVfVtVdD83h9sbzrcbtS/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 fev. 2024.

MARTINS, E. G.; VEDOVATO, L. R. Migração internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 1975-2009, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/NTr4SXPmRxKpSLMx3Q9kY9b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 25 fev. 2024.

MARTINS, S. R.; LIMA, S. C. C. Reconhecimento e Coletivo de Trabalho. In: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, G. O.; MENDES, A. M. (orgs). **Trabalho & Prazer: teoria, pesquisas e práticas**. Curitiba: Juruá, 2015.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, L. G.; ROSENFELD, C. L. Desreconhecimento e demarcação simbólica no trabalho doméstico: o progresso moral posto à prova. **Sociologias**, v. 24, p. 1 – 38, 2024. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/soc/a/BCm4jYy6VFVz8xdP9zYMWXB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 13 jun. 2024.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M.; LIMA, S. C.; FACAS, E. P. (orgs). **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

MENDES, A. M.; MULLER, T. C. Prazer no trabalho. In : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MENEZES, M. A. Interseccionalidade: : conceito para entender a violência que aflige a mulher e o jovem negro. **Revista Olhares**, v. 1, n. 13, p. 19-32, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.63052/revistaolhares.v1i13.115>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MENEZES, B. C. B. **O espaço doméstico como categoria de exceção reprodutora da subalternidade no direito do trabalho.** 2022. 134f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em direito – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46802> >. Acesso em 20 dez. 2023.

MESQUISTA, M. C. G. D.; CARNEIRO, M. E. F.; SIQUEIRA, T. C. B. A relação entre trabalho e estudo: uma reflexão sobre as estudantes dos cursos noturnos de pedagogia. **Revista de Ciências Humanas - Educação, Frederico Westphalen, RS**, v. 13, n. 20, p. 51-68, 2012. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/353>. Acesso 15 mar. 2024.

MESQUITA, S. M. M. et al. Tecnologia da Informação: prazer-sofrimento. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/3151/1802>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MIRANDA, J. A. Saúde mental à luz da abordagem da psicodinâmica do trabalho dejouriana. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, 2024. Disponível em: < <https://revistacedigma.cedigma.com.br/index.php/cedigma/article/view/31>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, 2009. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000097>>. Acesso 01 dez. 2023.

MOLINIER, P. **O trabalho e a psique** – Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

MONTEIRO, J. K.; FREITAS, L. G. Trabalho Precário e as Vivências de Prazer – Um olhar psicodinâmico. In: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, G. O.; MENDES, A. M. (orgs). **Trabalho & Prazer: teoria, pesquisas e práticas.** Curitiba: Juruá, 2015.

MONTEIRO, J. K.; JACOBY, A. R. Sobrecarga do trabalho. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

MONTICELLI, T. Divisão Sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, p. 83-107, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/35804/29752>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MORAES, R. D. Estratégias Defensivas. *In*: **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013

MORAES, R. D.; GARCIA, W. I. Fundamentos Teóricos da Psicodinâmica do Trabalho. *In* MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org). **Subjetividade e trabalho com automação**: estudo no polo industrial de Manaus. Manaus: EDUA, 2011.

MOURÃO, L. *et al.* “Patrão é patrão, empregado é empregado”: identidade profissional de domésticas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 25, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/186389/189105> Acesso em: 15 fev. 2024.

NINA, S. F. M. **Trabalho, Ambiente e Saúde: Cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia**. 2014. 197f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas), Manaus, 2014.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do trabalho entre a emancipação e a precarização. *In*: Antunes, R. Silva, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, T. P. C. C. R. **A Cor das Empregadas: Desigualdades de Gênero, Raça e Classe no Cotidiano do Trabalho Doméstico Remunerado do Rio de Janeiro**. 2019. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Seropédica, 2019.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Decente**, (1999). Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OIT. _____. **Convenção nº189 de 2011**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/pt-pt/media/345291/download>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

OIT. _____. **Recomendação nº 201 de 2011**. Disponível em: < <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/r201-sobre-o-trabalho-domestico-decente-para-trabalhadoras-e-os>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

OIT. _____. **Organização Internacional do Trabalho – Trabalho doméstico**. [20~]. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm> >. Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, O. M. B. Trabalho doméstico e vulnerabilidades: cenário global e brasileiro a partir da COVID-19. **Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas**, v..5, nº1, p. 01-23, 2024. Disponível em: <<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpcj/article/download/634/956>>. Acesso em 13 set. 2024.

OLIVEIRA, N. F. et al.(2022). Trabalho infantil no estado do Amazonas: a invisibilidade do sistema de notificação. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 25, 2022. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/XGnHTGhgggKzQvh7Yh8LXTf/?lang=pt>>. Acesso em 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, P. E.V. **Assédio Moral no Trabalho**: caracterização e consequências. 2 ed. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

OUZZANI, M. et al. “Rayyan - a web and mobile app for systematic reviews”. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 210, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PAGE, M. J. et al. “The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews”. **The BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n71.full.pdf>. Acesso: 1 dez. 2023.

PAIAS, K. R. M. Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico cultural para construir novas relações com a mulher. 2024. **Seven Editora**, p. 148–157, 2024. Disponível em: < <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/5379> >. Acesso em: 25 set. 2024.

PENA, L.; REMOALDO, P. Psicodinâmica do Trabalho: um estudo sobre o prazer e o sofrimento no trabalho docente na Universidade Óscar Ribas. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 4, Out-Dez, p. 147-159, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263976013> >. Acesso em 20 dez. 2023.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/?lang=pt> >. Acesso em 18 jun. 2024.

PEREIRA, C. C. M.; FERREIRA, R. J. S. Muitas “Vals no Brasil” um olhar psicossocial sobre as mulheres negras e trabalho doméstico. *In: Que horas ela volta? [recurso eletrônico] . elos e nexos entre o audiovisual e a interdisciplinaridade / Joel Felipe Guindani, Gerson Heidrich, Lourdes Ana Pereira Silva (org.). - Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2023.*

PEREIRA, J. C.; OLIVEIRA, E. T. Trabalho doméstico remunerado e Relações Sociais de sexo no Brasil. *In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental.* 2024 Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3534> >. Acesso em: 25 set. 2024.

PINHEIRO, M. A. Trabalho produtivo, trabalho improdutivo e a expansão dos serviços no capitalismo contemporâneo. **Temporalis**, ano 22, n. 44, p. 335-350, jul-dez, 2022. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38815> >. Acesso em 20 dez. 2023.

PINHEIRO, T. L., RODRIGUES, C. I. (2021). Por acaso sou negra? Na Amazônia, em Belém, no encontro com outrem. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 8, n. 1, p. 118-136. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/478229054.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINTO, T. O. “Entre a minha casa e a casa da patroa”: itinerários, consumo e histórias de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense – RJ. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 2, p. 01 - 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/12307/681>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PIZZINGA, V. H. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: Reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. **Rev. Bras. De Saúde Ocupacional**, v. 46, e. 25, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2317-6369000025020> >. Acesso em 01 fev. 2024.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REIS, M. C. P. M.; SOUZA, R. G. **Qualidade de vida no teletrabalho compulsório, suporte organizacional e saúde mental de professores universitários no Amazonas**. 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

RIBEIRO, L. N.; HEINEN, L. R. Para uma crítica feminista ao neoliberalismo: a socialização do trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/558>>. Acesso em: 08 set. 2024.

ROCHA, E. K. G. T; PINTO, F. M. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, [Niterói], v. 30, n. 2, p. 145-153, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/4XNdKnpSVYKWhHdkQb8g6Xt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2024.

ROCHA, _____; PINTO, _____. Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho na análise do trabalho reprodutivo a partir do filme “Que horas ela volta?” *In: Araújo et al. A atividade de trabalho pela lente do cinema: análises à luz das clínicas do trabalho*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

RODRIGUES JUNIOR, N. S. RIBEIRO, C. V. S. Psicodinâmica do trabalho: a dialética do prazer e sofrimento em residentes multiprofissionais de um hospital de ensino. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 193-215, (2018). Disponível em: <<https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1953>>. Acesso em 20 dez. 2023.

RODRIGUES, S. J. D.; BEZERRA, A. R. Trabalho escravo feminino e narrativas de trabalhadoras rurais no Brasil. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia-MG**, v. 18, n. 49, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/67462/35708>>. Acesso em: 25 set. 2024.

ROSA, M. L. M. Servidão x Emancipação: a Vivência de professores da zona rural de Iranduba/AM. *In: MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L. (org.). Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica*. Curitiba: Juruá, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, set.-dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/7ZxXCSyZFMZWnNQNq46tSQt/?format=pdf>>. Acesso em 20 dez. 2023.

SANCHEZ, B. R. De volta às origens: mapeando os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 31, n. 3, p. 50-68, 2022. Disponível: <<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/download/957/541>>. Acesso em 15 jun. 2024.

SANTANA, C. B. **Afeto e solidariedade no trabalho escravo doméstico: estudo de caso “doméstica de criação”**. 2021. 169 p. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE, 2021.

SANTOS, C. M. M. B. et al. O impacto do ambiente laboral nas relações de trabalho de costureiros de indústria de confecção sob a perspectiva da Psicodinâmica Do Trabalho. **Emancipação**, v.20, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13482> >. Acesso em 20 dez. 2023.

SANTOS, F. H. S.; SOUSA, M. L. S.; ANTONIASSI JUNIOR, G. Mulheres trabalhadoras domésticas. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, n. 7, v. 1, p. 362-375, 2021. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/767/488>. Acesso em 5 jan 2024.

SANTOS, J. A. S. Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do covid-19. **O público e o privado**, n. 40, set-dez, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/7344>>. Acesso em 01 fev. 2024.

SCHMIDT, M. L. et al. Clínica do trabalho com professores readaptados na abordagem da psicodinâmica do trabalho. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 1, p. 22-28. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340047538_Workplace_clinic_with_readjusted_teachers_in_the_psychodynamics_of_work_approach>. Acesso em 01 fev. 2024. Schwartzmann, 2021.

SCHWARTZMANN, M. N. A doméstica como síntese do racismo brasileiro: discurso, formas de vida e cultura. **Estudos Semióticos**, v. 17, n. 2, ago, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8615659> >. Acesso em 20 dez. 2023.

SILVA, L. F. **O combate ao trabalho escravo contemporâneo na sociedade da informação: Efetividade e alcance da lista suja do Ministério do Trabalho e Previdência Social**. 2017.

122 f. Dissertação (Mestrado em Direito – Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul), Santa Cruz, 2017

SILVA, A. C.; SOUZA, R. G. **O uso da fotografia para promoção de saúde mental de trabalhadores da saúde. 62 f.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

SILVA, I. P.; et *al.*. Psicodinâmica do Trabalho: um estudo netnográfico sobre prazer, sofrimento e estratégias defensivas no setor de alojamento. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais.** 2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/101>>. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, E. L. Ela é praticamente da família: marcadores sociais da diferença, demarcados pelo capital econômico, cultural e habitus em Que horas ela volta. In: Que horas ela volta? [recurso eletrônico] . **Elos e nexos entre o audiovisual e a interdisciplinaridade** / Joel Felipe Guindani, Gerson Heidrich, Lourdes Ana Pereira Silva (org.). - Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2023.

SILVA, J. A. C. **Estresse no trabalho:** machismo e o papel da mulher. NITERÓI-RJ: MUIRAQUITÃ, 2006.

SILVA, J. F.; ALBUQUERQUE FILHO, A. R.; ALENCAR, R. V. Ocupações domésticas no Brasil: uma análise a partir do conceito de Trabalho Decente. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia,** Florianópolis, v. 11, p. 01-13, 2021. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/1606/pdf>. Acesso em 01 fev. 2024.

SILVA, P. A. et *al.* Narrativas de servidores sobre as diferenças geracionais nas relações de trabalho em uma universidade pública: um estudo à luz da Psicodinâmica Do Trabalho. In: SANTOS, A. C. B.; ROCHA, A. R. S.; MOREIRA, A. Z. (orgs.). **A psicodinâmica do trabalho em tempos de capitalismo:** estudos nos contextos de trabalho público, privado e autônomo. Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2021. [ebook]. Disponível em: <<https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2021/12/A-psicodin%C3%A2mica-do-trabalho-em-tempos-de-capitalismo-flex%C3%ADvel.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2023.

SILVA, R. M. et al. **Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações**. Sobral: Edições UVA, 2018.

SILVA, Y. C. L.; SILVA FILHO, L. A.; CAVALCANTI, D. M. Migração, seleção e diferenciais de renda na região Norte do Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 1, p. 141–160, 2019. Disponível em: <https://revistaaber.emnuvens.com.br/rberu/article/view/410>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SIQUEIRA, M. V. S. Autonomia. *In*: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

SIQUEIRA, T. D. A. Análise espacial da sociedade ribeirinha: relações de poder. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 5, n. 2, p. 107-117, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/2235>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. *In*: ARAUJO, C. SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho No Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOUSA, R. B.; DIAS, R. S. L.; ABREU, J. L. Trabalho infantil: os avanços e desafios enfrentados pela sociedade brasileira frente à exploração do trabalho infantil pós-implantação do estatuto da criança e do adolescente. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8326>>. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, P. E. C.; SOUSA, A. O. M.; SOUSA, M. M. Trabalho Infantil no Brasil: Análise sistemática da literatura. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 15, n. 3, p.43-54, 2020. Disponível em:<<https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/55099>>. Acesso em: 02 out. 2024.

SOUSA, J. L. B. L. **O trabalho escravo doméstico no Brasil: Relatórios de Inspeção como Meios de Caracterização e o Papel da Jurisprudência Pátria**. 2023. 23 f. Trabalho de Conclusão

de Curso. Bacharelado em Direito. Universidade do Estado do Amazonas. Faculdade de Direito. Manaus, 2023.

SOUSA, C. L.; ARAUJO, R. M. L. A juventude em disputa: As políticas implementadas e a relação com o trabalho e o ensino médio. **Revista de Ciências Humanas - Educação, Frederico Westphalen, RS**, v. 20, n. 3. 2019. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3331/pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUSA, R. S.; DIAS, A. K. M.; VIEIRA, R. C. M. As reflexões sobre minha trajetória de vida, desde a infância à vida acadêmica e à pós-graduação. **Revista Saberes & Práticas**, v. 1, n. 4, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/rsp/article/view/3518/1846>>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA ROBERTO, P. H. S. “**Eu moro aqui e parece que sou invisível**”. **O (IM)prescrito do trabalho doméstico remunerado**. 2024, 103f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura - Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília), Brasília, 2024.

TAVARES, R. B. FERRADÁS, M. N. SARMIENTO, L. Encarnando o vírus: intervenções epistêmicas e performativas à hegemonia disciplinar na arquitetura e urbanismo. *Cidades* [Online], v. 22, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cidades/6117#tocto2n1>>. Acesso em 20 dez. 2023.

TELES, P. A. S. et al. A relação prazer-sofrimento no contexto de trabalho de startups, à luz da psicodinâmica do trabalho. **Portal Metodista de Periódicos científicos e acadêmicos**, v. 17, n. 34, 2021. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/1035835>>. Acesso em 20 dez. 2023.

THOMÉ, D.; MELO, H. P. Empregadas domésticas, cuidadoras e afazeres domésticos – o viés de gênero da pandemia de Covid-19. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 20, n. 48, mai-ago, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/78094>>. Acesso em 01 fev. 2024.

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905. Acesso 17 fev. 2024.

TORRES, I. O.; MENDES, B. M. V. “Eu quero ir me embora pra minha casa”: migrações e experiências de trabalho doméstico no Maranhão (1980-1990). **Manduarisawa – Revista discente do Curso de História da UFAM**, v. 8, ano 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/9086>>. Acesso em 01 fev. 2024.

TRINDADE, R. A. et al. Psicodinâmica do trabalho de terceirizados em uma universidade pública. **Trabalho (En)Cena**, v. 6, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/10223>>. Acesso em 01 fev. 2024.

VALERIANO, M.; TOSTA, T. L. D. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 412–422, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/40571/27239> Acesso em: 15 fev. 2024.

VALERIANO, M.; TOSTA, T. L. D.; NUNES, J. H. Casa e trabalho: tensões e arranjos no cotidiano de trabalhadoras domésticas. **Descentrada. Revista interdisciplinaria de feminismos y género**, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.12493/pr.12493.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

VASCONCELOS, Y. L. et al. Revisão Sistemática sobre o escravismo contemporâneo: uma análise das contribuições e nichos de produção. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 26, n. 52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/download/30857/21761>>. Acesso em: 25 set. 2024.

VASCONCELOS, A. C. L. Inteligência Prática. *In* : Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

VENDRAMINI, C. R. Dossiê Migração e Educação : Uma vida aquém da sonhada, uma escola aquém da almejada!. **Perspectiva**, v. 38, n. 4, p. 1–8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795x.2020.e78834>>. Acesso em: 25 set. 2024.

VENDRAMINI, _____.A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p239/36968>>. Acesso em 15 jan. 2024.

VENTURA, C. A. A. Prefácio: direitos humanos e violências – da perspectiva global à individual. 17-20. *In*: Nascimento, I. R. Neves, A. L. M. Reis, L. N. (orgs). **Segurança e violências – perspectivas interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2022.

VICENTE, C. O.; LOLE, A. Divisão sociosexual e racial do trabalho: uma análise do trabalho doméstico não remunerado. *In*: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3660>>. Acesso em 10 ago. 2024.

VIEIRA, N. S. ALMEIDA, T. M. C. O trabalho doméstico e as babás: lutas históricas e ameaças atuais. **Sociedade e Cultura**, v. 22, n. 1, p. 135-156, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/703/70361437009/70361437009.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

VIEIRA, R. L. S.; SOUZA, R. G. **Trabalho feminino e saúde mental: a perspectiva de servidoras públicas de uma universidade federal no contexto de pandemia da COVID-19**. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023.

WERMUTH, M. A. D.; NIELSSON, J. G. O domínio do corpo feminino: uma abordagem da dimensão pública da violência contra a mulher no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 123, 2021. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/746>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

WIGGERS, R. et. *al.* Programa observatório da violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus. *In: Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Editora Valer, 2014.

YAMAMOTO, G. C.; OLIVEIRA, J. S. Imigração como prática de organização: discussões sobre práticas de organização, deslocamento e integração de imigrantes haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. , p. 292-306. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200015>. Acesso: 1 mar. 2024.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VpcSrFL4RSWkpbKfzmDr6c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 15 jan. 2024.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Questionário Sociodemográfico



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI

UFAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI



Pesquisa: Ela vai para estudar e me ajudar em casa: Vivências subjetivas de mulheres amazônidas a partir da inserção no trabalho doméstico,

Pesquisadora responsável: Kássia Pereira Lopes

Questionário Sociodemográfico

Nº: _____

DATA: _____

HORÁRIO: _____

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Bairro: _____

Telefone (WhatsApp): _____

E-mail: _____

Gênero: _____ Raça: _____

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

Família e Filhos: _____

Apêndice 02 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI



Pesquisa: Ela vai para estudar e me ajudar em casa: Vivências subjetivas de mulheres amazônidas a partir da inserção no trabalho doméstico,

Pesquisadora responsável: Kássia Pereira Lopes

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Pra você o que é trabalho? O que você entende por trabalho doméstico?
2. Me conte, como surgiu a possibilidade de vim para capital para a casa de família? (Quantos anos você tinha? Quem decidiu que você vinria? Você foi a primeira a fazer isso da sua família?)
3. Como foi até chegar na casa de família? (Quem te trouxe? Você veio sozinha?)
4. Qual foi a proposta realizada e como era a realidade na casa de família? (Você se sentia reconhecida?)
5. Como você olha o que fazia na casa, ajudava ou trabalhava na casa de família? Me fala como era morar em casa de família? Como era a sua rotina na casa? (condições de trabalho, controle, realização de tarefas, autonomia, regras formais e informais, etc.)?
6. Como era seu relacionamento com a família que você morava?
7. O que você fazia para facilitar seu trabalho enquanto morava na casa de família?
8. O que você gostava de fazer para se sentir bem?
9. Você conseguia conciliar o trabalho com outras atividades (estudo, lazer, etc.)? (Você tinha alguma ação para conseguir realizar o que desejava?)
10. E quando não estava bem, como você sentia? Você passava por algum tipo de dificuldade? (Como você lidava com essa situação? Sua família sabia do que estava acontecendo?)
11. Durante e após essa vivência surgiu algum tipo de sofrimento e/ou adoecimentos psíquicos e físicos relacionado ao trabalho que você exercia?

12. Você continua neste trabalho? (Se sim, o que te faz continuar? Se não, qual atitude tomou para sair dele? Como você se sentiu com essa decisão? Alguém te apoiou nessa decisão?)

Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa Ela vai para estudar e me ajudar em casa: Vivências subjetivas de mulheres amazônidas a partir da inserção no trabalho doméstico, cuja pesquisadora responsável é Kássia Pereira Lopes, sob orientação da profa. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina. Os objetivos do projeto consistem: Objetivo geral Compreender as relações subjetivas do trabalho doméstico em casa de família realizado por mulheres que saem do interior para cidade de Manaus. E Objetivos Específicos: a) Conhecer a trajetória de vida dessas mulheres na saída do interior para trabalhar em casa de família; b) Caracterizar a organização do trabalho na casa de família; c) Identificar vivências de prazer e sofrimento no trabalho doméstico; d) Verificar quais estratégias defensivas e de enfrentamento utilizadas para lidar com o trabalho doméstico em casa de família. A Sra. está sendo convidado porque atende aos critérios da pesquisa, Mulheres, ribeirinhas, interioranas e rural, que estejam na faixa etária de 18 a 65 anos, que tenha vivenciado o trabalho doméstico em casa de família na cidade Manaus-AM, durante sua infância ou adolescência, sem contrato de trabalho estabelecido.

A Sra. tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso aceite, sua participação consiste em ceder entrevista, na qual a pesquisadora fará perguntas referentes ao tema da pesquisa: relações subjetivas de trabalho, trajetória de vida na saída do interior para trabalhar em casa de família, organização do trabalho, vivências de prazer e sofrimento e estratégias defensivas e de enfrentamento perante o trabalho. Será realizada somente uma entrevista. A pesquisadora compromete-se em divulgar os resultados da pesquisa de maneira clara e objetiva aos participantes da pesquisa, através da exposição dos resultados oralmente, orientações e/ou aconselhamentos, como são esperados por meio dos benefícios da pesquisa. Com este documento a Sra. autoriza () “sim, autorizo a gravação/divulgação da minha voz”, o acesso aos dados descritos, que será realizada pelo gravador do celular da pesquisadora, ou () não, não autorizo a gravação/divulgação da minha voz”. O registro de som atenderá o critério de

sigilo e confidencialidade e privacidade, manuseado apenas pela pesquisadora, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) podem oferecer desconforto psicológico, social, emocional, cognitivo e ou afetivo, caso isso ocorra haverá o encaminhamento para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – (CSPA/FAPSI/UFAM), serão utilizados como biossegurança os instrumentos de proteção, máscaras e álcool em gel, além do distanciamento de 1 a 2 metros do participante.

Caso aceite participar desta pesquisa, a coleta de dados ocorrerá por meio de uma entrevista individual, a serem realizados de forma presencial. Durante as entrevistas, você será perguntado(a) sobre os aspectos cotidianos que envolvem o trabalho doméstico exercido em casa de família. Para esta etapa, solicitamos a sua autorização para gravar o áudio da entrevista para posterior análise do pesquisador. Esses dados serão armazenados de forma criteriosa, respeitando os procedimentos de confidencialidade e privacidade conforme estabelece a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Garantimos que, caso necessário, você (e seu acompanhante, se couber) será ressarcido das despesas oriundas de sua participação na pesquisa, ainda que não prevista inicialmente por meio de débito em conta (inclui transporte, alimentação e quaisquer despesas oriundas da participação no estudo). Também estão assegurados à Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. Asseguramos à Sra. o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos à Sra. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável: Kássia Pereira Lopes a qualquer tempo para informação adicional no endereço de e-mail: psicologakassialopes@gmail.com ou pelo número de celular (92) 99218-6946. E com a Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Socorro de F. Moraes Nina no endereço de e-mail:socorronina@gmail.com. Haverá respeito à Resoluções 304/2000, 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde com todos os entrevistados. Em caso de entrevista com pessoas indígenas não aldeadas, respeitaremos a resolução 304/2000 que assegura para além de pesquisas em terras indígenas, a garantia dos direitos fundamentais, civis, sociais e humanos de toda e qualquer pessoa que se identifique como indígenas, e que sejam

tratadas em suas especificidades identitárias e as tenham respeitada por meio da referida resolução.

A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Tem função consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa - CEP- organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315- 5877. Horário de atendimento: 09h às 18h]. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 4950 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

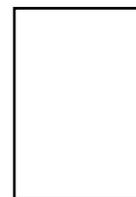
Caso julgue necessário, você dispõe de tempo para refletir sobre a sua participação.

Este documento (TCLE) será elaborado em DUAS VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____



Assinatura do Participante

Impressão
Dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice 04 - Anuência de Atendimento Psicológico



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
PPGPSI



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que estou de acordo com o atendimento psicológico, caso seja necessário, das participantes da pesquisa intitulada “Ela vai para estudar e me ajudar em casa: Vivências Subjetivas de mulheres amazônicas a partir da inserção no trabalho doméstico”, sob a orientação do Prof.^a Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina e coorientação da Prof.^a Dra. Dayse da Silva Albuquerque, e responsabilidade da mestrandia pesquisadora KÁSSIA PEREIRA LOPES do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM.

Manaus, 15 de fevereiro de 2024.

Janaina Léia Passos da Silva
RG nº: 2906482-1
CPF nº: 026.898.812-92
CRP nº 20/11781

Contato: Kássia Pereira Lopes, encontrada na Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Av. General Rodrigo Otávio Jordão, 3000 – Campus Universitário Setor Sul, Bloco da FAPSI, Bairro Coroado, Cep 69077-000, Manaus – Amazonas, ou pelo telefone (92) 3305-1181, ou e-mail kassiapsy@gmail.com.

Apêndice 05 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ELA VAI PARA ESTUDAR E ME AJUDAR EM CASA: VIVÊNCIAS SUBJETIVAS DE MULHERES AMAZONIDAS A PARTIR DA INSERÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO

Pesquisador: KASSIA PEREIRA LOPES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79255024.6.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.941.213

Apresentação do Projeto:

O desempenho de atividades na esfera mercantil e não mercantil, que contribuem social e economicamente é considerado trabalho (Dedecca, 2008). No processo de trabalho, há a divisão de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo engloba processos que envolvem força de trabalho mais-valia, enquanto que o trabalho improdutivo compreende a força de trabalho a partir da prestação de serviços, para uso público ou capitalista, que é utilizado como valor de uso (Antunes, 2009). Para os estudos em Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho consiste na realização de atividades pelo trabalhador, que não estão estabelecidas pela organização de trabalho. Dejours (2012b) afirma que a lacuna do trabalho é preenchida entre o prescrito e o efetivo. O trabalho prescrito consiste na atividade do trabalho pré-determinado ao trabalhador, de acordo com Brito (2008a; 2008b), o trabalho sobressai ao que o trabalhador foi contratado, sendo necessário mais tarefas para que o trabalho seja executado de modo completo. Na organização do trabalho atribui-se um sistema de divisão de tarefas e de trabalhadores, considerando representações, hierarquias, procedimentos, normas, tempo, controle, etc., no entanto tais dinâmicas não suprem o que é necessário para realização do trabalho real (Anjos, 2013). Sobressaindo ao pré-determinado, contemplando a imprevistos, instabilidades, novas dinâmicas, este tipo de trabalho é definido como trabalho real, efetivo (Brito, 2008a; 2008b). O trabalho é imprescindível na construção psíquica do indivíduo, logo também se torna um determinante de saúde no âmbito social, Nina (2014) destaca que a

Endereço: Rua Teresina, 4050

Bairro: Adrianópolis

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (62)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 01 de 13

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 6.941.213

| | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|------------------------|-------------------------|--------|
| Justificativa de Ausência | TCLE_PROJETO_KASSIA_LOPES.pdf | 20/02/2024 03:26:43 | KASSIA PEREIRA LOPES | Aceito |
|---------------------------|-------------------------------|------------------------|-------------------------|--------|

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MANAUS, 10 de Julho de 2024

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))